

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS - CES
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL

DARANA CARVALHO DE AZEVEDO

**CARACTERIZAÇÃO DA POBREZA EM MACAÉ:
uma abordagem multidimensional**

Niterói

2011

DARANA CARVALHO DE AZEVEDO

**CARACTERIZAÇÃO DA POBREZA EM MACAÉ:
uma abordagem multidimensional**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Política Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Dra. Luciene Burlandy

Niterói

2011

DARANA CARVALHO DE AZEVEDO

**CARACTERIZAÇÃO DA POBREZA EM MACAÉ:
uma abordagem multidimensional**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Política Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Aprovada em abril de 2011

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Luciene Burlandy
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dra. Mônica de Castro Maia Senna
Universidade Federal Fluminense

Profa. Dra. Sarah Scorel
Escola Nacional de Saúde Pública/ FIOCRUZ

Niterói

2011

Dedico este trabalho, com todo carinho, a minha família.

Mamãe, papai, irmão e marido, vocês
são minha fonte de inspiração.

Às famílias residentes nos bairros A e B de Macaé,
razão de todo este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, que iluminou meus passos durante esta caminhada. Em especial, agradeço ao meu marido que, em todos os momentos, me deu apoio e que, de coração, esteve ao meu lado nos ocasiões em que eu mais precisei, tendo uma participação fundamental para a conclusão deste trabalho.

A minha mãe e ao meu pai, que me deram o dom da vida e o ensinamento necessário para assumir as responsabilidades da trajetória por mim escolhida.

Quero agradecer, também, ao meu irmão, amigo, companheiro, presente em todos os períodos de minha vida, me incentivando, me dando apoio nos momentos em que não tive condições de continuar a caminhada, não há palavras que possam expressar o que ele representa para mim.

Quero agradecer as minhas cunhadas, sogra e sogro, pelo carinho e dedicação. Às amigas Suelen, Cyntia, Fátima, Fernanda, Suzana e Edylene, pela força para empreender esta difícil jornada e pelo apoio incansável, desde o início do curso até a conclusão de mais este passo importante na minha vida.

Agradeço aos professores que compuseram as bancas de qualificação e defesa: professor André Brandão, Mônica Senna e Sarah Escorel que me ajudaram e souberam me conduzir durante o desenvolvimento deste trabalho, sendo por, muitas vezes, fonte de minha inspiração.

Por fim, agradeço a todos os professores do Mestrado da Faculdade de Serviço Social da UFF, em especial a minha orientadora, pelo carinho e dedicação e, principalmente, por ter contribuído de forma definitiva para a formulação deste trabalho.

Em um mundo onde existe uma riqueza
de informação, existe frequentemente
uma pobreza de atenção.

Ken Mehlman

RESUMO

Macaé, após a exploração do petróleo e da instalação da Petrobras, torna-se uma cidade atrativa economicamente. As verbas provenientes dos *royalties* possibilitam uma melhoria nas condições de infraestrutura e no acesso a bens e serviços no município. No entanto, este processo é acompanhado por uma urbanização intensa, precária e desordenada, que culmina na periferização urbana de grande parte da população local expressa na favelização e na sobrecarga da infraestrutura. A pertinência econômica deste processo possibilita uma maior disponibilidade de empregos, porém esta oferta é acessada de forma desigual, deixando grande parcela da população com subempregos. Tal contexto contribui para que a pobreza em Macaé seja referente a um processo onde muitas pessoas estão segregadas em seus próprios lares, enclausuradas pelo medo, pela insegurança, pela falta de recursos para sua locomoção, com dificuldade de acesso a um grande número de bens materiais e vítimas da precariedade dos serviços sociais, educativos, sanitários, de saúde, de proteção social, assim como desprovidas da participação ativa nas decisões que influenciam suas vidas.

Palavras-Chave: pobreza/ multidimensional/ desigualdade/ exclusão

ABSTRACT

Macaé after oil drilling and installation of Petrobras becomes an economically attractive city. The money from the royalties provides an improvement in terms of infrastructure and access to goods and services in the municipality. However, this process is accompanied by an intense urbanization, weak and disorganized leading to the urban periphery of much of the local population expressed in the slums and the overhead of infrastructure. The relevance of this economic process enables a greater availability of jobs, but this offer is accessed unevenly, leaving large portion of the population underemployed. This context contributes to poverty in Macaé referring to a process where many people are segregated in their own homes, enclosed by fear, insecurity, lack of resources for their movement, with limited access to a large number of material goods , victims and the precariousness of social, education, sanitation, health, social protection, as well as lack of active participation in decisions that affect their lives.

Keywords: poverty / multidimensional / inequality/ exclusion

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - MAPA DE MACAÉ SETORIZADA POR BAIROS NO ANO DE 2000	69
FIGURA 2 - MAPA DA EVOLUÇÃO DA ÁREA URBANA DE MACAÉ – 1956/2001	73
QUADRO 1 – POPULAÇÃO DE MACAÉ NO ANO DE 2000	81
QUADRO 2 – TAXA DE MORTALIDADE E PROBABILIDADE DE SOBREVIVÊNCIA, 2010	93
GRÁFICO 1 – AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, SEGUNDO OS CHEFES DOS DOMICÍLIOS EM MACAÉ, 2001-2003.....	98
GRÁFICO 2 – SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA EXISTENTES, SEGUNDO OS CHEFES DOS DOMICÍLIOS NO MUNICÍPIO DE MACAÉ, BAIROS A E B, 2001-2003	99
GRÁFICO 3 – AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, SEGUNDO OS CHEFES DOS DOMICÍLIOS NO BAIRRO A, 2001-2003	101
GRÁFICO 4 – AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, SEGUNDO OS CHEFES DOS DOMICÍLIOS NO BAIRRO B, 2001-2003.....	103
GRÁFICO 5 – SERVIÇO DE INFRAESTRUTURA EXISTENTES NOS DOMICÍLIOS, SEGUNDO O MUNICÍPIO DE MACAÉ, NOS BAIROS A E B, 2001-2003	106

LISTA DE TABELAS

TABELA1– RAZÃO ENTRE A RENDA MÉDIA DOS 10% MAIS RICOS E DOS 40% MAIS POBRES	78
TABELA2 – PERCENTUAL DA RENDA APROPRIADA PELOS 10% MAIS RICOS E 40% MAIS POBRES DA POPULAÇÃO EM 1991 E 2000	79
TABELA3 – POPULAÇÃO RESIDENTE POR ÁREA E DENSIDADE, SEGUNDO O MUNICÍPIO, NO DISTRITO MACAÉ (OU SEDE) E SEUS SUBDISTRITOS - 2001-2003	82
TABELA4 – MIGRANTES ESTRANGEIROS E DA FEDERAÇÃO E PORCENTAGEM EM RELAÇÃO AO MUNICÍPIO POR MUNICÍPIO E ALGUMAS LOCALIDADES, 2006-2007	83
TABELA5 – POPULAÇÃO RESIDENTE POR SEXO E GRUPO DE IDADE, SEGUNDO BAIROS A, B E MACAÉ, 2001-2003	84
TABELA6 – POPULAÇÃO RESIDENTE POR COR OU RAÇA, SEGUNDO MACAÉ E BAIROS A E B, 2001-2003	84
TABELA7 – PESSOAS RESIDENTES OCUPADAS DE 10 ANOS OU MAIS, NO MUNICÍPIO, BAIROS A E B, 2001-2003	85
TABELA8 – MOTIVOS PELA FALTA DE TRABALHO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, NO MUNICÍPIO, NOS BAIROS A E B, 2001-2003	86
TABELA9 – PESSOAS RESIDENTES OCUPADAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, SEGUNDO O VALOR DO RENDIMENTO MENSAL, NO MUNICÍPIO, BAIROS A E B, 2001-2003	87
TABELA10 – PESSOAS RESIDENTES DE 10 ANOS OU MAIS, COM CARTEIRA E SEM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA, NO MUNICÍPIO, BAIROS A E B, 2001-2003	88
TABELA11 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL - EDUCAÇÃO, 2010....	88
TABELA12 – PESSOAS DE CINCO (5) ANOS OU MAIS DE IDADE ALFABETIZADAS, SEGUNDO O SEXO E GRUPO DE IDADE, 2001-2003	89
TABELA13 – FREQUÊNCIA AOS CURSOS, SEGUNDO MUNICÍPIO E BAIROS A E B, 2001-2003	91

TABELA14 – SUGESTÕES DE CURSOS DE PEQUENA DURAÇÃO, SEGUNDO A POPULAÇÃO RESIDENTE DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE NO MUNICÍPIO E NOS BAIROS A E B, 2001-2003	91
TABELA15 – PESSOAS QUE FREQUENTAM CRECHES OU ESCOLAS, SEGUNDO O TIPO, POR MUNICÍPIO E BAIROS A E B, 2001-2003	92
TABELA16 – DEPENDÊNCIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE A ALGUM TIPO DE SUBSTÂNCIA QUÍMICA, NO MUNICÍPIO E NOS BAIROS A E B, 2001-2003	94
TABELA17 – PROBLEMAS CRÔNICOS DE SAÚDE DA POPULAÇÃO RESIDENTE, SEGUNDO O MUNICÍPIO E OS BAIROS A E B, 2001-2003	94
TABELA18 – PRINCIPAIS QUEIXAS DO SISTEMA DE SAÚDE PÚBLICA MUNICIPAL, SEGUNDO OS CHEFES DAS FAMÍLIAS OU CÔNJUGES, NO MUNICÍPIO E NOS BAIROS A E B, 2001-2003	95
TABELA19 – SITUAÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, SEGUNDO OS CHEFES DOS DOMICÍLIOS NO MUNICÍPIO DE MACAÉ, 2001-2003	96
TABELA20 – SITUAÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, SEGUNDO OS CHEFES DOS DOMICÍLIOS DO BAIRRO A, 2001-2003	100
TABELA21 – SITUAÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, SEGUNDO OS CHEFES DOS DOMICÍLIOS DO BAIRRO B, 2001-2003.....	102
TABELA22 – CONDIÇÃO DA OCUPAÇÃO DOS DOMICÍLIOS, SEGUNDO MACAÉ, BAIROS A E B, 2001-2003	104
TABELA23 – QUANTIDADE DE PESSOAS RESIDENTES NOS DOMICÍLIOS, SEGUNDO MACAÉ, BAIROS A E B, 2001-2003	105
TABELA24 – SERVIÇO DE INFRAESTRUTURA NOS DOMICÍLIOS, SEGUNDO MACAÉ, 2001-2003.....	106
TABELA25 – SERVIÇO DE INFRAESTRUTURA NOS DOMICÍLIOS, SEGUNDO BAIRRO A, 2001-2003.....	107
TABELA26 – SERVIÇO DE INFRAESTRUTURA NOS DOMICÍLIOS, SEGUNDO BAIRRO B, 2001-2003.....	107

TABELA27 – POPULAÇÃO RESIDENTE PRATICANTE E NÃO PRATICANTE DE ESPORTES EM MACAÉ E NOS BAIROS A E B, 2001-2003	108
TABELA28 – PREFERÊNCIA DE LAZER DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM MACAÉ E NOS BAIROS A E B, 2001-2003	108

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 - O DEBATE CONCEITUAL SOBRE POBREZA	19
1.1 CONCEPÇÕES E REPRESENTAÇÕES DA POBREZA: RETROSPECTIVA HISTÓRICA	19
1.2 POBREZA E SUAS DIFERENTES ABORDAGENS	26
1.2.1 O enfoque da renda	27
1.2.2 O enfoque das necessidades básicas insuficientes	31
1.2.3 O enfoque da privação de capacidades	33
1.3. POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL: UMA VISÃO SOCIOLÓGICA.....	40
1.3.1 Exclusão social: contribuições teóricas de Paugam e Castel	42
1.4 POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL	46
1.5 MEDIDAS MULTIDIMENSIONAIS DA POBREZA.....	52
1.5.1 O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH	53
1.5.2 O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDH-M	54
1.5.3 Índice de Condições de Vida – ICV	55
1.5.4 Índice de Pobreza Humana – IPH	56
1.5.5 Índice de Pobreza Multidimensional - IPM	58
1.5.6 Índice de Exclusão Social – IES	59
1.6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	61
CAPÍTULO II – A POBREZA NA CAPITAL DO PETRÓLEO	68
2.1 MACAÉ - PERSPECTIVA HISTÓRICA.....	68
2.1.1 Macaé na atualidade: o advento da Petrobras	72
2.2 A POBREZA NO ELDORADO MACAENSE.....	77
2.2.1 As diversas dimensões da pobreza: expressões numéricas	80
2.2.1.1 A população	81
2.2.1.2 Trabalho e renda	85
2.2.1.3 Educação	88
2.2.1.4 Saúde	92
2.2.1.5 Infraestrutura	95
2.2.1.5.1 Domicílios.....	104
2.2.1.6 Esporte e Lazer	107

CAPÍTULO III – UMA APROXIMAÇÃO DA POBREZA EM MACAÉ A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE FAMÍLIAS POBRES.....	113
3.1 TRAJETÓRIAS E PERCEPÇÕES DA POBREZA EM MACAÉ: RELATO DE MORADORES DOS BAIROS A E B	127
3.1.1 O aspecto territorial.....	127
3.1.2 Trabalho e pobreza.....	148
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	157
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	162

INTRODUÇÃO

A pobreza é um problema milenar de grande complexidade. Ao longo dos séculos, diversas concepções e formas de enfrentamento foram elaboradas em distintas sociedades. Nas últimas décadas, observa-se uma complexificação do debate sobre o tema, que vem ressaltando os limites das abordagens focadas principalmente na renda e as potencialidades dos enfoques multidimensionais na compreensão dos fatores que condicionam o problema para além da insuficiência monetária.

Esta apreensão ampliada permite uma reflexão acerca da pobreza no campo do pensamento sobre justiça social, igualdades e desigualdades, culminando numa elaboração que, sem negar a relevância dos fatores econômicos, enfatiza as conotações legais, as implicações políticas e sua pertinência social.

Esta perspectiva não abarca somente a insuficiência de recursos materiais ou de capacidades, mas contempla, também, o processo que se constitui nos interstícios do sistema social e se amplia na experiência vivida, com reflexões na constituição de subjetividades, tanto no plano individual, quanto no coletivo. Vincula-se, ainda, à noção de trajetória, permitindo abranger o processo de empobrecimento ou de vivência da pobreza de forma a compreender a construção de uma identidade que, muitas vezes, se vê marcada pelas situações de não reconhecimento, humilhação social e desprezo. Por fim, considera o aspecto da territorialidade, ou seja, a base espacial que abriga processos excludentes, que podem levar à segregação.

Com base neste conceito, a presente dissertação teve como objetivo compreender as principais características da pobreza em Macaé, cidade situada no Estado do Rio de Janeiro, considerando as particularidades subjetivas e objetivas daqueles que a vivenciam, mediante as peculiaridades do contexto local. O estudo partiu do princípio de que a pobreza é socialmente

construída e referenciada e, portanto, assume contornos bastante diferenciados de acordo com conjuntura e o contexto em que se desenvolve.

Os aspectos territoriais, neste caso, contribuem para configurar diversas situações que condicionam o processo de pobreza no município. Quanto as suas características, sabe-se que, por diversas vezes, Macaé é retratada pela mídia como uma cidade em pleno desenvolvimento econômico e social. A razão para tal é a descoberta, pela Petrobras, de um campo petrolífero em 1974, na região da Bacia de Campos. Com o ocorrido, no ano de 1979, Macaé foi escolhida para sediar as operações da Petrobras na referida região, estimulando o crescimento econômico, atraindo investimentos, ganhando destaque em nível nacional e internacional e transformando-se numa área atrativa para os migrantes.

Alguns dados indicam este recente dinamismo econômico:

[Macaé] é um dos melhores municípios na relação postos de trabalho/população no estado do Rio de Janeiro, segundo Cruz (2003). Em 2000, apenas na Petrobras eram 6.900 empregos diretos, além de 28 mil empregos gerados pelas prestadoras de serviço da empresa (PAGANOTO, 2008: 4).

O PIB municipal *per capita*, que em 1999 era de R\$ 7.588,00, chegou à impressionante marca de R\$ 25.921,00 em 2004, o quarto maior em todo o Estado. Para efeitos de comparação, em 2004, o PIB *per capita* no Norte Fluminense foi de R\$ 10.746,00 e no estado do Rio de Janeiro de R\$ 16.689,00 (IBGE, 2006).

Estes dados suscitam que o município possui um grande potencial para viabilizar a sustentabilidade econômica, melhorar a qualidade de vida da população e prevenir os processos de empobrecimento social. Contudo, o que se constata é a sobrecarga nos serviços de utilidade pública, ampla desigualdade social, aumento da violência, falta d'água em bairros periféricos, infraestrutura inadequada – com inúmeros deles sem esgotamento sanitário, sem coleta de lixo, sem água tratada e sem pavimentação - enchentes constantes, escassez crescente de moradias, "favelização" acelerada¹ e uso predatório do litoral, além de outras mazelas.

A forma como se apresenta o dinamismo econômico na região gera, ainda, uma grande disparidade socioeconômica: aqueles com qualificação técnica para trabalhar no ramo do petróleo ou nas atividades diretamente ligadas a ele conseguem emprego com certa facilidade e recebem salários acima da média regional. Ao mesmo tempo, os migrantes e munícipes sem

¹ "Só no período de 1980 houve um aumento acima de 100% no número de moradores e de domicílios em favelas" (PIZZOL; FERRAZ, 2010: 779).

qualificação ficam desempregados ou subempregados, engrossando os bolsões de pobreza (PIZZOL, FERRAZ, 2010).

Enfim, os casos bem sucedidos contribuem para a evolução dos índices sociais como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)², mascarando a imensa desigualdade socioeconômica. Portanto, os índices e indicadores globais nem sempre fornecem um panorama da realidade local em toda a complexidade constitutiva da pobreza, principalmente os indicadores de qualidade de vida, renda e desenvolvimento humano.

Desta forma, com um olhar mais apurado sobre a realidade local, o estudo buscou identificar situações e contextos que podem caracterizar processos particulares e condições específicas de pobreza na região estudada. Analisou, assim, inúmeras situações que colaboram para que Macaé seja uma cidade rica, porém de muitos pobres: carentes de respeito, de saúde, de felicidade, de oportunidades, pobres de justiça social.

No objetivo de compreender as características da pobreza em Macaé, o estudo está estruturado da seguinte forma: o primeiro capítulo apresenta uma revisão teórica conceitual sobre as diferentes concepções de pobreza e destaca indicadores multidimensionais que vêm sendo utilizados em âmbito nacional e internacional. Com isso, a finalidade é de identificar o debate conceitual e metodológico no campo, de modo a balizar os pressupostos do estudo, bem como as possibilidades de análise da pobreza a partir de dados secundários que contribuem para caracterizar o cenário municipal.

O segundo capítulo apresenta um mapeamento da pobreza em Macaé com base em seus indicadores multidimensionais propostos pela literatura, valendo-se de dados secundários disponíveis para o município. Esta etapa do trabalho teve como desígnio dimensionar e identificar os principais determinantes macrossociais do problema no contexto local. Ainda neste propósito, o estudo também recupera elementos da história do município, a partir de análise documental, de forma a identificar característica e particularidades que, ao longo da constituição e ordenação do espaço urbano e das relações sociais, colaboram para definir os atuais contornos da pobreza na cidade.

² Macaé possuía um IDH de 0,630 no ano de 1970, subindo para 0,690 em 1980, evoluindo para 0,755 em 1991 e atingindo a marca de 0,790 no ano de 2000 - o maior na Região Norte Fluminense e o 17º maior do estado do Rio de Janeiro (IPEADATA, 2010).

Por fim, o último capítulo analisa o processo de empobrecimento a partir de relatos de famílias pobres residentes em dois bairros com índices elevados de pobreza, articulando suas experiências opressivas de vida com as situações do contexto local.

CAPÍTULO 1 - O DEBATE CONCEITUAL SOBRE POBREZA

Este capítulo analisa os fundamentos teóricos e conceituais que pautam a literatura sobre pobreza e destaca as principais questões que norteiam o debate acadêmico sobre o que é o problema e como mensurá-lo. Para tanto, recupera o curso histórico das discussões travadas sobre as diferentes concepções e formas de enfrentamento do tema. Posteriormente, destaca abordagens e indicadores que vêm sendo adotados em âmbito nacional e internacional, ponderando que o processo de construção destas concepções para longe de estar acabado, encontra-se em constante desenvolvimento. Por fim, considerando as questões postas pelo debate conceitual no campo, apresenta o percurso do estudo e os procedimentos metodológicos adotados.

1.1 CONCEPÇÕES E REPRESENTAÇÕES DA POBREZA: RETROSPECTIVA HISTÓRICA

A pobreza é um problema antigo que atinge grande parcela da população mundial. Desta forma, a preocupação sobre “o que é”, “o que fazer” ou “como lidar” com esta situação não é nova. Mas é somente com o desenvolvimento do capitalismo nas sociedades pré-industriais da Europa Ocidental que esta antiga realidade ganha proeminência, pois neste novo contexto as situações de pauperismo dos agentes e vítimas da Revolução Industrial começam a abalar a estabilidade social da sociedade europeia (CASTEL, 1998).

Antes deste acontecimento histórico, o quadro de pobreza generalizada não era visto como uma expressão da questão social, ou como um problema que necessitava de atenção pública, pois não chegava a representar um fator de desestabilização, visto que, até então,

estas sociedades eram capazes de manter e recompor o equilíbrio através de sistemas autorreguláveis. Isto é, existia um conjunto de regras que tecia redes de interdependências (como pertencimento familiar, da vizinhança, do trabalho) que conseguiam recompor o seu equilíbrio com recursos próprios sem a mediação de instituições específicas³. Para nível de esclarecimento, estes sistemas foram nomeados por Castel (1998) de *sociabilidade primária*.

A harmonia, nestes casos, era mantida mesmo diante da existência de andarilhos e de pessoas isoladas. Pois, entendidos como estrangeiros (por viverem fora da comunidade e das áreas de vida doméstica), simbolizavam a alteridade total em relação a algum tipo de organização comunitária, não criando, assim, uma desestabilização. Desta forma, os ditos estrangeiros eram relegados a sua própria sorte, tendo como única solução viver do trabalho de seus braços, mesmo quando submetidos à situação de ter que trabalhar e de não poder fazê-lo.

Doravante, à medida que a estrutura da sociedade se tornava mais complexa, os laços de *sociabilidade primária* mostravam-se mais frouxos, com isso o atendimento aos “carentes” passava a exigir práticas especializadas, constituindo, assim, o *social-assistencial* (CASTEL, 1998). Este sistema se estabelecia antes mesmo da Revolução Industrial, ou seja, era anterior também à questão social e referia-se às intervenções públicas, tendo o Estado como fiador da manutenção da organização do trabalho⁴.

O *social-assistencial* era um conjunto de práticas com função protetora e integradora, que apresentava pelo menos um esboço de especialização, com uma tecnização mínima para avaliar as situações em que se deveria intervir ou não, e selecionar os que mereciam auxílio. Resultava de uma intervenção da sociedade sobre si mesma, porém tratava de sistemas relacionais deslocados no que dizia respeito aos grupos de pertencimento familiar, de vizinhança, de trabalho, como era no caso da *sociabilidade primária*; este novo tipo de assistência era mais complexo, mais sofisticado.

Este quadro caracterizava o que Castel (1998) chamava de *sociabilidade secundária*. A ajuda podia ocorrer no próprio local, ou ainda haver, dependendo da natureza, uma

³ Neste contexto, a comunidade territorial também faz parte da rede assegurando algumas regulações coletivas, como se deu na Idade Média, quanto à utilização de terras comunais, à divisão da corveia e de certas sujeições feudais.

⁴ Nesta época, o trabalho era manual e organizado em torno do sistema corporativo. Seus mecanismos de incorporação e aprendizagem do ofício asseguravam a segurança do emprego. Mas este sistema também era cercado por uma massa de pequenos trabalhadores independentes, ou seja, que não estavam colocados no regime corporativo dos profissionais manuais, nem eram comerciantes instalados. Realizavam “tarefas diárias” e estavam sensíveis às flutuações da economia, podendo se encontrar desempregados.

desterritorialização para um setor especializado, por exemplo, hospitais, orfanatos. Porém, a localização privilegiada das práticas assistenciais nos conventos e nas instituições religiosas tornava a Igreja a principal administradora da caridade.

Uma particularidade de extrema importância deste sistema refere-se aos critérios necessários para receber a assistência, quais sejam, o de pertencimento comunitário. Era preciso ter um lugar marcado na comunidade para ser assistido (na maioria das regulamentações municipais, exigia-se que o indigente, mesmo sem residência fixa, provasse residir há pelo menos alguns anos naquela região) e também se fazia necessária a inaptidão para o trabalho, isto é, tinham passaporte para a assistência os doentes e enfermos, as viúvas, os órfãos e os inválidos. Enfim, para receber ajuda o indivíduo tinha que provar ser merecedor e os critérios adotados neste julgamento referiam-se à proximidade espacial com os benevolentes e à comprovação de que realmente não apresentava condições de trabalhar, distinguindo-se dos “preguiçosos”. Desta forma, dentre as pessoas sem recursos algumas podiam ser rejeitadas, mais precisamente aquelas que eram vistas como “vagabundas”.

Esta situação permaneceu inalterada mesmo quando surgiu, no apogeu da Idade Média, outro tipo de miséria, a resultante de privações como: falta de comida, de moradia, de roupa, de emprego. Porém, estes infortúnios continuaram sendo relegados porque se apresentavam aquém daquelas necessidades que mobilizavam a “caridade” (CASTEL, 1998).

Doravante, no início do século XVI, os fatores de desagregação social acentuaram-se brutalmente, em razão de uma conjuntura econômica e social desfavorável devido ao aumento dos preços dos produtos alimentares, do subemprego, das pestes e do crescimento anárquico das cidades. Não foi por outro motivo que a pobreza ganhou espaço no debate público e inúmeras políticas municipais europeias adotaram como medidas: a exclusão dos estrangeiros, a proibição rigorosa da mendicância, o recenseamento e classificação dos necessitados, o desdobramento de auxílios diferenciados com o objetivo de tentar oferecer um atendimento sistemático da indigência domiciliada. As ações, a partir de então, foram direcionadas com o objetivo de ensinar um ofício às crianças pobres e distribuir auxílio às famílias sem emprego ou que não ganhavam o suficiente para garantir sua sobrevivência.

Estas medidas, inicialmente elaboradas em âmbito local, foram seguidas pelas legislações nacionais resultando na *Poor Laws* inglesa que apresentava como decorrência a Lei Elizabetina de 1601, posteriormente a *Speenhamland Law* de 1795 e, por fim, a Lei dos Pobres de 1834 (CASTEL, 1998).

A Lei Elizabetina de 1601, também conhecida como *Old Poor Law*, consistia basicamente numa assistência de vizinhos, das paróquias, para doentes, velhos, órfãos, inválidos e indigentes. Cabia às paróquias prover assistência aos pobres inválidos e aos válidos providenciar ocupação e trabalho. Surgiram assim, as *workhouses* (casas de trabalho), que mais tarde se transformaram em asilos e casas da indigência.

Nesta época, a pobreza era considerada como um castigo natural da preguiça, visto que acreditava-se que os pobres válidos se recusavam a inserir-se no mercado de trabalho, pois, naquele período, não faltavam oportunidades de serviços. Seguindo este pensamento, era defendida a penalização destes indivíduos para que os mesmos não se tornassem um mau exemplo. Por este motivo, ao ingressarem nas *workhouses*, os trabalhadores perdiam seus direitos civis e eram submetidos a condições de vida tão precárias que muitos preferiam morrer nas suas portas a nelas ingressarem.

Seguindo o modelo das *workhouses*, em 1614 foi fundado em Lyon o hospital Saint-Laurent, que nada mais era do que um sistema de reclusão que combinava trabalho e orações para regeneração dos mendigos. O trabalho forçado, as incessantes orações e a aprendizagem da ordem e da regularidade deviam permitir ao recluso, após o período de reeducação, retornar ao seu lugar na comunidade de origem como um membro útil ao Estado. Era uma resposta à ameaça de ruptura completa com o vínculo comunitário, visto que o número deste segmento da população tinha aumentado consideravelmente, representando uma população *libertina e sem regras* (CASTEL, 1998), que ameaçava a ordem local.

Próximo ao fim do Antigo Regime, esta forma pedagógica encontrou seu fracasso e retornou-se ao princípio da *domiciliação direta* (CASTEL, 1998): os mendigos voltaram ao seu lugar de origem e cada paróquia ficou responsável pelos seus necessitados. Esta orientação foi reforçada e retomada pela *Speenhamland Law*.

Em 1795, a *Speenhamland Law*, também conhecida como um Sistema de Abonos, foi instituída para facilitar a implantação do mercado de trabalho. Para alcançar tal objetivo, a referida lei operou da seguinte forma: as famílias, independente de estarem ou não empregadas, recebiam um abono referenciado no preço do pão, assim, os custos de manutenção dos pobres, capazes ou incapazes, permaneciam tão baixos quanto possível. Diante do proposto, pretendia-se fazer com que os trabalhadores menos favorecidos ficassem propensos a aceitar os menores salários que lhes fossem oferecidos. Para finalizar, esta

assistência era financiada por obrigações impostas aos habitantes da região onde se localizavam as paróquias.

Em 1834, surgiu uma nova Lei dos Pobres, por meio dela foram abolidos os abonos e assistência externa. Ela oferecia “ajuda” somente àqueles que, devido à idade ou à doença, eram incapazes de continuar a luta, ou aos fracos que desistiam, admitiam a derrota e clamavam por misericórdia, ou seja, seguia-se o princípio da “menor legibilidade” (MARSHALL, 1967).

Neste contexto, a administração do Estado protestava pela racionalização dos métodos e montantes destinados ao alívio da população carente, pois se desejava que os custos de manutenção dos pobres permanecessem tão baixos quanto possível. Por este motivo, germinou-se uma pressão para que fossem definidas as necessidades mínimas que pudessem garantir a sobrevivência dos desprovidos. Assim, as tarefas semanais⁵ de nutricionistas na Alemanha, nos Estados Unidos e na Inglaterra, que ocorreram no século XIX e XX, voltaram-se para estas questões, exercendo grande influência sobre os estudos de pobreza. Com efeito, instaurou-se um novo estágio de trabalho relativamente mais científico sobre esta questão, surgiram as primeiras tentativas de compreender suas causas e de mensurar sua dimensão.

Na segunda metade do século XIX, acreditava-se que a pobreza seria superada pela inserção no mercado de trabalho, que se mostrava mais cauteloso em sua exploração, resultado das lutas sociais e da organização dos movimentos de trabalhadores que conseguiram promover melhores condições de vida e trabalho, pressionando a adoção de legislações protetoras. De tal modo, as ações de proteção social eram dirigidas exclusivamente aos trabalhadores inseridos no mercado de trabalho e a assistência social era especificamente para os inválidos. Este desenvolvimento do sistema de proteção social sedimentou a passagem de uma concepção de culpabilidade individual da pobreza para uma responsabilidade de caráter coletivo e social (cidadania) (CASTEL, 1998).

Tal situação predominou até pouco mais da metade do século XX, quando as crises econômicas e as transformações produtivas de acumulação do capital não puderam mais sustentar a superação da pobreza via inserção no mercado de trabalho. Com isso, a preocupação em torno do assunto ganhou maior força.

⁵ Eles buscam estabelecer as quantidades de itens alimentares necessários para a ingestão mínima de energia e de nutrientes imprescindíveis para assegurar a vida de uma pessoa.

A multiplicação do número de pessoas que viviam em condição de precariedade, de vulnerabilidade social, de desemprego e de pobreza em todo o mundo colocou a questão no centro de discussões dos meios acadêmicos e sociais, tornando-se parte da agenda social dos governos de países desenvolvidos e em desenvolvimento, constituindo-se também alvo de ações internacionais (IVO, 2002; LIMA, 2002).

Ainda na segunda metade do século XX, mediante o contexto socioeconômico supracitado, inseriu-se no debate europeu a temática em torno de uma “nova pobreza”⁶, caracterizada pelo número progressivo de excluídos sociais, oriundos do agravo das desigualdades sociais.

A partir desta discussão, surgiu uma visão mais subjetiva da pobreza, que a considerou dentro de uma percepção histórico-social, como processo de construção humana do social e de suas instituições. Neste sentido, ela não é concebida nem dentro do mercado, nem dentro da produção, como paradigmas ideológicos, mas como processo de criação do social no tempo e no espaço, o que abrange a atividade de produzir e atuar no mercado. Entrou em discussão o entendimento da pobreza como uma violação dos direitos do homem (SALAMA & DESTREMAU, 2001), não sendo, portanto, somente o estado de despossuir, mas um *status* social específico, inferior e desvalorizado, que marca profundamente a identidade de todos os que vivem essa experiência.

Nesta visão, a pobreza é entendida como processo que se constitui nas fissuras do sistema social e se amplia na experiência vivida, com reflexões na constituição de subjetividades, tanto no plano individual, quanto no coletivo. Esta perspectiva oferece um novo olhar para o tema que se constrói diante da intenção de superar o aspecto fotográfico, estanque do problema, e que busca encontrar a “alma” da questão, o filme que permite ver o processo, os movimentos, os sentimentos (SALAMA & DESTREMAU, 2001).

No Brasil, através da obra de Lícia Valladares (1991), pode-se observar que as imagens e representações da pobreza em âmbito mundial se reapresentam no espaço urbano brasileiro ao longo do século XX. Neste estudo, ela identifica uma multiplicidade de formas de tratar a pobreza, quais sejam: sanitarista, jurídica, política e econômica.

Na virada do século, período de transição das relações sociais do tipo senhorial escravista para burguês capitalista, as cidades urbanas brasileiras eram cobertas por epidemias

⁶ Este tema será abordado em item subsequente.

(febre amarela, peste, cólera, varíola e tuberculose). O principal motivo para essas catástrofes eram as condições de higiene da camada mais pobre da sociedade e suas moradias e, sobretudo, os famosos cortiços, onde existia falha no abastecimento de água e péssimas condições de saneamento básico. Neste cenário, se propagava a ideia de que onde há sujeira existe o crime, assim, os cortiços passaram a ser considerados o berço dos criminosos e seus moradores, denominados de “classe perigosa”, “criminosos”, “delinquentes”, “vagabundos” e “desordeiros”, em contraposição aos trabalhadores, que tinham sua inserção garantida na sociedade. A vadiagem, a ociosidade e a pobreza eram, assim, tratadas como um problema individual.

Já nos anos de 1930 a 1950, as crescentes urbanizações e industrializações ligavam a pobreza ao ambiente rural, sendo vista como falta de ambição e indolência daqueles apegados aos valores tradicionais. No espaço urbano, o pobre seria aquele em processo de transição do urbano para o rural, se adaptando ao novo ambiente e aos valores da sociedade moderna.

No período entre 1950 e 1960, as relações do tipo agroexportador foram debeladas pelas de caráter urbano industrial. Neste contexto, os pobres eram os subempregados, que tinham uma renda insuficiente, não eram mais tidos como “ociosos” ou “vadios”, agora eles eram apenas uma massa de excluídos do sistema econômico, eram os “marginais” que tinham sua expressão máxima na favela, assim, o termo “favelado”, “população marginal” ou “população de baixa renda” passava a ser sinônimo de pobreza. A partir de então, ela foi considerada um problema de responsabilidade social.

Nas décadas de 70 e 80, o Brasil se apresentava como a 8ª maior economia do mundo composta por grandes empresas oligopólicas. Nesta conjuntura, o processo de urbanização era constante e, conseqüentemente, nascia a “periferização” da pobreza. O pobre passava a ser “morador da periferia” em detrimento do “favelado”, reconhecido como marginalizado. Deixava de ser “malandro” para ser reconhecido como “bandido”, pois a carência de bens materiais era associada à ausência de valores morais (VALLADARES, 1991).

É válido ressaltar que essas distintas concepções sobre pobreza ganham diferentes contornos não só ao longo das diversas conjunturas históricas, mas também apresentando-se de forma diferenciada em cada contexto socioterritorial específico.

Sendo um problema antigo, a pobreza, com seus diferentes conceitos e manifestações tem sido, ao longo dos anos, objeto de estudo de intelectuais de diversas áreas, no intuito de

identificar suas causas, reduzi-las ou, até mesmo, aboli-las. Contudo, a complexidade do tema e suas múltiplas dimensões dificultam a existência de um consenso entre os teóricos, fazendo com que, neste processo, surjam diversas formas de compreendê-la, abordá-la e mensurá-la, como analisado a seguir.

1.2 POBREZA E SUAS DIFERENTES ABORDAGENS

Junto às concepções de pobreza desenvolvidas no decorrer do século XX, surgem três diferentes abordagens principais que embasam processos de construção de indicadores para mensuração do problema a partir de enfoques distintos, sendo eles: na renda, nas necessidades básicas e na privação de capacidades. Estas diferentes abordagens e conceituações sobre pobreza refletem distintas percepções sobre o problema e, conseqüentemente, sobre as formas de diagnosticá-la e enfrentá-la. Sistematizar estas concepções é importante para compreender a configuração das políticas públicas, incluindo as sociais, considerando que o debate teórico conceitual travado em cada contexto onde elas são formuladas e implementadas é um dos condicionantes dos processos decisórios. Os distintos formatos de políticas e programas, por sua vez, afetam as próprias condições de vida das famílias de forma diferenciada e condicionam as possibilidades de enfrentamento das adversidades por elas vividas.

A título de exemplo, destaca-se que as concepções de pobreza utilizadas pelo Banco Mundial, no decorrer deste último século, recebem influência direta desta mudança de enfoque e dos respectivos indicadores para mensuração. Por exemplo, na última década do século passado, esta era considerada como “*incapacidade de atingir um padrão de vida mínimo*” (BANCO MUNDIAL, 1990: 27). Este padrão era avaliado pelo consumo, isto é, a despesa necessária para que se adquirisse um patamar mínimo de nutrição e outras necessidades básicas e, ainda, uma quantia que permitisse a participação da pessoa na vida cotidiana da sociedade. Assim, tratava-se de calcular um valor mínimo para cada país (ou região) e, em seguida, comparar essa quantia encontrada com a renda dos indivíduos. Já nos anos 2000 e 2001, o Banco Mundial entendia a pobreza como um fenômeno multidimensional, decorrente de múltiplas privações produzidas por processos econômicos, políticos e sociais que se relacionaram, contemplando, assim, a ausência de capacidades, acompanhada da vulnerabilidade do indivíduo e de sua exposição ao risco.

Como se pode verificar, é comum nas várias abordagens sobre pobreza a adoção da ideia de privação como uma de suas manifestações e da não satisfação de um conjunto de necessidades. Para Sen (2000), “*pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas*” (p. 109). Rocha (2003) considera que este fenômeno “*pode ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada*” (p.9).

Porém, para este intento é importante definir quais são as necessidades, o que é adequado e quais são as capacidades básicas. Estes conceitos variam conforme as especificidades locais, em razão das desigualdades socioeconômicas e das distintas tradições culturais, das concepções e dos valores vigentes em cada contexto, que podem ou não se limitar aos aspectos econômicos.

Diante desta complexidade, inúmeras medidas de pobreza vêm sendo construídas, testadas e discutidas internacionalmente e, portanto, mediadas por diferentes enfoques teóricos, como tratados no item seguinte.

1.2.1 O enfoque da renda

Esta abordagem teve início a partir dos trabalhos pioneiros de Charles Booth, no século XIX e de Benjamim Rowntree, no começo do século XX, em Nova York. Sua principal característica é enfatizar o caráter econômico da pobreza, definindo-a predominantemente como uma condição de insuficiência de renda.

A renda como critério de pobreza é o estabelecimento de “*um valor monetário associado ao custo do atendimento das necessidades médias de uma determinada população*” (ROCHA, 2003: 12).

Este enfoque embasa a formulação de linhas de indigência e de pobreza, sendo que a primeira trata especificamente das necessidades nutricionais e a segunda se refere a um conjunto mais amplo de penúrias (habitação, vestuário, transporte etc.).

Sendo assim, estabelecem-se dois subgrupos, o dos indigentes e não indigentes e o dos pobres e não pobres, conforme as linhas de indigência e de pobreza respectivamente adotadas, sendo delimitadas de acordo com o grau de privação dos indivíduos.

Para isto, procura-se fundar um limite que demarque o grau de privação, visando separar os pobres dos não pobres. Tendo em conta o exposto, surgem várias propostas de delimitação, que normalmente podem adotar dois critérios para a mensuração da pobreza: um absoluto e outro relativo, mesmo que a definição entre eles não apresente contornos claros, pois suas medidas não se tratam de dados exatos, indiscutíveis.

1. Pobreza absoluta – é quando o indivíduo não dispõe dos meios imprescindíveis para o atendimento das necessidades vinculadas ao mínimo vital, como habitação, alimentação, vestuário, educação, saúde, além de outros não materiais considerados primordiais para uma vida digna, isto é, está estritamente vinculada às questões de sobrevivência física.
2. Pobreza relativa – é definida de acordo com os padrões de vida de uma sociedade, estabelecendo uma relação entre o patamar da linha de pobreza e a distribuição de renda total da população. Sendo assim, são necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão, ou seja, trata-se de um conjunto de indivíduos relativamente pobres em sociedades em que o mínimo vital já está garantido a todos.

A motivação pela abordagem de linhas de pobreza e indigência é justificada por quatro aspectos: 1) grau de correlação entre a insuficiência de renda e as demais privações associadas ao “ser pobre”; 2) indisponibilidade de outras estatísticas sociais; 3) dificuldade de ponderação e agregação de diferentes dimensões sociais e; 4) necessidade de medidas homogêneas que possibilitem comparabilidade entre distintas regiões ou localidades (COMIM E BAGOLIM, 2002).

As linhas de pobreza e indigência também podem ser definidas próximas à noção de pobreza relativa, visto que, quanto mais rica a sociedade, mais o conceito de pobreza se distancia do atendimento dos imperativos de sobrevivência.

Contudo, neste caso, as linhas de pobreza relativa estão estritamente imbricadas às questões de distribuição de renda, em vez de estarem associadas ao valor de cestas de consumo, como nos casos das linhas de pobreza. Assim, seu valor está referenciado ao nível de vida preponderante na sociedade em questão, geralmente estabelecido com base na renda média ou mediana do conjunto da população, com efeito, desvinculado do efetivo poder de compra ou do nível de bem-estar que é capaz de proporcionar de fato.

No entanto, linhas de pobreza assim definidas geram índices não diretamente comparáveis, e mesmo ao se considerar um único país, as comparações intertemporais devem ser vistas com cautela pois, por ser definida de forma relativa, a renda dos pobres pode declinar sem que se caracterize aumento da incidência de pobreza.

Para Rocha (2003), os países subdesenvolvidos têm feito uma aplicação indevida dessa abordagem de linha de pobreza relativa, onde a noção de pobreza absoluta ainda é relevante, já que, nestes casos, um contingente significativo de pessoas não têm suas necessidades básicas atendidas. Sobre isto, ela defende: *“em países de renda média como o Brasil, com economia urbana e monetizada, mas onde persiste importante contingente populacional desprivilegiado, a abordagem de pobreza absoluta ainda é relevante”* (ROCHA, 2003: 17).

Ainda assim, independente da linha de pobreza adotada, é fator de extrema relevância o estabelecimento de seu valor. Diante disto, as referidas linhas podem pertencer a duas categorias: arbitrárias ou observadas.

1. Linhas de pobreza arbitrárias – são aquelas determinadas sem que se tenha garantia de que seu valor possibilite o atendimento de um conjunto de necessidades básicas. Um exemplo clássico é a adoção do valor de US\$ 1 ao dia utilizado pelo Banco Mundial para comparações de incidência de pobreza entre países, mesmo diante das diferenças do custo de vida e das dificuldades na determinação da renda das famílias e das pessoas em cada caso. No Brasil, há a adoção do salário mínimo ou de um de seus múltiplos como determinante de linha de pobreza.
2. Linhas de pobreza observadas – referenciam-se na estrutura de consumo de populações de baixa renda. Este procedimento depende da disponibilidade de informações sobre a estrutura de consumo investigada em pesquisas de orçamentos familiares. Seu uso traz vantagem para fins de mediação e caracterização da pobreza, visto que a despesa da família reflete melhor sua renda permanente e a distribuição de despesas permite uma melhor compreensão das condições de vida das camadas mais desprivilegiadas.

Rocha (2003) defende que a estrutura de consumo das famílias constitui uma fonte mais adequada para a definição de linhas de pobreza. No caso brasileiro este método é viável,

pois há uma ampla disponibilidade destas informações através da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do IBGE e porque há uma base teórica (as necessidades nutricionais) que permite derivar uma cesta alimentar mínima. Por esta razão, e tendo em vista as desigualdades regionais brasileiras, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) estabelece linhas de indigência diferentes para cada região brasileira, com base nas diversas despesas de cada local, no intuito de se atender à ingestão energética recomendada.

Ao se optar pela utilização da linha de pobreza a partir do consumo observado, é preciso determinar quais são as necessidades nutricionais da população em questão, estabelecer a cesta nutricional de menor custo que as atenda e estimar o consumo mínimo adequado de itens não alimentares para que, a partir destes componentes, se obtenha o valor da linha de pobreza. No caso, o valor correspondente a esta cesta nutricional é o da linha de indigência. Mediante esta situação, Atkinson (1989) declara:

Necessidades nutricionais dependem de onde as pessoas habitam e do que elas fazem. Elas variam de pessoa para pessoa, de forma que qualquer resultado será apenas probabilístico: para um certo nível de consumo há uma certa probabilidade de que a pessoa esteja inadequadamente alimentada (ATKINSON, 1989: 208).

Ao se estabelecer as necessidades nutricionais, deve-se garantir a ingestão mínima de nutrientes (calorias, proteínas e demais nutrientes) e então derivar o aporte energético da cesta alimentar de cada família através da composição dos alimentos. Desta forma, se obtém a estimativa do consumo energético per capita da família, que é comparada com a ingestão recomendada, de modo a indicar o mais baixo décimo da distribuição em que essas necessidades nutricionais são atendidas.

No caso do consumo não alimentar, é mais complicado definir a quantidade mínima para estas necessidades. Adotando a hipótese de que a despesa alimentar é um percentual constante do dispêndio total das famílias (alimentar + não alimentar) este consumo não alimentar é calculado para um determinado período de tempo, através da relação despesa alimentar/ despesa total. Assim, o resultado vai depender da estimativa do valor do custo alimentar naquele determinado período.

Como pode ser observado, a constituição desta linha a partir da noção de consumo mínimo indispensável apresenta diversas dificuldades empíricas: no que concerne à cesta básica alimentar o problema está em definir sua composição e a escolha dos preços adequados por produto; já em relação às outras necessidades básicas, não se dispõe de parâmetros de consumo essencial, nestes casos juízos de valor são inevitáveis.

Destarte, é imprescindível comentar que o uso desta abordagem é alvo de algumas críticas. A principal delas refere-se ao fato de que, dentro deste enfoque, as necessidades humanas são interpretadas enquanto predominantemente físicas.

Argumenta-se que as pessoas não são apenas organismos individuais que requerem a reposição de suas energias corporais, mas seres sociais, que desempenham papéis de trabalhadores, cidadãos, pais, parceiros, vizinhos e amigos. Não são apenas meros consumidores de bens materiais, mas produtores daqueles bens e participantes ativos de complexos círculos sociais. São indivíduos que dependem de instalações e serviços públicos coletivamente providos, necessidades estas tidas como universais, em vez de restritas às sociedades industriais ricas (TOWNSEND, 1993: 31).

Cumpram ressaltar, também, que alguns autores como Sen (2000); Lopes, Macedo & Machado (2003) e Salama & Destremau (2001) alertam, ainda, para o risco de se utilizar um valor monetário associado ao custo do atendimento das necessidades médias de uma determinada população em países mais pobres, pois este enfoque associa níveis de bem-estar ao grau de sucesso da integração das famílias à economia de mercado. Desta forma, desconsidera a autoprodução e outros consumos não financeiros que têm impacto nas condições de vida das camadas mais pobres.

[...] um indicador de pobreza, definido a partir de rendimentos monetários, negligencia o conjunto de bens que não passam pelo mercado e que afetam o bem-estar ou o mal-estar dos indivíduos, quer provenham de doações, de solidariedade, de autoconsumo e não tenham caráter monetário [...] (SALAMA & DESTREMAU, 2001: 48).

Com efeito, outras abordagens tentam dar conta destas variáveis, como será explicitado a seguir.

1.2.2 O enfoque das necessidades básicas insuficientes

A abordagem das necessidades básicas insuficientes foi constantemente adotada nos anos 1970 pelos organismos internacionais. Porém, rigorosamente, esta abordagem existe desde a década de 50, quando surge a ideia de que o progresso social pode ser mais bem auferido via satisfação das necessidades básicas das pessoas do que por meio do crescimento econômico.

A discussão sobre necessidades básicas floresceu em quatro contextos distintos dentro do campo da economia. Na seara da economia clássica, o debate voltou-se para a questão da definição de um salário para os operários, de modo que os trabalhadores da indústria pudessem obter o mínimo vital. Na esfera da filantropia, a preocupação consistia na contagem dos pobres e no estabelecimento de critérios de satisfação das necessidades, assim como na determinação de um nível de auxílio que

puddesse beneficiar algumas categorias. Mais recentemente, a economia do desenvolvimento dos países pobres pautou-se na noção das necessidades básicas: além do próprio interesse na satisfação daquelas necessidades, o debate na área desenrolou-se concomitantemente às discussões sobre o capital humano, que enalteciam o aspecto produtivo gerado pelo suprimento dessas mesmas necessidades, uma vez que aquela satisfação desembocaria num aumento da capacidade de aporte das pessoas para o crescimento econômico. Contemporaneamente, a noção das necessidades básicas aparece associada ao debate sobre subdesenvolvimento, sendo aplicada a países inteiros, sem que as três preocupações supracitadas sejam negadas (SALAMA & DESTREMAU, 2001: 73-74).

No curso deste processo, a mensuração da pobreza passa a ser efetuada sobre um novo prisma que considera como pobres os segmentos ou indivíduos que não conseguem ter acesso a uma gama de “bens primários” que atendam aos imperativos humanos elementares, como habitação, esgotamento sanitário, água encanada e educação.

Esta abordagem define de forma mais precisa quais são as necessidades básicas de cada sociedade considerando suas especificidades, já que estas variam de uma localidade para outra. Por exemplo, o acesso à rede de captação de esgoto sanitário em áreas urbanas densamente povoadas é essencial, mas desnecessário em áreas rurais, onde o uso da fossa séptica pode ser adequado.

Portanto, este enfoque, por ser mais abrangente, favorece a análise das estruturas sociais condicionantes da pobreza, mostrando ser imperioso admitir que se deve desenvolver uma complexa combinação de crescimento, redistribuição, reorganização do comércio e de outras relações institucionais, assim como a reconstituição de aspectos tradicionais sob novas formas de associações (CODES, 2008).

Sendo assim, este conceito traz em seu bojo a ideia de que a diminuição das desigualdades de recursos entre os indivíduos deve ser colocada como objetivo social, levando abaixo o argumento de que o crescimento nacional da riqueza material é suficiente para combater as situações de privação, como é apontado pela abordagem de insuficiência de renda.

É válido lembrar que, antes deste período, predominava a concepção unidimensional de pobreza, isto é, as mensurações do fenômeno baseavam-se exclusivamente nas variáveis de renda per capita ou Produto Interno Bruto (PIB).

Entre as inovações deste novo método de mensuração da pobreza, Rocha (2003) aponta três pontos: (1) abandono da renda como indicador-chave; (2) instituição de objetivos e medição de resultados para a sociedade como um todo, não demarcando uma subpopulação

pobre preferencialmente, o que naturalmente ameniza o diagnóstico, porém ignora eventuais diferenças entre as categorias e; (3) ênfase no caráter multidimensional da pobreza e reconhecimento das inter-relações entre as diversas carências.

Porém, operacionalmente esta forma de mensuração da pobreza apresenta dificuldades de interpretação dos resultados e estabelecimento de comparações para a construção de um indicador social sintético. Além disso, esse método não permite conhecer o grau de gravidade da pobreza, pois coloca num mesmo plano aqueles que estão apenas um pouco aquém dos limites com os que se encontram muito abaixo, em estado de miséria, não permitindo, assim, identificar também as condições de grupos específicos de cidadãos. Sobre o assunto, Townsend (1993: 32) pondera:

As severas situações de privações vivenciadas por minorias étnicas, mulheres, idosos, crianças e pessoas com incapacidades, por exemplo, não são adequadamente incorporadas nesta formulação. No entanto, a investigação destas condições e situações específicas é inseparável de análises e julgamentos mais gerais, tendo em vista que a presença de pobreza em uma sociedade é sintoma da existência de uma estrutura social que a condiciona. É no bojo de tal estrutura mais ampla que seções ou grupos da população experimentam riscos mais altos de vivenciarem carências e privações, fazendo com que alguns sejam mais empobrecidos que outros. A partir deste ponto de vista, reforça-se a importância de se analisar esta estrutura social, tanto por razões científicas, como políticas e sociais.

Ainda assim, no nível conceitual, a tarefa de definição das necessidades básicas tem ocorrido sem que haja controvérsias sobre sua escala, escopo ou inter-relações. Neste âmbito de discussão, elas são consideradas universais; independente de naturezas físicas e psíquicas, entende-se que elas podem ser satisfeitas a partir de modalidades econômicas variadas (CODES, 2008).

Contudo, é notório reforçar que, uma vez que a distribuição e a estrutura dos recursos variam nacional e internacionalmente, a satisfação destas precisões se dá de modo diferente em cada situação sendo, portanto, relativa. Outro fator importante é seu caráter variável no sentido de que as necessidades não são estanques, podendo se modificar ao longo do tempo e espaço e conforme os entendimentos que se tem de condições humanas e direitos humanos.

1.2.3 O enfoque da privação de capacidades

No âmbito das discussões conceituais sobre pobreza, o economista indiano Amartya Sen oferece uma alternativa às concepções vigentes, ao inserir a reflexão acerca da pobreza no

campo de pensamento sobre justiça social, sobre igualdades e desigualdades, culminando numa elaboração que, sem negar a relevância dos fatores econômicos, enfatiza as conotações legais, as implicações políticas e sua pertinência social.

Nesta perspectiva de análise, a pobreza é considerada como privação de capacidades básicas, ou seja, de liberdades substantivas de que uma pessoa usufrui para levar um tipo de vida que valoriza, em vez de meramente insuficiência de renda⁷. Sendo que, para o autor, a capacidade de uma pessoa consiste:

“nas combinações alternativas de funcionamentos cuja realização é factível para ela. Portanto, a capacidade é um tipo de liberdade: a liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos. [...] Enquanto a combinação dos funcionamentos de uma pessoa reflete suas realizações efetivas, o conjunto *capacitário* representa a liberdade para realizar as combinações alternativas de funcionamentos dentre as quais a pessoa pode escolher” (SEN, 2000: 95- 96).

Como pode ser observado, a noção da capacidade encontra-se intimamente ligada à ideia de *funcionamentos*. Esta capacidade representa diversas combinações de *funcionamentos* (seres e teres) que a pessoa pode realizar.

Assim, da mesma maneira que uma suposta “combinação orçamentária” representa, no campo de mercadorias, a liberdade de uma pessoa comprar cestas de produtos, a “combinação de capacidades” reflete, na área dos *funcionamentos*, a liberdade de uma pessoa escolher entre existências diversas (SEN, 2000).

Destarte, em vez de definir a pobreza como carência de suprimento das necessidades fundamentais, Sen (2000) a percebe como a falta de realização de certos *funcionamentos* de base e da aquisição das capacidades correspondentes: uma pessoa é pobre se carece da oportunidade de atingir alguns níveis minimamente aceitáveis destes *funcionamentos*. Ou seja, pobreza é definida como privação da capacidade de realizá-los, sendo que estes podem variar em coisas tão elementares quanto: ser alimentado de maneira adequada, ter boa saúde, prevenir-se contra riscos inevitáveis de morbidade e mortalidade prematura, até mesmo em realizações mais complexas, como ser feliz, ter respeito a si próprio, participar da vida comunitária etc. (SEN, 2000).

Nesta concepção, o indivíduo é percebido de maneira mais dinâmica e com um potencial próprio, em vez de ser designado como um ente passivo, que apenas recebe,

⁷ SEN (2000) acredita que o enfoque na renda não dá conta de um grande número de realizações humanas, tornando a teoria muito distante da realidade.

consume ou desfruta. O seu desenvolvimento é visto como ampliação das capacidades humanas, indo além da mera maximização de utilidades passíveis de análise através da renda.

Apesar disto, o autor não nega que a renda baixa é uma das causas principais da pobreza, uma vez que a sua falta pode ser a razão central para a privação de capacidades de uma pessoa. Em sua discussão, ele reconhece que a capacidade para o trabalho é a posse principal da maioria da humanidade, e que a obtenção de rendimento e, por conseguinte, a capacidade de comprar alimentos e outros bens, constitui meio de acesso primordial àqueles recursos.

A diferença é que esta abordagem se concentra nas privações que são “intrinsecamente” importantes, diferentemente da baixa renda, que é apenas “instrumentalmente” significativa (SEN, 2000).

O autor defende este ponto de vista porque considera que a renda não é o único instrumento que gera capacidades, acreditando existirem diversos outros fatores que influenciam a privação desta, portanto, a “pobreza real”. Argumenta ainda que o impacto da renda nas capacidades é contingente e condicional: a relação instrumental entre baixa renda e capacidade é variável entre comunidades distintas e mesmo entre diferentes famílias e indivíduos.

Deste modo, o que a distingue das outras abordagens é o “espaço avaliatório”, ou seja, identificação de um conjunto de variáveis relevantes para o bem-estar de uma pessoa. Logo, a avaliação da pobreza depende da seleção do espaço em que esta é apreciada, assim a avaliação das necessidades humanas tem de ajustar-se à existência de uma diversidade humana generalizada: seres humanos distintos ensejam necessidades e prioridades distintas.

Sendo assim, o enfoque avaliatório dessa abordagem “*pode ser sobre os funcionamentos realizados (o que uma pessoa realmente faz) ou sobre o conjunto capacitário de alternativas que ela tem (suas oportunidades)*” (SEN, 2000: 96).

Quanto ao conjunto de variações para o bem-estar de um indivíduo, Sen (2000) justifica sua existência a partir de quatro pontos: primeiro, a relação entre renda e capacidade seria acentuadamente afetada pela idade da pessoa (por exemplo, específicas do idoso), pelos papéis sociais e sexuais (obrigações familiares, responsabilidade com a maternidade), pela localização (propensão a inundações ou secas, violência etc.), pelas condições epidemiológicas e por outras variáveis sobre as quais a pessoa pode não ter controle ou ter um

domínio apenas limitado. Com a finalidade de se elaborar políticas públicas mais eficazes, é ressaltada a importância de se contrastar e se observar as diferenças existentes entre os diversos grupos populacionais, classificados de acordo com idade, sexo e localização do domicílio, entre outros fatores.

Segundo, pode haver uma junção de desvantagens entre privação de renda e dificuldade na conversão desta em *funcionamentos*. Exemplo: desvantagens como a idade, incapacidade ou doença reduzem o potencial do indivíduo para auferir renda. Mas também torna mais difícil convertê-la em capacidade, já que uma pessoa mais velha, mais incapacitada ou mais gravemente enferma pode necessitar de mais condições financeiras (para assistência, prótese, tratamento) para obter os mesmos *funcionamentos*. Assim, a pobreza real, em um sentido significativo, pode ser mais intensa do que aparenta no espaço monetário. Uma preocupação desta natureza deve ser levada em conta na avaliação de ações públicas para assistir os mais velhos e outros grupos com dificuldades de “conversão” (SEN, 2000).

Terceiro, a distribuição intrafamiliar da renda acarreta complicações adicionais na abordagem da pobreza com enfoque monetário, pois se esta é usada desproporcionalmente no interesse de alguns membros da família em detrimento de outros, o grau de privação dos negligenciados pode não se refletir adequadamente pelos proventos financeiros familiares. O viés de sexo, por exemplo, pode ser um fator relevante, principalmente na alocação dos rendimentos familiares em países da Ásia e do Norte da África: maiores taxas de mortalidade, subnutrição, negligência médica etc., demonstram que a privação de garotas aparece de modo mais evidente sob o prisma da privação de capacidade do que com análises baseadas em renda (SEN, 2000).

Quarto, a privação relativa de rendas pode resultar em privação absoluta de capacidades. Desta forma, ser relativamente pobre em país rico, mesmo quando a renda absoluta de alguém é alta em termos do padrão mundial, pode ser uma grande desvantagem, pois as dificuldades que alguns grupos de pessoas têm para se integrar à vida da comunidade podem ser cruciais na questão da exclusão. Este imperativo pode induzir demandas por equipamentos modernos, tais como televisões e carros, em um país onde estes bens são mais ou menos universais – diferentemente do que seria preciso em locais menos pujantes.

Cabe considerar também que os segmentos mais pobres em países com forte desigualdade de renda podem ter condições diferenciadas de acesso a uma série de bens e

políticas públicas, quando comparados aos mesmos segmentos em países onde o contexto geral é de pobreza.

Sen (2000) defende que maiores capacidades para viver tendem a aumentar o potencial de uma pessoa para ser mais produtiva e auferir renda mais elevada, de forma que o aumento na capacidade conduz a uma elevação na disposição de angariar recursos financeiros, e não ao contrário. Assim, serviços como de saúde e educação básica aumentam o potencial de obter renda. Porém, o autor adverte:

É perigoso ver a pobreza segundo a perspectiva limitada da privação de renda e a partir daí justificar investimentos em educação, serviços de saúde etc. com o argumento de que são bons meios para atingir o fim da redução da pobreza de renda. Isso seria confundir fins com os meios. (SEN, 2000: 114)

Com efeito, esta abordagem considera que, para a avaliação da pobreza, é necessário o intercâmbio da economia com as demais esferas de pensamento, como o direito, a filosofia, a sociologia, a política e até mesmo a biologia. Neste caso, as privações são vistas em um nível mais fundamental, introduzindo novas considerações éticas na avaliação do que realmente importa para o bem-estar de um indivíduo, tornando-se mais próximas de questões de justiça social. Portanto, o crescimento econômico *per se* não é suficiente para reduzir a pobreza, apenas é capaz de atenuá-la em certas circunstâncias. Ou seja, é preciso haver uma interação com outros fatores.

Sobre este enfoque de privação de capacidades, Martinez (1998) observa que a pobreza se expressa em um círculo vicioso, pois ao se considerar que é pobre o indivíduo que carece de dotações iniciais mínimas (ou seja, que as capacidades são muito baixas de forma a impedir o exercício de seus direitos), conclui-se, conseqüentemente, que a ausência destas os impede de ter potência em suas capacidades, perpetuando, portanto, a situação de pobreza.

Neste prisma, a autora diferencia três grupos de população com base na identificação de características similares e causas comuns; o objetivo é facilitar o desenho de políticas e programas específicos, definindo claramente seus alcances e evitando as filtrações do gasto:

1. Os não pobres: são pessoas com possibilidade de exercer efetivamente seus direitos por meio da ação de suas capacidades, pois gozam de dotações iniciais que lhes permitem alcançar os bens e serviços para poder viver uma vida com dignidade.
2. Os pobres conjunturais: são os indivíduos que se encontram em situação de ameaça do exercício de seus direitos por possuir dotações iniciais restritas, que inibem o potencial

de suas capacidades. É um grupo que se encontra em risco de ser pobre pela sua vulnerabilidade à mudança local, especialmente associada a uma alteração no seu nível de ingresso no mercado de trabalho.

3. Os pobres estruturais: são agentes sociais privados da maior parte de seus direitos, começando pelo direito fundamental a uma vida digna, a qual deriva da carência de dotações iniciais mínimas que anulam as capacidades, situando-os numa indefesa total diante de qualquer mudança do contexto socioeconômico.

Contudo, apesar do avanço na avaliação da pobreza, o trabalho de Ravallion (1994) tece um comentário acerca da importância de realização de estudos empíricos sob o enfoque das privações de capacidades, abordando o fato de que estes não têm ocorrido de modo satisfatório ao tentarem determinar quais são as capacidades relevantes em sociedades específicas. Com isso, o autor conclui que esta abordagem apresenta um alto grau de dificuldade de operacionalização empírica, uma vez que trata eminentemente de aspectos que não são facilmente observáveis ou mensuráveis na realidade. Ainda sobre este assunto, diz que esta formulação oferece uma perspectiva “filosófica” da natureza do problema, contribuindo para que se possa ter uma compreensão aprofundada sobre o significado do fenômeno, notadamente no nível teórico-conceitual.

Ainda assim, sem desconsiderar a crítica supracitada, seria um erro gravíssimo minimizar os ganhos que esta abordagem complexa e multidimensional da pobreza traz para o assunto ao suscitar questionamentos referentes a alguns pressupostos respeitáveis que devem pautar a formulação de estratégias de combate à pobreza. O primeiro deles é a importância de um profundo conhecimento dos contextos locais, considerando que os determinantes da pobreza podem ser muito distintos, especialmente em países como o Brasil. Outra questão é a indispensabilidade de uma abordagem integral do problema, ou seja, de ações que afetem suas múltiplas dimensões.

Enfim, até a última década do século passado, o conceito de pobreza era elaborado a partir da economia como uma noção que apontava a renda suficiente para se viver uma vida digna, porém, nunca se apresentou como um instrumento de compreensão da sociedade. Por este motivo, o tão recente conceito multidimensional tem o grande desafio de superar o equívoco de entender os processos sociais de carência como resultado único final do trabalho, isto é, de renda, como diz Sarti (2009): “*a pobreza é uma categoria relativa. Qualquer tentativa de confiná-la a um único eixo de classificação, ou a um único registro, reduz seu*

significado social e simbólico” (p. 42). Assim, esta perspectiva deve ressaltar a importância da junção de diferentes tipos de ações e sua integração a uma política que considere intervenções de curto, médio e longo prazo (AZEVEDO E BURLANDY, 2010).

A concepção multidimensional também retrata outro aspecto, não menos importante, que contribui para sua elaboração, que é a percepção sociológica da pobreza, entendendo-a não somente como estado de despossuir; mas *“um status social específico, inferior e desvalorizado, que marca profundamente a identidade daqueles que a vivenciam”* (PAUGAM, 2003: 13).

Quanto a isto, ela valoriza uma perspectiva que não abarca somente a insuficiência de recursos de matérias ou de capacidades, mas contempla, também, o processo que se constitui nos interstícios do sistema social e se amplia na experiência vivida, com reflexões na constituição de subjetividades, tanto no plano individual, quanto no coletivo.

Para tanto, considera as situações de pobreza em termos da experiência daqueles que a vivenciam, permitindo explicitar a base objetiva de conflitos a respeito de valores e bens escassos, como renda, status ou poder. Neste sentido, o modo como as pessoas definem uma situação, mais do que os aspectos objetivos desta, deve ser o centro da atenção analítica. A este respeito, Salama & Destremau (2001: 8) dizem: *“as abordagens multidimensionais, aquelas que incluem a apreciação subjetiva dos cidadãos acerca da própria situação, são, portanto, indispensáveis”*.

Esta percepção vincula, ainda, a ideia de carência à noção de trajetória, permitindo abranger o processo de empobrecimento ou de vivência da pobreza de forma longitudinal compreendendo, assim, o percurso temporal dos indivíduos, o conceito de identidade, de crise e de construção dessa identidade que, muitas vezes, se vê marcada pelas situações de não reconhecimento e humilhação social ou por situações de desprezo⁸. Por fim, considera o aspecto da territorialidade, ou seja, a base espacial que abriga processos excludentes, que podem levar à exclusão e à segregação.

Cabe aqui uma ressalva, apenas para clarificar, que a pobreza não significa necessariamente exclusão, ainda que uma possa conduzir a outra. É possível ser pobre e não

⁸ O trabalho de François Dubet permite aprofundar as questões acerca do desprezo. Ao analisar as novas faces da desigualdade, o autor conclui que em situações onde o sujeito é chamado à responsabilização de si, o apelo a uma concepção de sujeito igual (em situação de desigualdades de oportunidades) amplia a experiência do desprezo, pois a pessoa é despojada das estruturas sociais e culturais que lhe impedem de ser livre e responsável. (DUBET, 2003:57).

excluído, e o inverso. Desta forma, apesar de serem concebidas por um mesmo fenômeno, não são ideias sinônimas. São excluídos os grupos de pessoas que se encontram parcialmente ou integralmente fora do campo de aplicação efetiva dos direitos humanos.

“[...] se estas pessoas vivem afastadas das metrópoles e vivem com recursos muito escassos, numa economia de autossustentação, cultivando valores menosprezados pela sociedade urbana dominante, então, podemos dizer que essas pessoas partilham pobreza e exclusão” (ESTIVILL, 2006: 120)

Nesta percepção, a exclusão é resultado de uma dinâmica e só é sociologicamente compreensível quando colocada nesse percurso que a produz. No Brasil, por exemplo, a pobreza não pode ser dissociada deste acúmulo da exclusão social, nem da discussão das desigualdades sociais, como se verá a seguir.

1.3. POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL: UMA VISÃO SOCIOLÓGICA

A abordagem sociológica busca interpretar o que levou um indivíduo ou grupo familiar a ser pobre, e constitui “[...] a base de análises sobre as trajetórias, as causas e suas dinâmicas cumulativas, os efeitos de ruptura etc.” (SALAMA & DESTREMAU, 2001: 116).

Assim, a percepção que se faz da pobreza é permeada pelos fatores qualitativos e subjetivos que se aproximam da diversidade vivida e sentida, enfatizando, com isso, as trajetórias individuais.

A exclusão sobrevém ao término dessas trajetórias individuais nas quais se acumulam consequências que são acompanhadas de mecanismos para estigmatizar, separar e rejeitar. Desta forma, este processo age não apenas em relação às pessoas envolvidas, mas também nas representações das quais elas são objeto. Sendo assim, nesta concepção a pobreza é permeada por avaliações subjetivas e juízos de valor que definem sujeitos e situações apoiando-se na percepção de certos “signos externos de pobreza”, que vão repercutir nas representações estabelecidas. Deste modo, a definição do sujeito pobre como arquétipo ou da pobreza como estado traduz uma construção mental política, social e classificadora, como pode ser visto no primeiro item deste capítulo.

Desta forma, como declara Escorel (1999: 38):

O campo de estudo sobre a pobreza está composto por fatos objetivos (taxas de pobreza e desemprego, estratos de rendimentos, escolaridade, acesso à infraestrutura

urbana etc.) quanto pelas imagens, ideias e representações que a sociedade compartilha sobre “quem são” e “como são” os pobres.

O entendimento deste processo de exclusão está deslocado das percepções que a entendem como um problema individual – em que fazem parte desta delimitação os “vadios”, os “marginais” -, compreendendo-a como uma violação dos direitos do homem, isto é, da cidadania⁹. Para Escorel (1999: 78), “*a articulação da pobreza com a não cidadania é um ponto central na caracterização da exclusão social*”.

Explicitando sobre o termo exclusão social, ele foi adotado pela primeira vez no livro de Lenoir (1974) - “*Os excluídos, um francês em cada dez*”. Porém, Fretigné (1999) e Paugam (1996) apontam obras anteriores a esta, pois acreditam que o termo “excluídos” – usado no título – estaria mais ligado a imperativos promocionais da edição do que a uma clarificação conceitual. Ainda a este respeito, Escorel (1999) lembra que o título do livro teria sido escolhido pelo editor por causa do sucesso de Foucault em seus estudos sobre a história da loucura. Neste momento, a noção de exclusão estava associada à sua dimensão subjetiva e não à sua condição objetiva, isto é, à condição econômica ocupacional.

Mas, foi a partir do final dos anos 1980 que o termo exclusão social adquiriu uma grande visibilidade no debate político e teórico internacional. O assunto emergente teve suas razões diante da crise econômica e das mudanças no processo produtivo, que lançaram um número considerável de indivíduos em situações de inserção precária no mercado de trabalho ou até mesmo de desemprego. Neste contexto, a ideia de inadaptação social foi sucedida pelo tema do desemprego e, conseqüentemente, a questão social passou a ser representada não mais como a situação de grupos marginais, incapazes ou inaptos para o progresso – conforme a representação das décadas precedentes –, mas como um risco para grupos da população perfeitamente adaptados à sociedade moderna, vitimados, porém, pela conjuntura econômica e pela crise do emprego que fez com que a exclusão social assumisse a cena pública.

Assim, no decorrer das décadas, o termo “exclusão social” recebeu diferentes definições. Silver (1995) as classifica de acordo com três tipos de orientações sociológicas, quais sejam: paradigma republicano ou da solidariedade, da especialização e, por fim, o do monopólio. O primeiro é expresso em trabalhos como os de Xiberras e Dominique Schnapper, que utilizam o termo como uma ruptura do vínculo social, de tipo cultural, entre o indivíduo e a sociedade, sendo, portanto, uma deficiência de solidariedade mais do que uma questão

⁹ Aqui entendida no sentido de dado por Marshall (1967), isto é, composta por direitos civis, políticos e sociais.

econômica ou política. No segundo paradigma, a exclusão é uma forma de discriminação, interpretada como se fosse uma experiência individual e a diferenciação social é uma faceta das estruturas sociais justificada por argumentos de eficiência ou liberdade. Já o paradigma do monopólio concebe a exclusão como uma consequência da formação de grupos monopólicos de poder.

No entanto, este trabalho trata de dois outros aspectos sociológicos da pobreza: o de *desqualificação social* de Serge Paugam e o de *desfiliação social* de Robert Castel, pois através deles pode-se compreender o processo da pobreza em sua visão multidimensional, o que contribui para situar esta questão social no contexto brasileiro.

1.3.1 Exclusão social: contribuições teóricas de Paugam e Castel

No último século, mediante as questões sociais contemporâneas, emergiu na pauta dos debates a temática em torno de uma “nova questão social” (CASTEL, 1998) ou, conforme Paugam (2003), uma “nova pobreza”. O lócus de atenção sobre o assunto se deu na França, onde existiu, nas últimas décadas do século XX, uma sociedade na qual o regime de salariado se generalizou, de forma que o trabalho passou a representar a possibilidade de integração à vida social. Contudo, desde os anos 70, esta “sociedade salarial” sofreu impactos, originados dos próprios processos econômicos, que resultaram na instabilidade e precarização do trabalho e no desemprego em massa, sem que tivessem sido desenvolvidas formas de proteção social adequadas a esta ausência de postos de trabalho.

Neste contexto de desestabilização, precariedade e déficit de lugares ocupáveis na estrutura social é que se desenvolve a chamada “nova questão social”. Os indivíduos atingidos por estes elementos ficam à margem dos circuitos produtivos e se tornam “inúteis para o mundo”. Neste caso, estas pessoas não conseguem sequer ser exploradas no mercado de trabalho, são seres supérfluos que não possuem lugar demarcado na sociedade, exatamente porque não carregam competências que sejam úteis para o conjunto desta, são os *desfiliaados* (CASTEL, 1998).

Para Paugam (2003), a precariedade do trabalho, a ausência de qualificação, o desemprego, a incerteza do futuro referem-se à nova condição de privação material e à

degradação moral que empurra progressivamente segmentos populacionais para a *desqualificação social*.

Uma das características centrais desse processo é que o indivíduo, ao tornar-se um *desqualificado social*, perde ou não adquire qualidades que o recomendariam à consideração pública. Outra característica é que ela implica em uma invisibilidade produzida, em uma posição de existência tão “inferior” que não pode ser considerada como alternativa credível de vida, passando a ser ignorada pela sociedade.

Nessa dinâmica, a *desqualificação social* apresenta-se como o processo no qual indivíduos em situação de marginalização revestem-se de um *status* de inferioridade social que, além de impedi-los de aprofundar um sentimento de pertencimento, serve de barreira que impede a inserção adequada como cidadão. Em outros termos, trata-se de um processo percebido através de uma trajetória de vida, na qual experiências e situações estigmatizantes são vivenciadas e interiorizadas, com efeitos negativos sobre as condições sociopolíticas e sobre a autoestima.

No entanto, estes indivíduos *desqualificados* ou *desfiliados* não são propriamente excluídos, pois eles não vivem uma situação de ausência completa de vínculos, não estão fora da sociedade, mas distantes dos processos econômicos de produção e, conseqüentemente, de consumo, ou seja, estão afastados do centro de coesão da sociedade.

O conceito de exclusão não seria, neste sentido, o termo mais apropriado para qualificá-los, pois engendra uma ideia de estática e tanto Castel (1998) como Paugam (2003), através dos conceitos de *desfiliação* e *desqualificação social*, respectivamente, desejam atribuir uma dimensão de processo ao conceito, oferecendo, assim, uma compreensão mais adequada para o que vem sendo denominado de exclusão social.

Desta forma, para Paugam (2003) a exclusão social carece ser um fenômeno complexo que deve abranger um conjunto de aspectos subjetivos envolvidos que inclui, entre outras questões, o isolamento social, a estigmatização e a identidade negativa, isto é, trata-se de um processo dinâmico, multicausal e ambíguo que pode, por muitas vezes, designar diferentes realidades.

Como pode ser percebido, esta visão possui uma forma subjetiva de vivenciar a exclusão, por isso ela é, ao mesmo tempo, um fato e um sentimento, sendo assim, objetivamente um indivíduo pode não ser considerado pobre, mas subjetivamente ele pode

viver o sentimento de pobreza (SALAMA & DESTREMAU, 2001). Dito isso, “*a pobreza é um problema para quem a vive não apenas pelas difíceis condições materiais de sua existência, mas pela experiência subjetiva de opressão, permanente e estrutural, que marca sua existência, a cada ato vivido, a cada palavra ouvida*” (SARTI, 2009: 12).

Quanto à coesão da sociedade, Castel (1998) acredita que ela é movida por dois pontos de conexão, a saber, o de fundo econômico e o de fundo social. O primeiro está relacionado às condições de trabalho, desde o emprego estável, regular, até relações precárias e o próprio desemprego. O segundo se refere às redes de sociabilidade do indivíduo, que podem caminhar das relações sólidas para o retraimento ou até mesmo esgarçamento destas. A combinação destas duas questões, que são interdependentes, dá origem a quatro “zonas”: integração, vulnerabilidade, assistência e *desfiliação* (CASTEL, 1998).

Na zona de integração, o indivíduo possui as garantias de um trabalho permanente e ainda está incluído em relações sociais sólidas. Na vulnerabilidade, o agente social atravessa uma situação de ameaça em razão da precariedade do trabalho e tem seus laços sociais enfraquecidos. Na terceira zona, a pessoa atingida pela precarização do emprego e pelo enfraquecimento dos laços familiares é assistida pela esfera pública no intuito de evitar seu desligamento da sociedade. Na *desfiliação* estão aqueles que se encontram desempregados e que também perderam as relações familiares e/ou sociais construídas no mundo do trabalho, no bairro, na vizinhança etc.

A este respeito, Paugam (2003) também estabelece fases, destacando o caráter processual da *desqualificação social*, que são: fragilidade, dependência e ruptura. A fragilidade está relacionada à experiência vivida da deslocalização social. Essa deslocalização diz respeito a experiências como a dificuldade de inserção profissional e a perda de referências, como o local de moradia, por exemplo. Se esta situação se mantém, ela pode conduzir a uma dependência em relação aos serviços de assistência. A dependência é a fase em que os serviços sociais se responsabilizam pelas dificuldades enfrentadas pelos indivíduos que, em sua maioria, desistiram de ter um emprego. E, por fim, a última etapa do processo é a ruptura, produto de uma soma de fracassos que conduzem a uma acentuada marginalização. Os que se encontram nesta situação vivenciam um acúmulo de dificuldades, tais como afastamento do mercado de trabalho, problemas de saúde, falta de moradia, perda de contato com a família etc.

Desta forma, a “nova pobreza” está associada à crise da sociedade industrial e à *desfiliação*; refere-se à nova condição de privação material e de degradação moral oriundas da precariedade do trabalho, da ausência de qualificação, do desemprego e da incerteza do futuro. Esta “nova pobreza” é um processo de natureza multidimensional que vai para além dos problemas de participação da vida no trabalho, englobando os campos de habitação, educação, saúde e acesso a serviços (PAUGAM, 2003).

Contudo, no Brasil, questiona-se a adequação dos termos “nova pobreza”, ou uma “nova questão social”¹⁰, pois, neste país, jamais existiu o pleno emprego que garantisse proteção social a todos, ou seja, não se alcançou uma cidadania generalizada ou a total universalização. Como relata Schwartzman (2004: 32):

Historicamente, o Brasil se desenvolveu através de um processo denominado “modernização conservadora”, cuja característica principal é, precisamente, a não incorporação de grandes segmentos da população aos setores modernos da economia, da sociedade e do sistema político.

É notório que, após a década de 30, houve um longo processo de extensão dos direitos trabalhistas, porém estes eram permeados por um caráter seletivo, no qual os direitos restringiam-se ao lugar que o trabalhador ocupava no processo produtivo, isto é, a cidadania estava embutida na profissão. A consequência de toda esta engenharia foi o reforço das desigualdades sociais e a discriminação na identificação dos cidadãos. Esta realidade só mudou em 1970, quando a Previdência se expandiu e reorganizou sua estrutura administrativa, de forma que a cobertura deixou de ser via integração seletiva, universalizando-se sob um ordenamento político fechado, que reprimiu as demandas sociais. Com isso, a cidadania deixou de ser hierarquizada, mas foi nivelada a um estatuto inferior, de forma a não contribuir para amenização das desigualdades sociais.

Além do mais, o trabalho assalariado neste país não é sinônimo de trabalho formal, com as coberturas previdenciárias definidas em lei. A presença de um setor terciário informal foi sempre marcante, entendido, pelas ciências sociais, como um resquício de uma dualização da economia em dois setores mais amplos, um moderno e capitalizado, mais vinculado à indústria, e outro arcaico, descapitalizado e vinculado à prestação de serviços desqualificados.

Desta forma, no caso brasileiro, o processo de *desqualificação social* ou *desfiliação* surge em decorrência do modo pelo qual um contingente expressivo da população acaba por inserir-se na sociedade e das implicações dessa inserção nas suas condições de vida.

¹⁰ Não entrarei no mérito da discussão, pois não é o objetivo deste trabalho.

Conseqüentemente, este processo, aqui no Brasil, não é apenas social no sentido *stricto sensu*, mas também político e econômico.

De tal modo, não há como negar que - se for possível uma analogia- no Brasil, existe, sim, um número significativo de *desfiliados* ou de *desqualificados sociais* e muitos que se encontram na *zona de vulnerabilidade*, cambiando para a *zona de assistência*. Há um grande elenco de carências e problemas, relacionados ao desemprego, à desorganização e violência urbana, à insegurança pessoal e à deterioração de alguns serviços públicos elementares para o bem-estar da população, como pode ser observado no decorrer deste trabalho.

1.4 POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL

A desigualdade social é uma das características predominantes no desenvolvimento histórico do Brasil, desde sua colonização estava bem definida a estratificação na origem da estrutura de posições e papéis sociais – os colonizadores e os colonizados despossuídos de direitos. Posteriormente, o sistema escravocrata vem contribuir para a perpetuação e proliferação desta situação. E, quando nem mesmo haviam se conquistado, em sua plenitude, os direitos civis e políticos, os direitos sociais são “adquiridos” a partir de uma *cidadania regulada*¹¹ (SANTOS, 1994), isto é, os direitos são outorgados a partir do lugar que o trabalhador ocupa no processo produtivo. A consequência de toda esta engenharia é o reforço das desigualdades sociais e a discriminação na identificação dos cidadãos.

Diante deste quadro, a cidadania, entendida no sentido utilizado por Marshall (1967)¹², enfrenta diversos impasses e, conseqüentemente, afeta diretamente o processo de pobreza e *desfiliação social* no Brasil. Os direitos civis, políticos e sociais não estão, por todo, assegurados, e muitas pessoas são segregadas em seus próprios lares – quando ainda os possuem -, enclausuradas pelo medo, pela insegurança, pela falta de recursos para sua locomoção, com dificuldade de acesso a um grande número de bens materiais, aos serviços sociais, educativos, sanitários, à saúde, à proteção social, assim como à participação ativa nas decisões que influenciam suas vidas. Não cabe aqui esgotar o assunto, mas apenas para ter

¹¹ Refere-se a um “conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal” (SANTOS, 1994: 68).

¹² Cidadania é composta pelos direitos civis (liberdade pessoal, direito a propriedade, à livre circulação...), políticos (de reunião, associação, expressão, participação política...) e sociais (proteção social, inserção etc.).

uma noção do quadro, serão destacados alguns fatores que contribuem para o processo e/ou manutenção das situações de pobreza, desigualdade e *desfiliação social*.

Os direitos civis são os mais antigos das sociedades modernas. Segundo Marshall (1967), ao analisar a história inglesa, eles foram os primeiros a surgir, datando do século XVIII. Estes direitos protegem os indivíduos tanto da ação autocrática do Estado quanto da ação predatória de outros indivíduos.

Uma análise histórica da sociedade brasileira indica que sua concretização é bem mais recente. Quando estes já estavam garantidos nas sociedades inglesas, aqui ainda se vivia a escravidão e, atualmente, ainda são enormes as dificuldades para efetivar as liberdades individuais. Se for necessário reclamá-los, o cidadão de poucos recursos dificilmente terá condições de fazer valer seus direitos junto ao poder judiciário. O acesso à justiça no Brasil é extremamente caro, o tempo de tramitação dos processos é extenso e a garantia constitucional de assistência jurídica integral aos que dela necessitam não se cumpre. Segundo Santos (1994), na nossa sociedade impera a impunidade e a justiça é aleatória, isto é, não atinge a todos.

O sistema policial, por sua vez, tem por objetivo defender o patrimônio e a integridade física dos cidadãos, mas é marcado pela corrupção. Conforme relata Schwartzman (2004), em muitas circunstâncias, a polícia é parte do problema, e não sua solução. Sobre isso, chama a atenção para “*os riscos e ameaças que a polícia representa para os cidadãos, sobretudo de classe mais baixa e de cor negra, que são objetos constantes de ‘profiling’ e objetos de maus-tratos e violência*” (p. 55). O autor ainda indaga sobre: “*qual a efetividade da polícia na proteção do direito de propriedade e da segurança individual*” (p. 55).

Além disto, diversas situações vêm contribuindo para que muitas pessoas sobrevivam cerceadas dos direitos à liberdade pessoal, à livre circulação, à inviolabilidade do domicílio etc., como as vivenciadas no contexto das inúmeras favelas brasileiras.

No que se refere aos direitos políticos, os critérios restritivos para participação no processo eleitoral, tais como renda, propriedade e sexo, foram abolidos há um longo tempo (ainda que a inclusão dos analfabetos só tenha ocorrido com a Constituição de 1988, que também rebaixou limite de idade para 16 anos). No entanto, ainda permanecem valores corporativistas e traços culturais, tais como a patronagem, o clientelismo, a manipulação do

eleitorado, a venda dos votos, a inconsistência das estruturas partidárias etc., que rebaixam o verdadeiro significado da cidadania política (SCHWARTZMAN, 2004).

Ainda sobre o tema eleitorado, Santos (1994) defende que existe outro país embutido neste que atende os requisitos poliárquicos¹³, que seria o de um “*hobbesianismo*” social – visto se observar, no Brasil, que quanto maior a renda e a educação, menor é a taxa de envolvimento em partidos políticos. Apesar da confirmação poliárquica, onde a associação e afiliação a sindicatos são crescentes conforme a renda e escolaridade, detecta-se que 82% das pessoas com ocupação (empregadas) não são filiadas. Esta massa forma uma cultura cívica (sistema de crença, valores) que possui expectativa próxima de zero quanto à eficácia do Estado. Fato que pode ser alimentado diante da acelerada transformação social que produz a sensação de que nada é certo no futuro imediato; da compreensão que fazem da política (exemplo, se esta compensa, não compensa e se não sabe); da impotência individual em se ajustar ao mundo, visto reconhecerem que a retribuição da sociedade independe da contribuição do indivíduo, o que gera descrença, confiança só no âmbito privado, e luta no sentido de cada um por si.

Referindo-se, também, a outras formas de representação política, como associações voluntárias, observa-se que estas, igualmente, saem prejudicadas por esta cultura cívica que se constitui em um obstáculo sério à inclusão, alimentando a grande bolha que mantém um número significativo de indivíduos sob as égides da alienação e da exclusão. Conseqüentemente, os direitos políticos, neste país, têm grandes dificuldades de garantir que as diversas necessidades de seu contingente populacional sejam representadas.

Finalmente, ao falarmos de direitos sociais, temos questões como direitos trabalhistas, educação e saúde que funcionam, atualmente, de maneira a reforçar as situações de pobreza, de desigualdade e de *desfiliação social*.

Os direitos referentes a salários, férias, indenizações, seguros, aposentadorias não se estendem a todos os cidadãos, deixando um amplo contingente de atores sociais desprovidos de proteção social e previdenciária e, portanto, à mercê da própria sorte. Uma vez impedido de exercer atividade laboral, este trabalhador, excluído do mercado formal, sofrerá conseqüências perversas em comparação ao segurado pela previdência. No último ano, 53,7%

¹³ Para responder a estes requisitos é preciso avaliar se a expansão da participação eleitoral reflete efetivamente em dinâmica partidária competitiva e se a organização extrapartidária (sindicatos, associações) se aplica às relações entre educação, renda e participação, como em outras poliárquias, ou seja, se acompanha a regra de que quanto maior a renda e escolaridade, maior a participação.

da população ocupada nas regiões metropolitanas encontra-se em relações de trabalho precárias (IBGE, 2011).

A educação, por sua vez, é um canal importante de ascensão e mobilidade social, além de ser um mecanismo de reprodução e consolidação das desigualdades sociais. Segundo Schwartzman (2004: 42):

A diferença parece estar relacionada com a expansão das oportunidades de trabalho. Se as oportunidades estão em expansão, a educação funciona como canal de ascensão, gerando inclusive um espaço para a competição meritocrática que altera, em certa medida, hierarquias sociais previamente existentes. Quando as oportunidades de trabalho não estão aumentando, a educação funciona, sobretudo, como um mecanismo de seleção e recrutamento que reproduz as desigualdades sociais existentes, dada a grande correlação que existe entre desempenho escolar e nível socioeconômico das famílias dos estudantes.

Com efeito, em 2,12% dos municípios brasileiros a maior parte dos chefes de família não sabe ler ou escrever e 53,5% das cidades do Brasil exibem grande participação de chefes de família com pouca escolaridade, a maioria encontrada nas regiões Norte e Nordeste. Em contraponto, 6,2% dos municípios, quase todos localizados nas regiões Centro-Sul, registram reduzida proporção de chefes de família com pouco estudo (SCHWARTZMAN, 2004).

Como pode ser visto, apesar da comprovada importância do papel da educação na superação da pobreza, esta ainda se apresenta em nossa sociedade de forma diferenciada e seletiva, acentuada pela grande heterogeneidade de seus sistemas.

Se todos os jovens tivessem acesso ao mesmo tipo de educação e pudessem chegar à conclusão da educação secundária em igualdade de condições, teríamos uma situação de igualdade de oportunidades, mesmo com um mercado de trabalho restrito. No entanto, a qualidade da educação oferecida pelas escolas públicas, que predominam no nível fundamental e médio, é extremamente variada, sendo que as melhores escolas são as particulares, só acessíveis a famílias de renda média e alta. (OLIVEIRA E SCHWARTZMAN, 2002 apud SCHWARTZMAN, 2004: 43).

Além do mais, por vezes, este sistema se comporta de forma excludente, buscando eliminar, ou estigmatizando com sua ideologia disciplinar, os alunos ditos “complicados”. Não são bem vistos os bagunceiros, os agitados, os problemáticos, os com dificuldade de atenção ou até mesmo de aprendizagem, características estas que, muitas vezes, são apenas reproduções e reprodutoras da questão social. Isto é, constantemente o sistema educacional tem funcionado num ciclo vicioso, contribuindo para o processo de pobreza e exclusão social.

Uma análise sobre a área de saúde deve começar por um entendimento das condições gerais de morbi-mortalidade da população, e prosseguir com uma análise das estruturas de atendimento hoje existentes no país.

No Brasil, ainda existem diferenças importantes nas condições gerais de saúde da população de diversas regiões, principalmente no que se refere ao acesso e à qualidade deste atendimento:

Na prática, o governo federal arca com cerca de 75% dos custos do atendimento à saúde. Como este atendimento se dá através do setor privado, dos hospitais universitários e de outros recursos que se concentram nos estados mais ricos, isto significa que os habitantes destas regiões recebem muito melhor atendimento do que os de regiões mais pobres, aonde existem menos recursos e piores instalações (SCHWARTZMAN, 2004: 51).

Mediante este quadro, acaba ocorrendo uma inclusão às avessas, isto é, quem mais tende a se encontrar em situações que levam a circunstâncias de risco à saúde, são os que mais precariamente têm acesso e qualidade nestes serviços.

Para além destes aparelhos, são também importantes as condições gerais de saneamento, as condições de segurança que podem afetar determinados grupos ocupacionais e habitantes de grandes centros urbanos.

Outros fatores como crenças, diferenças de raça e gênero, que se apresentam de formas mais variadas no território brasileiro, também contribuem para a discriminação e para a segmentação, fomentando o processo de pobreza, desigualdades sociais e *desfiliação*.

Em se tratando de renda, a desigualdade também é alarmante. Segundo Henriques (2000), vivemos uma perversa desigualdade na distribuição da renda e das oportunidades de inclusão econômica e social. Os resultados revelam que, em 1999, cerca de 14% da população brasileira vivia em famílias com renda inferior à linha de indigência e 34% com renda inferior à linha de pobreza. Desse modo, cerca de 22 milhões de brasileiros poderiam ser classificados como indigentes e 53 milhões como pobres. E mais, o Brasil é o país com o maior grau de desigualdade entre os que dispomos de informações, com a renda média dos 10% mais ricos representando 28 vezes a renda média dos 40% mais pobres. Conforme o indicador de desigualdade¹⁴ que compõe o Índice de Exclusão Social¹⁵, 49,0% dos municípios brasileiros exibem um grau muito elevado de desigualdade entre os chefes de grupos familiares, sendo que a maioria deles encontra-se nas regiões Norte e Nordeste.

¹⁴ Esse indicador visa computar o grau de desequilíbrio entre chefes de família situados nos extremos da distribuição de renda.

¹⁵ Falaremos mais sobre este índice no próximo tópico.

Talvez o maior disparate seja que essa imensa desigualdade não é proveniente da falta de recursos¹⁶, visto que a renda média brasileira é significativamente superior à linha de pobreza, o que remete à conclusão de que a intensidade da pobreza está diretamente ligada à concentração de renda: no auge da instabilidade macroeconômica de 1989, o coeficiente de Gini¹⁷ chega a 0,64 e o índice de Theil¹⁸ a cerca de 0,91; os 10% mais ricos recebem uma renda média cerca de 30 vezes superior à dos 40% mais pobres e a razão entre a renda média dos 20% mais ricos e a dos 20% mais pobres alcança o múltiplo de 35. No outro extremo, os 50% mais pobres da população detêm, ao longo de todo o período analisado, pouco mais de 10% da renda. O grupo dos 20% mais pobres se apropria, em conjunto, somente de cerca de 2% do total da renda. Por fim, o seletivo grupo composto pelo 1% mais rico da sociedade concentra uma parcela da renda superior à apropriada por todos os 50% mais pobres. Resumindo, vivemos em uma perversa assimetria social (HENRIQUES, 2000).

Outro fato inusitado é um país com renda *per capita* relativamente elevada manter, nos últimos 20 anos, cerca de 40% da sua população abaixo da linha de pobreza.

Enfim, no caso brasileiro as manifestações das desigualdades são efetivas nas condições materiais de vida, influenciando e sendo influenciadas pelas características culturais de nossa sociedade e pelas maneiras como os indivíduos pensam e concebem seus projetos de vida. Assim, para além da renda ou das condições objetivas da pobreza, a interação entre esta dimensão material e a simbólica torna-se aspecto importante para compreensão dos padrões de desigualdade que caracterizam nossa sociedade.

¹⁶ A importância da escassez de recursos na determinação da pobreza brasileira é avaliada, a seguir, a partir de três critérios: uma comparação do Brasil com o resto do mundo, uma análise da estrutura da renda média do país e, finalmente, um exame do padrão de consumo médio da família brasileira.

¹⁷ Coeficiente de Gini é um parâmetro internacional, que foi desenvolvido pelo matemático italiano Corrado Gini, para ser usado para medir a desigualdade de distribuição de renda entre os países. O coeficiente varia entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo do zero menor é a desigualdade de renda num país e, com efeito, quanto mais próximo do um, maior a concentração de renda num país. O cálculo deste coeficiente é baseado na Curva Lorenz, para tanto, são necessários os valores da proporção que acumula variável da população e a proporção que acumula variável da renda.

¹⁸ Theil (1967) propôs dois índices – T e L - para medir o grau de desigualdade da distribuição de indivíduos segundo a *renda familiar per capita*. O índice de Theil é dado pelo logaritmo neperiano da razão entre as médias aritméticas e geométricas da renda familiar per capita média. Seu valor varia de 0 a 1 e quanto maior este valor, pior a distribuição.

1.5 MEDIDAS MULTIDIMENSIONAIS DA POBREZA

Existem diversas propostas de medidas para as variadas dimensões da pobreza. Uma vez de acordo sobre a importância de indicadores escalares de pobreza multidimensional, vale enfatizar que não existe uma forma única para sua construção. A cada passo do processo de elaboração surgem dilemas tais como: Quais as dimensões mais relevantes? Quais devem ser as variáveis adotadas e seus pesos? Qual deve ser o método de agregação das dimensões da pobreza? Como agregar a pobreza de todas as pessoas?

No Brasil há mais de 40 anos, criando e implementando projetos, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)¹⁹ busca responder aos desafios específicos do Brasil e às demandas do país através de uma visão integrada de desenvolvimento. As principais preocupações do Programa no Brasil são a modernização do Estado, o combate à pobreza e à exclusão social, a conservação ambiental e uso sustentável de recursos naturais. Para tanto, o PNUD utiliza uma série de indicadores distribuídos em seis dimensões, quais sejam, características do município, saúde, educação, renda, moradia e população. Alguns dos exemplos de indicadores adotados são: esperança de vida ao nascer, mortalidade até 1 ou 5 anos de idade, probabilidade de sobrevivência até os 40 ou 60 anos, número de médicos residentes por mil habitantes, taxa de alfabetização, taxa de frequência à escola por grupos de idade, média de anos de estudo, renda per capita, razão entre a renda média dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres, coeficiente de Gini, coeficiente de Theil, intensidade de indigência - linha R\$ 37,75, intensidade de pobreza - linha R\$ 75,50, percentual de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica, com água encanada, que vivem em domicílios subnormais, terrenos próprios e quitados etc.

Para aferir o grau de desenvolvimento humano sustentável de uma sociedade, o PNUD utiliza o Índice de Desenvolvimento Humano²⁰. Ele parte do pressuposto de que, para aferir o avanço de uma população, não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana.

¹⁹ O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é a rede global de desenvolvimento da Organização das Nações Unidas, presente em 166 países, tendo como mandato central o combate à pobreza.

²⁰ A ideia de construir um indicador escalar que sintetize todas as dimensões relevantes da pobreza humana tomou maior impulso somente após a criação dos Índices de Pobreza Humana (IPH-1 e IPH-2) pelo PNUD, em meados da década de 90.

1.5.10 Índice de Desenvolvimento Humano – IDH

Por um longo período, o Produto Interno Bruto – PIB foi usado como indicador *proxy* de nível de desenvolvimento socioeconômico. Contudo, a constatação de que, apesar do seu crescimento, persistia alto o nível de pobreza e acentuavam-se as desigualdades sociais em vários países, evidenciou-se a impropriedade deste indicador como medida representativa de bem-estar social.

Desta forma, a partir de meados dos anos 60, foram desenvolvidos instrumentos de mensuração de bem-estar social, sob os auspícios das instituições multilaterais como OCDE, UNESCO, FAO, OIT, OMS, UNICEF e Divisão de Estatísticas das Nações Unidas (JANNUZZI, 2003).

Com estes indicadores, esperava-se que os governos nacionais pudessem orientar melhor suas ações, proporcionando níveis crescentes de bem-estar social, distribuindo mais apropriadamente as riquezas geradas e superando as iniquidades do desenvolvimento econômico acelerado (JANNUZZI, 2003).

No entanto, foi só no ano de 1990 que se datou o primeiro modelo de mensuração de bem-estar social, tanto do ponto de vista conceitual quanto operacional. Este fato foi decorrente da dificuldade de construção de um indicador social sintético que fosse suficientemente amplo para considerar os diferentes aspectos da pobreza e gerar resultados possíveis de comparações. Nesta perspectiva é que o Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento – PNUD propôs o índice de desenvolvimento humano – IDH, elaborado por Amartya Sen. Com este indicador, o progresso humano deixou de ser medido apenas pelo critério econômico da renda per capita, ponderando, também, fatores que ampliam as oportunidades de escolhas das pessoas no seu dia a dia. Este método de mensuração evidencia que nem sempre o aumento da riqueza significa melhoria de bem-estar humano. Países com elevada renda *per capita* podem apresentar baixos indicadores de desenvolvimento humano e vice-versa.

Este índice mede o desenvolvimento humano de uma unidade geográfica com base em três componentes básicos:

1. A longevidade, que também reflete as condições de saúde e salubridade da população – medida pela esperança de vida ao nascer.
2. A educação – aferida por uma combinação da taxa de alfabetização de adultos (com peso 2) e a taxa combinada de matrícula nos níveis de ensino fundamental, médio e superior (com peso 1).
3. A renda – examinada pelo poder de compra da população, baseado no PIB per capita ajustado ao custo de vida local para torná-lo comparável entre países e regiões, através da metodologia conhecida como Paridade do Poder de Compra - PPC.

A metodologia de cálculo do IDH é a média aritmética simples destas três dimensões transformadas em índices, que variam entre 0 (pior) e 1 (melhor), obtendo, assim, um indicador síntese que também altera de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (total desenvolvimento humano), classificando, deste feita, os países e regiões do seguinte modo: IDH entre 0 e 0,499 – baixo desenvolvimento humano; entre 0,5 e 0,799 – médio desenvolvimento humano; entre 0,8 e 1 – alto desenvolvimento humano.

Com base nesta metodologia, a Fundação Pinheiro e o IPEA, em 1996, criaram outros indicadores, como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e o Índice de Condições de Vida, como veremos a seguir.

1.5.2 O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDH-M

O IDH-M é, assim como o IDH, um índice que mede o desenvolvimento humano de uma unidade geográfica. Porém, como o segundo foi concebido para ser aplicado no âmbito de países e grandes regiões, são necessárias algumas adaptações metodológicas e conceituais para a sua adequação ao nível municipal.

Desta forma, dentre as alterações podemos citar:

1. O PIB per capita foi substituído pela renda familiar per capita média do município.
2. A taxa combinada de matrícula foi trocada pelo número médio de anos de estudo da população adulta (25 anos ou mais).

3. A taxa de alfabetização de adultos foi alterada pela taxa de analfabetismo na população de 15 anos ou mais.²¹

A vantagem destas mudanças é que, além de representarem melhor as condições de renda e de educação efetivamente vigentes no nível municipal, estes dados podem ser obtidos diretamente pelos Censos Demográficos.

1.5.3 Índice de Condições de Vida – ICV

O ICV é uma extensão do IDH-M, pois incorpora indicadores para avaliar as dimensões da infância e da habitação, além de utilizar mais indicadores destinados a captar outros aspectos das já conhecidas dimensões: longevidade, educação e renda contidas no IDH-M, contemplando, assim, ao todo, dezoito deles, distribuídos nestas cinco dimensões citadas.

Seguindo seu precursor, o ICV também utiliza exclusivamente variáveis obtidas, direta ou indiretamente, pelos Censos Demográficos. Igualmente, quanto mais próximo de 1 o valor deste indicador, maior será o nível de desenvolvimento humano do município ou região.

Os índices multidimensionais de pobreza IDH e ICV procuram ir além da renda, considerando outras características sociais como determinantes da qualidade de vida dos indivíduos. Embora estes índices representem uma evolução na avaliação da pobreza, na medida em que não se restringem a sua dimensão econômica, eles não trazem uma solução adequada para comparação e monitoramento da pobreza nos diferentes países e regiões. Isto ocorre porque todos os indicadores utilizados são médias, o que mascara a ocorrência de situações extremas associadas à desigualdade de bem-estar entre os indivíduos (ROCHA, 2003).

Uma segunda limitação consiste na dificuldade de se obter informações a respeito do desenvolvimento humano no âmbito de um determinado grupo de indivíduos, pois o IDH, assim como o ICV, em razão da forma como agrupam os dados, têm como unidade básica de análise uma região geográfica.

²¹ Nos demais fatores, a metodologia do IDH-M permanece a mesma utilizada pelo IDH.

Deste modo, é possível calcular o IDH de um país, um estado ou uma cidade, porém torna-se um tanto dificultosa a tarefa de se calcular o IDH de uma família, dos negros ou das mulheres de uma dada comunidade. (SANTOS, 2007: 27).

Outra fragilidade dos índices multidimensionais diz respeito à seleção dos seus indicadores e dos pesos utilizados, visto que as bases informacionais do IDH e do ICV ainda permanecem um tanto restritas. Desta forma, é considerado apenas um pequeno número de indicadores dentre os disponíveis e ponderados relevantes pela sociedade, sem garantir que os indicadores selecionados, bem como seus pesos, representem de fato as preferências e necessidades da região analisada (PAES E BARROS, 2006).

A escolha por um número reduzido de indicadores é obviamente uma solução de ordem prática, estando relacionada à disponibilidade e confiabilidade dos mesmos. Contudo, para se obter um quadro mais abrangente de desenvolvimento humano, é preciso suplementá-los com outras informações, visto que seu conceito é mais amplo. Assim, aspectos como direitos humanos, liberdades, participação na comunidade, não discriminação, acesso a serviços públicos etc. também devem ser considerados no cômputo do desenvolvimento humano (SEN, 2000).

O PNUD, através da publicação *Desenvolvimento Humano e IDH* (2004), determina que este último não deve ser interpretado como uma medida de “felicidade” ou um indicador do “melhor lugar do mundo para se viver”, confirmando, assim, que o referido índice não abrange todos os aspectos do desenvolvimento. Sen (2001) destaca que, apesar de o IDH ser inevitavelmente um índice imperfeito, o mesmo deve ser visto como um movimento introdutório na busca de métodos de avaliação mais completos da qualidade de vida dos indivíduos.

1.5.4 Índice de Pobreza Humana – IPH

Considerando as limitações do IDH, o próprio PNUD propõe no seu Relatório de Desenvolvimento Humano de 1997 um novo índice sintético, denominado Índice de Pobreza Humana – IPH. No entanto, enquanto o primeiro mede o desenvolvimento, ou seja, os progressos médios nas dimensões da educação, saúde e recursos materiais para a sobrevivência, o IPH avalia o nível de privação no desenvolvimento destes países.

Desta forma, o IPH define a pobreza humana pelo empobrecimento de múltiplas categorias, sendo estas representadas por privações em 4 dimensões da vida humana: longevidade, educação, provisão econômica²² e exclusão social²³.

O IPH é definido de forma diversa conforme a posição econômica dos países: em vias de desenvolvimento (IPH – 1) e industrializados (IPH – 2).

Na formulação do IPH – 1 evita-se o uso da variável renda, de forma que seu índice é composto apenas por indicadores sociais das dimensões longevidade, educação e saúde. As variáveis utilizadas são:

1. Percentual de pessoas com esperança de vida inferior a 40 anos.
2. Proporção de adultos analfabetos.
3. Carência na provisão de bens e serviços básicos que podem ser adquiridos por meio público ou privado – refletida por um indicador composto pela percentagem de 3 variáveis: (1) de pessoas sem acesso aos serviços de saúde; (2) de pessoas que não têm acesso à água potável e; (3) de crianças com peso insuficiente.

A composição do IPH – 2, além de utilizar variáveis diferentes para as dimensões já existentes, inclui mais duas: provisão econômica e exclusão social. Desta forma, as variáveis utilizadas são:

1. Percentual de pessoas nascidas hoje que não deverão ultrapassar o 60 anos.
2. Percentual de pessoas cuja capacidade para ler e escrever não é suficiente para ser funcional.
3. Proporção de pessoas com privação de renda (renda per capita disponível inferior a 50% da renda média das famílias no país).
4. Proporção do desemprego de longa duração (mais de 12 meses).

As cifras do IPH – 1 e IPH – 2 são obtidas mediante tratamento algébrico simples dos indicadores relacionados, situando-se no intervalo de 0 a 100%.

²² Mensura a proporção de pessoas com privação de renda (renda per capita inferior a 50% da renda média do país).

²³ Proporção de desempregos de longa duração (mais de 12 meses).

É importante citar que, em boa parte do Terceiro Mundo, não é possível calcular o IPH-1 em razão das lacunas na disponibilidade de estatísticas.

No entanto, a proposição do IPH, sem dúvida, representa um avanço teórico-conceitual no tratamento da questão do desenvolvimento social, pois são os índices de privação que podem revelar de forma mais clara e transparente a exclusão de parte significativa da população aos meios mais básicos de sobrevivência humana.

1.5.5 Índice de Pobreza Multidimensional - IPM

Introduzido pelo Relatório do Desenvolvimento Humano 2010 (RDH), *A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano*, o IPM complementa as medidas de pobreza baseadas no rendimento. O novo indicador, que compreende o período 2000-2008, substitui o Índice de Pobreza Humana (IPH), incluído anualmente nas edições do RDH desde 1997.

O IPM identifica privações nas mesmas dimensões usadas no IDH – saúde, educação e padrões de vida – e mostra o número de pessoas que são multidimensionalmente pobres e as privações que enfrentam no nível familiar. O IPM usa 10 indicadores: nutrição e mortalidade infantil (saúde); anos de escolaridade e crianças matriculadas (educação); gás de cozinha, sanitários, água, eletricidade, pavimento e bens domésticos (padrões de vida). Uma família é multidimensionalmente pobre se sofre privações em, pelo menos, 30% dos indicadores (cada divisão vale um terço; estes pesos são divididos proporcionalmente pelo número de indicadores analisados em cada uma delas). Quanto maior o IPM, maior é o nível de pobreza multidimensional.

O IPM pode ser decomposto por região, etnia e outros grupos, bem como por dimensão. Também pode ser alvo de adaptações para utilização nacional.

1.5.6 Índice de Exclusão Social – IES

O Índice de Exclusão Social (IES) foi criado em 2002 a partir de dados do censo demográfico de 2000, com os objetivos de possibilitar o reconhecimento do grau de desigualdade social existente nas diferentes regiões do país e de apoiar a implementação de políticas voltadas à inclusão social. Foram desenvolvidos dois IES, com grupos de variáveis diferenciados por Pochmann e Amorim (2007) e por Lemos (2003); aqui analisaremos a primeira hipótese de cálculo.

Segundo Pochmann e Amorim (2007), o Índice de Exclusão Social foi construído a partir da identificação das dificuldades que o IDH tem para aferir padrões de bem-estar nas economias mais atrasadas. Para tanto, o IES busca ser mais amplo, estudando um número maior de temas relevantes: Pobreza, Concentração de Jovens, Alfabetização, Escolaridade, Emprego Formal, Violência e Desigualdade Social, abordados em três dimensões:

- Padrão de Vida Digno - busca aferir as possibilidades de bem-estar material da população no município através de três indicadores: percentagem de chefes de família pobres, quantidade de trabalhadores com emprego formal sobre a população em idade ativa e grau de desequilíbrio entre chefes de família situados nos extremos da distribuição de renda.

- Conhecimento - procura quantificar a participação da população de cada município na educação a partir de dois indicadores: anos de estudo do chefe de família e alfabetização da população acima de cinco anos de idade.

- Risco Juvenil - mede o risco de envolvimento da população mais jovem em ações criminosas, usando os seguintes indicadores: participação de jovens de 0 a 19 anos na população e número de homicídios por cem mil habitantes.

Para os indicadores apresentados acima, são utilizados os seguintes pesos: Índice de Pobreza juntamente com o Índice de Emprego Formal, que tem peso de 51,0%; Índice de Desigualdade e Índice de Juventude de 17,0%; Índice de Violência tem peso de 15,0%; Índice de Escolaridade 11,3% e, finalmente, o Índice de Alfabetização 5,7%. O seu conjunto, que forma o IES, varia de zero a um, sendo que as piores condições estão próximas de zero, ao passo que as melhores situações estão próximas de um.

No entanto, Pochmann e Amorim (2007) alertam que a simples constatação a respeito do acesso a um bem ou serviço não é suficiente para compreender a superação da condição de

exclusão. Torna-se fundamental, portanto, medir também a qualidade e o resultado desse acesso.

Para concluir, os índices procuram computar medidas multidimensionais de pobreza, buscando alcançar, ao máximo possível, um valor mensurável para esta questão social. No entanto, esta é uma tarefa de difícil completude em razão da complexidade que a envolve. Todavia, quaisquer que sejam os fundamentos teóricos das formas de abordar a pobreza, a construção de indicadores tende a reduzir e objetivar de modo próprio, e a construir uma representação à qual podemos contrapor outras. Os limites dos indicadores e medidas surgem porque os mesmos eliminam uma grande parcela da experiência humana e da subjetividade ligada a uma situação social (SALAMA & DESTREMAU, 2001). Desta forma, os índices são uma solução de ordem prática que precisam ser suplementados com outras informações que sejam capazes de abranger o máximo possível dos condicionantes da pobreza na realidade estudada.

Por esta razão, a pobreza não deve ser entendida apenas a partir do enfoque quantitativo. As pesquisas qualitativas, neste aspecto, representam um avanço, pois propõem a compreensão do fenômeno da pobreza à luz da própria trajetória de vida dos que estão nesta condição. Compreender como os pobres configuram seus espaços de experiência e a magnitude do seu horizonte de expectativas torna-se significativo, pois permite situar esses indivíduos como sujeitos de sua história e não como meros objetos da história ou do mercado.

Com base neste entendimento multidimensional da pobreza, o estudo se desenvolveu levando em consideração que o processo de pobreza é marcado não só pelas condições materiais de sua subsistência, mas, também, pela experiência vivida por indivíduos, famílias e comunidades. Portanto, para identificar as características da pobreza em Macaé foram considerados tanto os processos e dados mais “objetivos”, mensuráveis, quanto as percepções subjetivas daqueles que a vivenciam.

O desejo por este tema surge de uma experiência no campo de trabalho com famílias pobres, onde pode-se perceber que, mesmo diante, de certa generalidade do problema, existem particularidades do processo de pobreza inerentes ao contexto macaense. Diante destas especificidades, algumas questões se colocam, tais como: Que fatores contribuem para o processo de pobreza numa cidade onde existe abundância de recursos, oportunidades de emprego e altos salários (mesmo em setores que não demandam qualificação técnica)? Qual o contexto de existência dessas famílias pobres que marca profundamente sua trajetória de

vida? Que pobreza é esta? Qual é a sua trajetória? O que os pobres estão vivenciando cotidianamente? Apesar dos determinantes estruturais deste processo, existem situações que são sentidas e vivenciadas em suas particularidades. Estas experiências marcam profundamente a identidade e a trajetória de vida daqueles que a vivenciam e que não são capturadas, ou seja, não são retratadas pelos dados quantitativos e que se encontram relegadas a interpretações estruturantes e generalizadas.

1.6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos adotados combinam aspectos da história municipal adquiridos a partir de estudos existentes, uma análise quantitativa da dimensão geral da pobreza no município, obtida a partir de bancos de dados municipais, e uma abordagem qualitativa da situação de pobreza e trajetória de vida de algumas famílias residentes no município.

Alguns estudos nacionais sobre pobreza vêm sendo pautados em métodos qualitativos (ESCOREL 1999; YUNES, 2003; SARTI, 2009) ou combinam abordagens quantitativas e qualitativas de investigação (BRANDÃO, 2004). Estas pesquisas contribuem para a compreensão da pobreza como um fenômeno multidimensional, uma vez que analisam não apenas os aspectos econômicos, mas também fatores psicossociais, simbólicos e subjetivos da vivência cotidiana de famílias em situação de pobreza e exclusão social.

Nesse sentido, o estudo parte do princípio de que pobreza é também uma categoria moral, portanto, analisa-a não somente a partir do sistema que a gera, mas também articula-a à problemática existencial de quem a vive. Desta forma, a pobreza é uma questão social não apenas pelas difíceis condições materiais, mas pela experiência subjetiva de opressão (SARTI, 2009).

Para tanto, a combinação de técnicas de análises quantitativa e qualitativa contribui para potencializar a compreensão sobre o tema a partir de diferentes enfoques, fontes e tipos de informação (MINAYO, 1996).

O exame dos dados quantitativos coteja fontes secundárias, como o IBGE, IPEA e, principalmente, o Programa Macaé Cidadão, já as informações qualitativas são provenientes de entrevistas em profundidade realizadas com moradores de dois bairros no município.

A pesquisa em fontes secundárias analisa as variáveis socioeconômicas do município de Macaé através dos dados obtidos pelas seguintes publicações: censos demográficos; censos econômicos; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNADs); Síntese de Indicadores Sociais; Atlas do Desenvolvimento Social e Humano e outros fornecidos pelo Programa Macaé Cidadão. Os dados foram selecionados a partir dos indicadores multidimensionais de pobreza propostos pela literatura e disponíveis nos bancos de informações existentes. Primeiramente faz-se uma análise das condições estruturais da cidade de Macaé, situando, por conseguinte, as condições de dois bairros específicos. Estes dois bairros foram selecionados levando em consideração sua distância do centro, ou seja, preferem-se bairros de periferia pela constatação de níveis de pobreza.

Em nível de contextualização, por vezes, também foram utilizados dados regionais. A escolha pelo método quantitativo neste caso se dá pelo fato de aplicar-se à dimensão mensurável da realidade, transitando com eficácia na horizontalidade dos extratos mais densos e materiais da realidade (MINAYO, 1996).

No sentido de compreender as especificidades do processo de pobreza em Macaé, o estudo também recupera a história local, suas características e particularidades. Estes elementos foram obtidos através de documentos históricos, cedidos por moradores e pela prefeitura.

A palavra ‘documentos’, como orienta Godoy (1995) e Fachin (2001) deve ser entendida de uma forma ampla, incluindo os materiais escritos, como jornais, revistas, obras literárias, científicas e técnicas, bem como cartas, relatórios, entre outros. Ainda Godoy (1995:22) explica que “*a pesquisa documental é a mais indicada quando se pretende estudar eventos que têm uma historicidade e uma permanência, que é o presente caso*”.

A construção dos dados qualitativos se dá a partir de informações provenientes de informantes-chave residentes nestes bairros.

A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como um estudo detalhado que visa explicar em profundidade significados, percepções e contextos de pesquisa. Assim, a importância dos estudos qualitativos refere-se à possibilidade de acessarem concepções,

aspectos subjetivos e fatores que condicionam o cotidiano de vida na visão daqueles que a experimentam (MINAYO, 1996; SERAPIONI, 2000; FLICK, 2009).

Num primeiro momento pretendia-se ter como foco de estudo bairros que continham em seu território Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, por diversas razões: por constituírem-se em um filtro para identificação das famílias pobres; por facilitarem o conhecimento sobre estas famílias e, também, porque os próprios profissionais poderiam indicar as pessoas-chave para as entrevistas. Contudo, foram selecionadas outras localidades, diferentes destas, devido à falta de alguns dados referentes a estes bairros, que são recentes, e por motivos de segurança, visto que, após a invasão de algumas comunidades na cidade do Rio de Janeiro, muitos fugitivos se alojaram nestas imediações e, concretamente, o que se observou foi o aumento da violência.

Uma vez selecionados novos bairros, o primeiro passo do trabalho de campo consistiu no conhecimento do local, buscando levantar a existência de associações de moradores ou instituições que servissem de ponto de apoio e indicação de pessoas-chave para a entrevista. A aproximação inicial se deu com o representante da associação de moradores do bairro A, onde se identificou que a mesma não possui espaço físico, de forma a não ter um local de concentração. E, apesar da dedicação à comunidade, o referido membro não continha conhecimento abrangente sobre seus moradores, pois residia recentemente na região, não conseguindo, assim, indicar pessoas para serem entrevistadas. No segundo bairro, constatou-se que não existia a associação de moradores, mas após algumas entrevistas, obtivemos o conhecimento da existência pregressa desta instituição. Fizemos, então, o contato com seu antigo membro, o que foi de grande validade para a obtenção de dados históricos sobre o local, assim como para a indicação de atores sociais relevantes à entrevista.

As primeiras entrevistas foram realizadas a partir da indicação de agentes comunitários do Programa Saúde da Família (PSF), posteriormente os próprios entrevistados sugeriram pessoas que possuíam importantes contribuições para o trabalho. Portanto, a seleção da amostra foi intencional, uma vez que os informantes foram escolhidos em função de sua vivência de pobreza no município (FLICK, 2009).

Para a seleção dos atores sociais-chave levou-se em conta, também, o tempo de residência no município, mantendo-se a preferência para os que residiam há mais de 10 anos ou que eram naturais do município. O objetivo foi obter, de forma mais aprofundada, dados da trajetória de vida e de empobrecimento destes grupos na cidade.

A técnica de identificação de informantes-chave a partir de indicação de diferentes fontes vem sendo empregada em pesquisas qualitativas por expressar o reconhecimento coletivo de sujeitos que têm características específicas que podem contribuir para o estudo.

Foram entrevistados, ao todo, 14 atores sociais, no período referente ao final de janeiro e início de março. Nos estudos qualitativos, são preferíveis poucas fontes, mas de qualidade, pois se preocupa mais com a significação e a capacidade que elas têm de dar informações relevantes sobre o tema de pesquisa.

Como instrumentos de coleta de dados foram adotadas entrevistas semiestruturadas, sempre buscando valorizar as percepções e interpretações dos atores sobre as especificidades da pobreza no município e o processo de "pauperização" de suas famílias (SOUZA et al, 2005; FLICK, 2009).

A entrevista semiestruturada é um dos meios que o investigador tem para realizar a coleta de dados qualitativos, possibilitando respostas abertas mas norteadas por um roteiro de questões que orienta a conversa estabelecida com o entrevistado. Este tipo de entrevista em geral parte de questões básicas construídas a partir dos pressupostos teóricos conceituais e dos objetivos que balizam o estudo, no caso as abordagens sobre o tema pobreza anteriormente discutidas, e possibilita a inclusão de novas questões trazidas pelo entrevistado (TRIVINOS, 1987; MINAYO, 1996; SOUZA *et al*, 2005; GOMES *et al*, 2005).

O roteiro foi previamente testado com moradores de um dos bairros estudados. Foi pautado inicialmente por duas perguntas amplas que tinham como objetivo gerar depoimentos pessoais e estimular um relato mais processual da vivência de pobreza dos entrevistados. Estas perguntas foram, na sequência da entrevista, complementadas com questões mais específicas sobre o município e o bairro. O primeiro bloco de questões abordou aspectos da história de vida dos entrevistados (onde nasceu, com quem morava, onde residia e se houve mudanças no local de residência, em que trabalha etc.) e posteriormente foram abordadas questões referentes ao contexto de pobreza municipal e nos respectivos bairros de residência dos entrevistados, ao longo de seu tempo de residência nestas localidades. Na construção do roteiro, a Petrobras foi considerada como um marco importante, sendo, portanto, incluída nas avaliações das transformações ocorridas no município e na região nas duas últimas décadas.

As entrevistas foram preferencialmente individuais e se realizaram de maneira isolada, mas em razão de terem ocorrido, às vezes, em locais abertos, houve contribuições simultâneas

de pessoas interessadas nas questões tratadas. Muitas vezes, este momento era de grande validade para esses atores sociais. O fato de estarem ali podendo falar de seus problemas e suas dores, parecia ao mesmo tempo um alívio, uma catarse e uma esperança, mesmo que não incentivados. Neste processo, todas as entrevistas foram gravadas e transcritas, foram respeitados os preceitos éticos de sigilo. De tal modo, na exposição dos dados aqui levantados, foram utilizados nomes fictícios e buscou-se, ao máximo, reproduzir com fidedignidade o peso, os sentimentos, as dores e as esperanças que suas falas traziam.

Cabe destacar que a finalidade da pesquisa científica não é gerar um relatório ou descrição de fatos levantados empiricamente, mas tem um caráter interpretativo em relação aos dados obtidos, ou seja, se propõe a gerar novos conhecimentos e interpretações construídas a partir de parâmetros específicos. Para tal, é imprescindível correlacionar a pesquisa com o universo teórico, optando-se por um modelo teórico que possa servir de embasamento à interpretação do significado dos dados e fatos colhidos e levantados (BOURDIEU *et all*, 2000).

Sendo assim, as estruturas teóricas conceituais, previamente apresentadas, e as questões postas pelos objetivos da pesquisa norteiam a seleção de informações provenientes destas diferentes fontes, no intuito de compreender o contexto do município e traços da história local. Estes dados, bem como os indicadores quantitativos e os relatos de experiências vivenciadas pelos entrevistados contribuem na análise das características da pobreza no município, por possibilitarem um olhar sobre o fenômeno a partir de diferentes enfoques.

A análise dos dados foi feita ao mesmo tempo em que se desenvolveu o trabalho de campo. O primeiro passo para a análise temática de dados foi a definição da unidade de registro, ou seja, unidades de significação, núcleos de sentido que podem ser um tema, palavra, conceito-chave ou uma frase. Após definidas, as unidades de registro foram, então, classificadas e codificadas, ou seja, agrupadas em torno de categorias que permitem uma descrição exata das características pertinentes do conteúdo.

Essas categorias podem ser previamente definidas, a partir do referencial teórico – conceitos mais gerais e abstratos - ou podem ser definidas *a posteriori* - categorias empíricas que surgem do trabalho de campo. No caso das categorias provenientes do empírico, devem-se utilizar termos definidores provenientes da linguagem própria do grupo estudado, em seu cotidiano (MINAYO, 1996; SOUZA *et all*, 2005; GOMES *et all*, 2005; FLICK, 2009).

Desta forma, a análise dos depoimentos orais dos entrevistados foi pautada nas seguintes técnicas e procedimentos: leitura exaustiva do material; decodificação e organização a partir da identificação de temas e categorias compreendidas como estruturas analíticas construídas pelo pesquisador, para organizar o conjunto de informações obtidas em função da discussão teórica que balizou o estudo. Foram também identificadas questões que emergiram do material empírico construído e algumas categorias foram levantadas ao longo da pesquisa de campo e cotejadas com o marco teórico sobre pobreza previamente definido, considerando seu conceito multidimensional (MINAYO, 1996; SOUZA *et all*, 2005; GOMES *et all*, 2005; FLICK, 2009).

As categorias encontradas foram: mobilidade espacial, acesso a serviços públicos, descaso, violência e instabilidade. Quanto ao trabalho, foram encontradas concepções distintas, como algo que traz dignidade e como algo penoso. No que se refere à pobreza, ela é percebida pelos entrevistados, também, de diversas formas, sendo apontada como: consequência do descaso e do desprezo, falta de oportunidade, ausência de recursos, acomodação. Da mesma forma, foi identificada em contraposição à riqueza e tendo a situação do “outro” como referência.

A análise do conteúdo das entrevistas permite gerar as descrições sistemáticas, objetivas e qualitativas do conteúdo da comunicação, identificando os sentidos das expressões e falas, com o objetivo de perceber significados (LAKATOS *et all*, 1983; FLICK, 2009).

Neste sentido, a apreciação dos depoimentos orais considerou: o contexto das falas; as questões teórico-conceituais que nortearam o estudo; o perfil dos entrevistados; o processo de pobreza (como aconteceu, por que aconteceu); os tipos de fenômenos (pobreza extrema, não extrema, absoluta etc.); os atores envolvidos neste processo em cada narrativa; as estratégias para enfrentá-la; a intensidade do problema; a temporalidade (fenômeno pontual ou permanente); os constrangimentos/ desafios; a concepção de pobreza; as consequências deste problema e seus diferentes contornos na vida dos entrevistados (SCHRAIBER, 1995; MILES, HUBERMAN, 1994; STRAUSS, 1993; MINAYO, 1996; SOUZA *et all*, 2005; GOMES *et all*, 2005; FLICK, 2009).

O depoimento oral é um momento onde significados estão sendo criados a partir das questões que o entrevistador coloca para o entrevistado e da forma como estas questões são colocadas. Por estes e outros motivos, referentes à própria subjetividade presente na recomposição dos fatos vividos e na relação entre entrevistado e entrevistador, pode ser

permeado por contradições e incoerências, mesmo que aparentes. Alguns elementos dos depoimentos pessoais expressam esse processo, como: as estruturas gramaticais, dispositivos de silêncios, omissões, lacunas etc. De igual modo, busca-se perceber a dinâmica dos depoimentos pessoais, sua estrutura lógica (como são encadeadas as proposições), estilo e elementos atípicos e, a partir daí, entender o seu significado (SCHRAIBER, 1995; MILES, HUBERMAN, 1994; STRAUSS, 1993; MINAYO, 1996; SOUZA *et all*, 2005; GOMES *et all*, 2005; FLICK, 2009).

Enfim, a análise do material produzido nas entrevistas e a análise documental possibilitaram a identificação de aspectos processuais referentes à vivência cotidiana das famílias que interagem com a própria história da pobreza em Macaé, além dos aspectos subjetivos e históricos deste processo.

CAPÍTULO II – A POBREZA NA CAPITAL DO PETRÓLEO

Este capítulo apresenta dados provenientes de estudos sobre a constituição do município de Macaé e destaca alguns processos e fatores que caracterizam a conformação histórica da pobreza neste contexto. Considera o processo de configuração e ordenação do espaço urbano, bem como as relações sociais e políticas que influenciaram diretamente este percurso. Posteriormente, apresenta um mapeamento da pobreza municipal com base nos indicadores multidimensionais propostos pela literatura, além de outras dimensões deste quadro, valendo-se das bases de dados secundários disponíveis para o município. Esta etapa do estudo tem como finalidade dimensionar e identificar os principais determinantes macrossociais do problema no contexto local.

2.1 MACAÉ - PERSPECTIVA HISTÓRICA

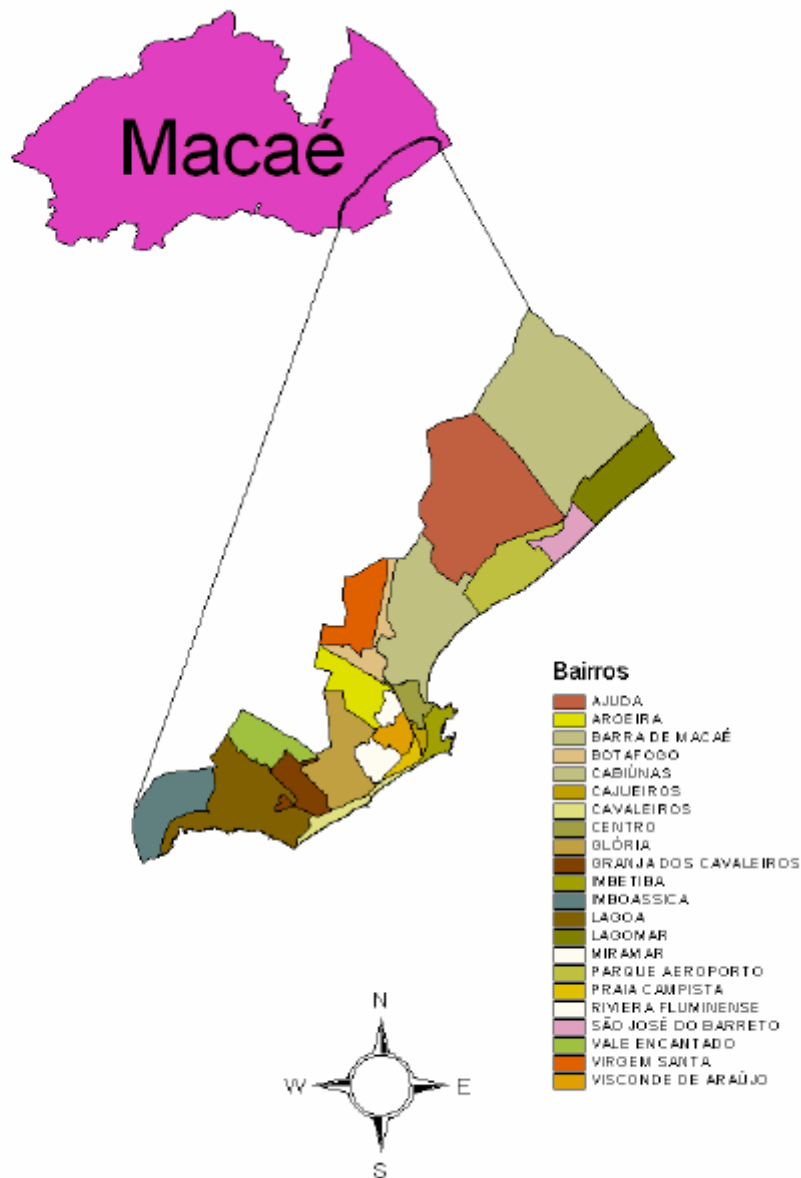
Macaé está localizada a nordeste do Estado do Rio de Janeiro, mesorregião Norte Fluminense, que também abrange os municípios de Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Quissamã, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra.

O município tem uma área total de 1.216 quilômetros quadrados, correspondentes a 12,5% da área da Região Norte Fluminense, com uma população estimada pelo IBGE, em 1º de julho de 2009, de 194.313 habitantes. A cidade está dividida em seis distritos - Sede, Cachoeiros de Macaé, Córrego do Ouro, Glicério, Frade e Sana²⁴. A Sede, por sua vez, está subdividida em cinco subdistritos: Imboassica, Centro, Barra de Macaé, Aeroporto e

²⁴ Dados obtidos pelo site www.macaerj.gov.br

Cabiúnas. As urbes limítrofes são Carapebus e Conceição de Macabú ao norte, Casimiro de Abreu ao sul, Rio das Ostras a sudoeste, Oceano Atlântico a leste e Trajano de Moraes e Nova Friburgo a oeste.

Figura 1 - Mapa de Macaé setorizada por bairros no ano de 2000



Mapa elaborado pelo Projeto GeoMacaé em 2005 (NETO, 2007)

A ocupação da Região Norte Fluminense deu-se a partir da primeira metade do século XVII, com o objetivo de instalar currais para suprir os senhores dos engenhos da cidade da Guanabara, hoje Rio de Janeiro, com gado bovino para transporte e moagem de cana.

Mais especificamente em relação à Macaé, o interesse no povoamento surgiu no mesmo período, porém em razão da ameaça de pirataria na região. O fato histórico ocorreu

durante o domínio da Espanha sobre Portugal, quando o então ministro espanhol em Londres, o estadista Gondomar, alertou o governo de Madri da pretensa invasão de aventureiros ingleses. Para solucionar o problema, a liderança espanhola ordenou ao governador-geral Gaspar de Souza que estabelecesse de cem a duzentos índios numa aldeia sobre o rio Macaé, defronte à Ilha de Santana, e que fundasse um povoamento semelhante sobre o rio Leriipe (hoje Rio das Ostras).

O outro núcleo primitivo se estabeleceu na Freguesia de Neves, onde o missionário Antônio Vaz Ferreira conseguiu catequizar os índios que campeavam às margens dos rios Macaé, Macabu e São Pedro. A colonização oficial, feita pelos jesuítas, só teve início em fins de 1630, quando eles começaram a erguer a Capela de Santana, um engenho e um colégio num lugar posteriormente conhecido como a Fazenda dos Jesuítas de Macaé. O filho de Araribóia, Amador Bueno, chefiou o povoado que corresponde hoje à cidade de Macaé.

Ainda com o objetivo de conquistar o território, em 1695, um dos sucessores dos Sete Capitães, Luis de Barcelos de Machado, construiu a Capela de Nossa Senhora do Desterro, num lugar posteriormente conhecido como Freguesia do Furado, que foi transferido em 1877 para os domínios do distrito de Quissamã.

No entanto, apesar de todos esses esforços de colonização, até o fim do século XVII Macaé continuou sendo alvo das invasões: nas ilhas de Santana instalou-se um centro de piratas franceses que, em 1725, saqueavam todo o litoral, roubavam embarcações e assaltavam os que traziam gado e mantimentos para a cidade do Rio de Janeiro.

Com a expulsão dos jesuítas, em 1795, por ordem do Marquês de Pombal, a localidade recebeu novos imigrantes vindos de Cabo Frio e de Campos para ocupar as terras já apaziguadas. O povoado progrediu, surgiram novas fazendas e engenhos. O desenvolvimento da região garantiu sua elevação à categoria de vila, com o nome de São João de Macaé em 29 de julho de 1813, tornando-se município em 25 de janeiro de 1814, após ter seu território desmembrado de Cabo Frio e Campos. Porém, é somente em 15 de abril de 1846, com a lei provincial n° 364, que a Vila São João de Macaé é elevada à categoria de cidade.

Neste período, a implantação da cana-de-açúcar iniciou-se não apenas como atividade econômica, mas também como uma função de papel fundamental na organização socioeconômica da região. Com o crescimento da produção dos engenhos de açúcar local, o

governo imperial constatou a necessidade de auxiliar o seu escoamento, pois o porto de São João da Barra, único existente até então, já ultrapassava sua capacidade. Começa assim, em 1872, a construção do canal Campos-Macaé que, atravessando restingas num trajeto de 109 quilômetros, utilizou como porto marítimo a enseada de Imbetiba. Conseqüentemente, favorecido pela ligação com Campos dos Goytacazes através da construção deste canal, o município chegou a desempenhar o papel de porta de entrada e saída do Norte Fluminense, operando, até o ano de 1875, com cinco barcos a vapor, o que o fez ser palco de uma intensa agitação comercial com extrema importância para a economia regional. A partir desta data, o transporte da produção regional se fez de via férrea, o que provocou um novo impulso na economia de Macaé.²⁵

Até o início do século XX, a economia do município se fundamentou na produção da cana-de-açúcar, do café, na pecuária e na pesca. Além destes, a região também teve como principais lavouras as de laranja, tomate, mandioca, banana, feijão, batata-doce, milho, arroz e abacaxi. Especialmente a partir da década de 50, observou-se uma forte redução em área, número de produtores e volume de produção das culturas de subsistência como feijão, milho e mandioca, que servia também para abastecer as criações de aves e outros pequenos animais. Seguindo este ritmo, na década de 60, percebeu-se a expansão da monocultura canavieira, como resultado da modernização do setor sucroalcooleiro, bem como das condições favoráveis do mercado internacional devido à saída de Cuba como mercado preferencial norte-americano, em decorrência da revolução socialista.

No que diz respeito às relações de trabalho, os fazendeiros e usineiros se aproveitaram da posição de monopólio da oferta de ocupações em que foram colocados no mercado local, para impor salários e condições de trabalho degradantes. O resultado foi a produção do operariado totalmente despossuído, expropriado e desqualificado, que acabou por alocar na periferia urbana imensos contingentes de trabalhadores em favelas e loteamentos clandestinos, desprovidos de infraestrutura adequada (PAGONOTO, 2008).

O principal aspecto do problema social do Norte Fluminense era, então, a situação dos trabalhadores rurais boias-frias, itinerantes, clandestinos, cuja arregimentação era removida por empreiteiros ou pelas firmas empreiteiras, que intermediavam as relações de trabalho entre fazendeiros, usineiros e trabalhadores (PAGONOTO, 2008: 16).

²⁵ Hoje, a rodovia desempenha a função de ligação com Campos dos Goytacazes e com o Rio de Janeiro.

Em 1972, houve uma acelerada exploração do petróleo no Norte Fluminense. Não foi por coincidência que, neste mesmo período, o governo brasileiro implementou um conjunto de ações para a redução da dependência externa de petróleo. Paralelamente, a partir do final da década de 80, ocorreu a redução e o enxugamento do setor sucroalcooleiro na região, consequência, também, do esforço dos países no sentido de incrementar a produção de substitutos para o açúcar da cana, tais como o de beterraba, na Europa, e o de milho, nos Estados Unidos, provocando forte queda nos preços do açúcar da cana nos países exportadores, como era o caso do Brasil.

Entre 1970 e 1990, observa-se a redução contínua e acentuada da População Economicamente Ativa (PEA) ocupada no setor primário macaense e campista. Ao final da década de 1990, a produção de açúcar em usinas altamente mecanizadas passou a ser de quatro milhões e meio de toneladas, contra quase dez milhões atingidos na década anterior. O emprego no setor caiu, entre meados de 1980 e 2001, de cerca de 50.000 para cerca de 15.000 (CEFET, 2000). Foram 35.000 postos de trabalho perdidos e praticamente o mesmo montante deslocado para o mercado de trabalho urbano: mão de obra desqualificada, em virtude dos baixos níveis de instrução e de educação formal, e das condições precárias de vida (PAGONOTO, 2008: 20-21).

Em 1978, considerando a estrutura gerencial da Petrobras e visando a eficiência na gerência das operações, a empresa elegeu Macaé como base operacional para as atividades de prospecção e de produção do petróleo da plataforma continental da Bacia de Campos. Foram analisadas as localidades desde Vitória até Angra dos Reis; a de maior viabilidade técnica e econômica foi Macaé, pela proximidade com a Bacia de Campos e com o grande centro do Rio de Janeiro, pelas condições de mar favoráveis com águas abrigadas e pelo local adequado para construção do porto anexo à administração.

A partir de então, pôde-se constatar um conjunto de transformações no município que afetou direta e indiretamente as relações sociais, econômicas, políticas, culturais e de trabalho da população, como descrito a seguir.

2.1.1 Macaé na atualidade: o advento da Petrobras

Como já relatado, a partir da chegada da Petrobras no município sucedeu um conjunto de transformações, tais como: aumento no volume de capital fixo referente à implantação da logística operacional do Sistema Petrobras; ascensão no número de novos empregos gerados;

crescimento de comércio e serviços fomentados, particularmente no que se refere ao transporte, vestuário, mobiliário, alimentação e hospedagem (RAMOS, 2009).

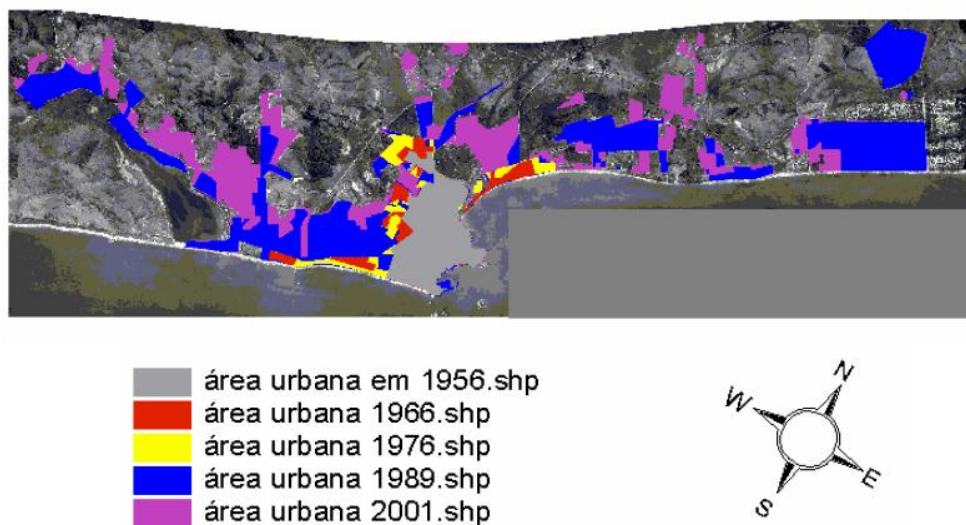
A nível socioeconômico, o pano de fundo destas transformações teve como contexto uma população regional com mão de obra semiqualficada que limitou o acesso destes trabalhadores aos postos de trabalho criados pelo complexo petrolífero, deixando grande parcela da população com subempregos.

Por outro lado, a oferta de emprego exerceu grande atratividade para os outros municípios e até mesmo outros países, mobilizando desta forma, um significativo aporte migratório e provocando mudanças sobre o preço dos terrenos, das construções, dos imóveis e dos aluguéis, bem como da alimentação, o que contribuiu mais ainda para o empobrecimento de parte da população.

Além do mais, este processo foi acompanhado por uma urbanização intensa, precária e desordenada, que culminou na periferização urbana de grande parte da população local expressa na favelização e na sobrecarga da infraestrutura.

A configuração desta urbanização se deu da seguinte forma: o centro do município cresceu à margem direita da foz do Rio Macaé, expandindo-se para o sul, pelas áreas planas, entre praias e colinas suaves. Atualmente, ascende nas baixas encostas em direção ao interior e na faixa de praias para sul e norte, como pode ser visto na Figura 2.

Figura 2 - Mapa da Evolução da Área Urbana de Macaé – 1956/2001



Aerofotogrametria de 2001: Mapa temático elaborado por Dias em 2005 (NETO, 2007).

Por este mapa (figura 2) pode-se observar a ampliação da área construída desde a década de 50, apontando seu desenho no período anterior à chegada da Petrobras e sua morfologia em períodos posteriores (representados, neste caso, pelos anos de 1989 e 2001), quando o município teve sua projeção na hierarquia urbana elevada.

Observa-se que, em 1956, o território ocupado se limitava praticamente à área central da cidade, incorporando principalmente os atuais bairros do Centro, Cajueiros, Imbetiba, Miramar e a ainda incipiente Aroeira. Nas duas décadas seguintes, o seu espaço se expandiu pouco, se restringindo à consolidação da ocupação da Aroeira, no Miramar e na formação de eixos de ocupação na Praia Campista ao sul e da Barra ao norte. No ano de 1989, nota-se o salto provocado pela economia do petróleo, na expansão do espaço urbano de Macaé, seguindo o eixo norte-sul, entre as unidades Parque de Tubos ao sul e Cabiúnas ao norte e ao longo da RJ-106.

Voltando a discorrer sobre o setor econômico, observa-se, também, um aumento do poder financeiro do município mediante as formas de compensação. O instituto da Compensação ou *royalties* foi constitucionalizado no § 1º do art. 20 da Constituição Federal de 1988, que diz o seguinte:

§ 1º – É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.

O início do pagamento de tributos no Brasil foi estabelecido pela Lei nº. 2.004, de 03 de outubro de 1953, que criou a Petrobras. Em seu artigo 27, determinava o pagamento de 4% aos Estados e 1% aos Municípios sobre toda a produção terrestre de petróleo e gás natural em seus territórios. Posteriormente, a Lei nº. 7.453, de 27 de dezembro de 1985, substituiu a Lei nº. 2.004/53, expandindo o pagamento de tributos para a produção no mar. Com esta nova lei, ficou estabelecida a distribuição de 1,5% para os Estados, 1,5% aos Municípios dos poços produtores e pertencentes às áreas geoeconômicas dos municípios produtores, 1% ao Ministério da Marinha e 1% para um fundo especial, distribuído aos Estados e Municípios da Federação. Nessa Lei havia, ainda, a introdução do conceito de área geoeconômica²⁶, com isso o município recebia *royalties* mesmo quando a extração não se dava em seu solo.

²⁶ Por área geoeconômica entende-se como área que sofre os impactos da indústria do petróleo, seja por localização geográfica, seja por importância econômica.

Doravante, a Lei nº. 7.525, de 29 de agosto de 1986, introduziu o conceito de extensão dos limites territoriais dos estados e municípios litorâneos na plataforma continental, de acordo com conceitos e metodologias estabelecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), persistindo até os dias atuais²⁷. Em 28 de dezembro de 1989, a Lei nº. 7.990 (regulamentada posteriormente pelo Decreto nº. 01 de 11 de janeiro de 1991) apresentou nova distribuição para tributos, na qual introduziu o percentual de 0,5% aos Municípios onde ocorria embarque e desembarque do petróleo e gás natural. Para isso, reduziu de 4% para 3,5% o percentual dos Estados quando houvesse extração em terra, e de 1% para 0,5% do fundo especial, quando fosse em plataforma continental.

Por fim, em 06 de agosto de 1997, entrou em vigor a Lei nº 9.478, conhecida como a Lei do Petróleo, fruto da evolução da indústria do petróleo no país e do crescimento gradativo de sua importância tanto para o mercado interno, quanto para o mercado internacional. Com esta nova Lei, a União começou a desempenhar a função de agente regulador, remunerando-se através de taxas, contratuais ou legais, exigíveis do concessionário. Para tanto, estabeleceram-se novos critérios de apropriação da renda petroleira além da manutenção dos *royalties* que, todavia, sofreu uma mudança substancial. Com as alterações surgiram três novas participações governamentais, sendo elas: bônus de assinatura, participação especial e pagamento pela ocupação ou retenção de área²⁸. A Lei do Petróleo também instituiu o Ministério de Ciência e Tecnologia como beneficiário de 25% da parcela dos *royalties* excedentes a 5%, deixando clara a diretriz de fomento à ciência e tecnologia.

Esta Lei, além de aumentar para 10% a alíquota básica dos *royalties*, manteve os critérios de distribuição aos Estados, Municípios e Ministérios para a parcela dos *royalties* até 5% e introduziu uma nova forma de distribuição para a parcela dos *royalties* excedentes a 5%, ficando estabelecido pelo art. 49 da mesma a distribuição pelo seguinte modo: a) Quando a lavra ocorrer em terra ou em lagos, rios, ilhas fluviais e lacustres: 52,5% aos estados

²⁷ O decreto nº. 93.189, de 29 de agosto de 1986, regulamentou o traçado de linhas de limites dos Estados e Municípios, e a consequente localização dos poços de petróleo e de pagamento dos *royalties*. Para maiores detalhes ver: www.ibge.gov.br/.

²⁸ O bônus de assinatura é o pagamento ofertado na proposta para a obtenção da concessão e é feito anteriormente ao início da exploração, ele tem um valor mínimo estabelecido no edital da licitação do bloco. A participação especial é a compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários nos casos de grande volume de produção ou grande rentabilidade. Ela é regulamentada pelo Decreto nº 2.705/98 e é distribuída da seguinte maneira: 40% para o Ministério de Minas e Energia; 10% para o Ministério do Meio Ambiente; 40% aos estados e 10% aos municípios com produção em terra ou confrontantes com a plataforma continental onde se realiza a produção. O pagamento pela ocupação ou retenção de área é feito anualmente pelos concessionários, cujo valor inicial é estabelecido no edital da licitação e no contrato de concessão e é fixado por quilômetro quadrado ou fração da área do bloco.

produtores; 25% ao Ministério de Ciência e Tecnologia; 15% aos municípios produtores; 7,5% aos municípios afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e; b) Quando a lavra ocorrer na plataforma continental: 25% ao Ministério de Ciência e Tecnologia; 22,5% aos estados confrontantes; 22,5% aos municípios confrontantes; 15% ao Comando da Marinha; 7,5% aos municípios afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e 7,5% ao Fundo Especial, a ser distribuído entre todos os estados e municípios.

Outro importante fator de mudança ocorrido no cálculo dos *royalties* concerne ao preço do petróleo para fins de indenização. Neste contexto, é importante ressaltar o papel da Portaria ANP nº 155, de 21 de outubro de 1998, que estabeleceu os critérios para a fixação do preço mínimo do petróleo produzido mensalmente em cada campo a partir de três variáveis básicas, quais sejam: produções mensais de petróleo e gás natural, seus preços médios e a taxa média de câmbio. Esta Portaria associou os preços dos vários petróleos brasileiros ao mercado internacional. A introdução dessas mudanças, aliada ao aumento da produção de petróleo e à ampliação da alíquota básica para 10%, possibilitou um incremento dos *royalties*. Para se ter uma ideia da magnitude das mudanças ocorridas, em 1997, a arrecadação desses recursos foi de, aproximadamente, R\$ 190 milhões. No ano de 2006, esse montante superou R\$ 6 bilhões (ANP, 2010).

No entanto, é importante atentar para o fato de que, apesar do favorável prognóstico financeiro, o município vivenciou as consequências sociais do crescimento acelerado de sua economia sem muita capacidade de interferência, pois somente com a Constituição Federal de 1988, quando se instituíram os moldes do federalismo²⁹, a responsabilidade sobre a gestão de um conjunto de recursos foi transferida para as administrações locais e deferidos os que seriam advindos da atividade extrativista petrolífera, sob a forma de compensações e de aumento da arrecadação própria, como o Imposto Sobre Serviços - ISS. Isto é, apenas a partir deste período a administração local realmente se tornou agente com força de intervenção mais ampla nas diversas esferas da vida econômica e social. Quanto às formas de compensação, foi somente após a Lei do Petróleo, em 1997, e das alterações dela advindas, que os municípios se consolidaram, definitivamente, como atores locais e regionais com maior poder de fogo financeiro para dinamizar o crescimento econômico e proporcionar melhores condições de

²⁹ O Estado Federal é aquele em que há uma participação dos Estados-Membros no poder Central. Nesta forma de Estado, os Estados-Membros possuem autonomia política, que é o domínio de auto-organização por meio de um poder constituinte próprio.

vida a sua população, isto quase duas décadas depois da instalação da Petrobras na cidade (RAMOS, 2009).

Enfim, embora inicialmente, nos últimos anos da década de 80, os *royalties* tenham decepcionado em volume, vindo a constituir algo em torno de ¼ dos orçamentos dos municípios, com a nova metodologia de distribuição de recursos há um salto impressionante no volume dos *royalties* acrescido das participações especiais. Isto permitiu ao município a consolidação de seu poder financeiro para instituir as mudanças que poderiam alterar o caótico quadro que se instalou com o dinamismo econômico, como já foi dito.

Todavia, mesmo com alto valor de tributos e compensações arrecadados, Macaé adentrou a primeira década do século XXI sem articular alterações significativas nas condições econômicas e sociais de sua população, como veremos a seguir.

Tendo como pano de fundo esta realidade socioeconômica que apresenta Macaé como uma cidade rica, porém de muitos pobres, é que transcorrerão as discussões dos próximos tópicos deste trabalho. O que se verá adiante é uma análise da pobreza neste município, levando em consideração não só as questões econômicas, mas um complexo de dimensões que contribuem para que muitas pessoas sejam pobres e que, portanto, as desigualdades sejam um traço marcante neste contexto.

2.2 A POBREZA NO ELDORADO MACAENSE

Como já foi relatado, a partir da década de 70, Macaé é palco de vertiginosas mudanças no âmbito econômico em razão da exploração do petróleo na região e da instalação da Petrobras no município. Com esta nova realidade, a cidade passa a arrecadar um valor memorável de impostos e receber compensações pela exploração do petróleo.

Confirmando esta assertiva, Macaé, a partir da Lei do Petróleo, mais precisamente no ano de 2004, teve uma arrecadação³⁰ de 374.147 em (R\$ mil) sendo que 293.027 (R\$ mil) eram provenientes dos *royalties*. Antes desta lei, as compensações representavam menos de 1% das receitas totais (CIDE, 2010).

³⁰ Refere-se ao Total Receitas Tributárias Municipais = IPTU + ITBI + ISS + Taxas + Contribuição de melhorias

Esta prosperidade está refletida nos indicadores de renda e de desenvolvimento humano do Município: o rendimento médio mensal domiciliar em 2000 foi de R\$1.360,85 em comparação com a região Norte Fluminense, que foi de R\$ 924,11 para o mesmo ano, a porcentagem de pessoas com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 75,50³¹ foi de 14,17 em 2000, enquanto que na região Norte Fluminense foi de 31,77 e o índice de desenvolvimento humano em 2000 em Macaé foi de 0,790, o maior de sua mesorregião, que obteve uma média de 0,734 (PNUD, 2010).

Com estes dados, acredita-se que o município tenha ótimas condições de proporcionar qualidade de vida à população, além de prevenir os processos de empobrecimento. No entanto, ao se dispensar maior atenção para outras dimensões que fazem parte do processo de pobreza multidimensional e até mesmos outros indicadores de renda, depara-se com uma realidade em controvérsia com as possibilidades inerentes ao contexto local:

O novo panorama regional aponta arquipélagos de abundância, com ilhas de prosperidade centrais e bolsões de pobreza ao redor, nadando na busca de oportunidades sem qualquer mérito. Pobres náufragos do barco da utopia da roda capitalista. (RAMOS, 2009)

Quando se avaliam os indicadores de desigualdade social observa-se que Macaé, apesar de apresentar resultados bem melhores do que a média nacional³², encontra-se aquém do que é vivenciado na região onde se situa. Enquanto que no ano 2000 Macaé possuía 18,04 como razão entre a renda média dos 10% mais ricos e os 40% mais pobres da população, a região norte fluminense apresentava um resultado de 16,01 (tabela 1).

Tabela 1– Razão entre a renda média dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres

Localidade	Períodos	
	1991	2000
Macaé	19,76	18,04
Região Norte Fluminense	16,04	16,01
Brasil	30,43	32,93

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, PNUD 2010

³¹ Este valor correspondia a meio salário mínimo no ano de 2000.

³² A razão entre a renda média dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres da população brasileira em 2000 foi de 32,93.

Quando se observa o percentual de renda dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres nos anos de 1991 e 2000, percebe-se que Macaé continua com um percentual baixo de apropriação de renda pelos mais pobres em relação à maioria dos municípios da região.

Tabela 2 – Percentual da renda apropriada pelos 10% mais ricos e 40% mais pobres da população em 1991 e 2000

Município	Ano 1991		Ano 2000	
	Percentual da renda apropriada pelos 10% mais ricos	Percentual da renda apropriada pelos 40% mais pobres	Percentual da renda apropriada pelos 10% mais ricos	Percentual da renda apropriada pelos 40% mais pobres
Campos dos Goytacazes	51,58	8,3	45,93	9,27
Carapebus	28,76	15,32	32,66	14,47
Cardoso Moreira	38,34	11,17	41,23	11,69
Conceição de Macabu	39,31	11,67	38,77	10,97
Macaé	44,35	8,98	44,1	9,78
Quissamã	40,51	11,63	41,41	11,03
São Fidélis	55,37	8,19	43,59	10,38
São Francisco de Itabapoana	36,22	13,97	53,44	8,9
São João da Barra	40,18	11,7	40,08	11,37

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, PNUD 2010

Apesar destes indicadores apresentarem resultados melhores quando comparados aos dados de nível nacional, se analisados em dimensão regional e de forma mais aproximada percebe-se que os mais pobres não têm usufruído dos benefícios do crescimento recente. Neste caso, estudos mais aprofundados dos indicadores de renda e de outras dimensões são essenciais para o conhecimento do processo de pobreza no município, detectando não apenas as questões referentes à desigualdade econômica, mas também, as condições sociais, culturais, econômicas e políticas em que vive esta parcela da população.

2.2.1 As diversas dimensões da pobreza: expressões numéricas

Este subitem apresenta uma análise da pobreza em Macaé a partir de dados quantitativos provenientes do Programa Macaé Cidadão que realizou, durante os anos 2001 a 2003, uma pesquisa domiciliar com cobertura praticamente integral que foi aplicada em 40.223 domicílios macaenses e ouviu 130.335 pessoas residentes (98,4% dos 132.461 apurados no Censo Demográfico 2000).

Para atingir o objetivo do presente trabalho foram escolhidos dois bairros da periferia, ambos quase simetricamente distantes do centro e com áreas livres, o que os torna alvo de povoamentos.

O bairro A é situado na região litoral do subdistrito Centro. Boa parte deste território é composta por uma área de conservação de restinga e manguezais. Segundo os moradores, a localização pertencia a fazendeiros que sobreviviam da plantação e criação de animais. Atualmente, parte deste local foi loteado e outra parte invadida, ambos sem respeitar o ambiente de preservação.

O bairro B é situado no subdistrito Centro e, segundo história dos moradores antigos, foi fundado em 1950 por lavradores de uma comunidade de Campos dos Goytacazes que se chamava Toco. Três anos após, Generino Teotônio de Luna, vindo da cidade de Fagundes em Paraíba, se estabelece na região, fundou uma associação de lavradores e liderou a fixação dos posseiros.

Por volta da década de 70, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) estabeleceu a gleba do bairro A. Hoje apresentando o fracionamento das propriedades rurais cedidas por este órgão, o bairro possui pequenas áreas com características de urbanização, sendo a maior parte marcada por aspectos próprios do espaço rural.

O referido local possui vários canais, sendo cortado por três rios: Macaé, São Pedro e Velho, antigo leito do rio Macaé, sendo que há anos atrás o curso do rio Macaé foi mudado, permanecendo o rio Velho, que hoje se encontra assoreado. Este fato, somado com a questão de ser uma área muito baixa, provoca constantes enchentes.

Trata-se de uma região muito produtiva e de terra fértil, motivo pelo qual, em princípio, as atividades econômicas estavam ligadas à agricultura e pecuária. Hoje, segundo

os moradores, estas atividades continuam existindo, mas na maioria dos casos é para a subsistência. É interessante relatar que alguns moradores declaram a presença de matadouros clandestinos que contaminam a região com seu lixo e disseminam doenças para a população.

Neste bairro existem, também, áreas de preservação permanentes, como restingas e manguezais, que vêm ao longo do tempo sofrendo invasões e sendo vítimas constantes da degradação ambiental. Há, ainda, lugares que são cortados por diversos dutos decorrentes de instalações da indústria do petróleo e gás natural.

Atualmente, é possível perceber no bairro um aumento da desigualdade social, pode-se encontrar neste espaço novos loteamentos com previsão de condomínios melhor estruturados e valorizados, em meio a localidades precárias de infraestrutura e marcadas por pessoas nitidamente em situações de vulnerabilidade socioeconômica.

Estes bairros são o foco do presente estudo, tanto no que se refere aos dados quantitativos quanto aos dados qualitativos. Neles são analisadas as dimensões: população, trabalho/renda, educação, saúde, infraestrutura e esporte/ lazer, no intuito de buscar entender os fatores que contribuem para o processo de pobreza local. No entanto, para início de análise são utilizados como referência a média municipal e, por vezes, para se contextualizar, os resultados da região Norte Fluminense e do estado do Rio de Janeiro.

2.2.1.1 A população

Apesar da predominância rural do território macaense, sendo de 113.909,45 Ha de uma área total de 122.662,26 Ha ³³, a área urbana apresenta uma maior densidade populacional, como pode ser visto no quadro abaixo:

Quadro 1 – População de Macaé no ano de 2000

Município	População Total	População Urbana	População rural
Macaé	132.461	126.007	6454

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, PNUD 2010.

³³ Dados da pesquisa domiciliar realizada pelo Programa Macaé Cidadão entre os anos 2001- 2003.

A comparação entre a densidade populacional em 1991 e 2000 indica que houve um aumento na densidade da área urbana (de 77,2 hab/km² para 108,0 hab/km²) e uma redução na densidade da área rural (de 7,1 hab/km² em 1991 para 5,7 hab/km² em 2000), o que pode sinalizar possíveis deslocamentos dentro do município, provavelmente motivados por busca de postos de trabalho. Esta particularidade, qual seja, deste contingente de trabalhadores migrados do campo, contribui para acentuar os bolsões de pobreza no município, pois, como já foi dito, provavelmente esta parcela da população não possui qualificação profissional exigida pela economia do petróleo, ficando excluída deste mercado de trabalho.

Constata-se, também, maior densidade populacional na região central do Distrito de Macaé (para tanto, ver tabela 3). Este padrão de distribuição da densidade indica que o bairro “Centro” exerce forte atratividade, provavelmente devida à concentração da atividade econômica superior a das outras áreas, com elevado volume de transações e deslocamentos populacionais em sua direção.

Tabela 3 – População residente por área e densidade, segundo o município, distrito Macaé (ou sede) e seus subdistritos - 2001-2003

Município, distrito e subdistrito	População	Área Km ²	Densidade (hab/Km ²)
Macaé	132 461	1226,6	108,0
Macaé (ou Sede)	123 990	356,4	347,9
Aeroporto	20 817	19,0	1 095,0
Barra de Macaé	19 895	8,9	2 224,9
Cabiúnas	5 024	23,2	216,8
Centro	65 708	16,3	4 027,3
Imboassica	10 863	20,1	539,2
S/especificação	1 683	268,8	6,3

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão.

Sendo Macaé um município que exerce grande atratividade, devido às condições proporcionadas pela descoberta do petróleo e instalação da Petrobras na cidade, parte do maior adensamento urbano observado é derivada da chegada de residentes de outros municípios para trabalhar e fixar residência. Com efeito, na região Norte Fluminense, Macaé e Carapebus são os únicos municípios que possuem uma taxa de migração positiva e superior ao crescimento vegetativo (sendo 2,2% ao ano de migração líquida ante 1,7% ao ano de crescimento vegetativo para a primeira cidade e 1,2% e 0,9%, respectivamente para a segunda cidade), ou seja, recebem mais pessoas do que geram. Porém, impressionantes mesmo são os dados que mostram a porcentagem de migrantes em Macaé, sendo esta 49% de toda a população; no bairro B o número de migrantes é de 51,9% de seu contingente e no bairro A

chega a 72,4%, ou seja, bem mais da metade de seus moradores não são naturais do município.

Observa-se também, que há uma concentração maior de migrantes estrangeiros nos bairros de classe média e alta, o que sugere maior qualificação profissional desta população em detrimento dos demais migrantes (tabela 4). Por exemplo, as localidades de bairros de classe média e alta como Glória, Cavaleiros e Riviera Fluminense contam juntos 47,47% da população estrangeira do município, enquanto que nesta mesma localidade a porcentagem dos demais migrantes em relação ao município é de apenas 11,23%.

Tabela 4 – Migrantes estrangeiros e da federação e porcentagem em relação ao município por município e algumas localidades, 2006-2007

Município e localidade	Total	Migrantes Estrangeiros	% em relação à Macaé	Migrantes da Federação	% em relação à Macaé
Macaé	86 153	653	100,00	85 503	100,00
Glória	2 711	97	14,85	2 614	3,06
Cavaleiro	1 394	141	21,59	1 253	1,47
Riviera	5 802	72	11,03	5 730	6,70
Localidade A	10 146	19	2,91	10 127	11,84
Localidade B	420	0	0,00	420	0,49

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão.

Já nos bairros que são o foco deste estudo, o número de migrantes estrangeiros nas localidades do bairro A e B é bem inferior às outras localidades analisadas, assim como na Localidade A porcentagem de migrantes da Federação é bem maior do que a das regiões analisadas acima. Estes dados retratam a diferença no perfil socioeconômico destas regiões. No entanto, a localidade B apresenta um fator interessante: o número geral de migrantes é inferior a todas as outras localidades, resultado da inexistência de opção de postos de trabalho (para tanto ver tabela 21) e da dificuldade de transporte, classificado como serviço regular pela maioria de seus moradores (gráfico 4).

Quanto às pessoas residentes nestes bairros a população masculina possui uma representatividade um pouco maior que a feminina, ao contrário do que acontece com a média municipal (tabela 5).

Em relação ao grupo de idade, o número de crianças nestes bairros é proporcionalmente maior em comparação a Macaé, o que sugere uma necessidade maior de creches e escolas, veja na tabela a seguir.

Tabela 5 – População residente por sexo e grupo de idade, segundo bairros A, B e Macaé, 2001-2003

Grupos de idade	Bairro A		Bairro B		Macaé	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Total	2 186	2 046	215	193	64 444	65 891
00 a 04 anos	261	278	29	20	5 885	5 720
05 a 09 anos	242	237	27	17	6 002	5 922
10 a 14 anos	229	171	16	19	5 940	5 855
15 a 19 anos	204	192	23	16	6 356	6 382
20 a 24 anos	231	215	27	21	6 298	6 426
25 a 29 anos	194	202	18	19	5 428	5 735
30 a 34 anos	177	175	15	22	5 112	5 381
35 a 39 anos	180	163	12	13	5 417	5 754
40 a 44 anos	149	136	9	9	5 179	5 076
45 a 49 anos	104	97	9	12	3 874	3 780
50 a 54 anos	81	69	11	11	2 902	2 745
55 a 59 anos	50	37	6	3	1 825	1 954
60 a 64 anos	35	29	7	4	1 453	1 602
65 a 69 anos	13	16	2	1	1 053	1 289
70 anos ou mais	36	29	4	6	1 720	2 270

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão.

Outro fator interessante é o fato de que o contingente dos moradores com idade para o trabalho é inferior à média do município (tabela 5). Isto ratifica a dificuldade de transporte e a opção por postos de trabalho e, possivelmente, aponta, também, a preferência daqueles que estão inseridos no mercado de trabalho (e que, portanto, tendem a padecer de uma situação financeira melhor do que a daqueles que dele estão excluídos) de escolher outros bairros em razão de inúmeros motivos como violência, acesso a serviços, infraestrutura etc.

Quanto à cor ou raça, conforme pode ser observado na tabela 6, o bairro A possui um contingente maior de população negra que a média do município, enquanto que o bairro B é contemplado por um número menor de população negra em relação ao primeiro bairro, contudo ainda um pouco superior à média do município. É interessante perceber que, apesar da renda no bairro A ser maior (tabela 9), os serviços de infraestrutura são mais precários do que os do bairro B (gráficos 3 e 4), isto é, a população negra é maior no bairro que oferece as piores condições de infraestrutura.

Tabela 6 – População residente por cor ou raça, segundo Macaé e bairros A e B, 2001-2003

Município e Bairro	Branca		Negra		Amarela		Parda		Indígena		Não Inf.	
		%		%		%		%		%		%
Macaé	68 047	52,1	15073	11,5	502	0,4	46934	35,9	13	0	72	0,1

Bairro A	1 638	38,7	684	16,2	82	1,9	1827	43,2	0	0	1	0
Bairro B	184	45,1	51	12,5	0	0	173	42,4	0	0	0	0

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão.

2.2.1.2 Trabalho e renda

A cidade de Macaé, segundo dados do IBGE, possui 4,93% de pessoas na linha de indigência e 14,17% na linha de pobreza; estes números são bem melhores do que a média da região Norte Fluminense (11,95% e 31,76% respectivamente), mas por si só não são capazes de demonstrar a complexidade do problema, como pode ser observado a partir da análise de outras variáveis descritas a seguir.

No que se refere à situação de trabalho, por exemplo, no bairro A foram registradas 1434 pessoas ocupadas de um total de 3 214 indivíduos com 10 anos ou mais, ou seja, 44,61% da população não se encontra inserida no mercado de trabalho. Praticamente o mesmo ocorre no bairro B: o total das pessoas nesta faixa etária estudada é de 315, porém apenas 150 estão ocupadas, o que equivale a 47,61% desocupadas. Esta realidade é convergente com o contexto Macaense, que apresenta 48,94% da população com 10 anos ou mais desocupada³⁴.

Outro fator preocupante, nestes bairros, é a porcentagem da população entre 10 e 14 anos ocupada (tabela 7), pois este segmento deveria estar concluindo os estudos do Ensino Fundamental e, portanto, ausente do mercado de trabalho.

Tabela 7 – Pessoas residentes ocupadas de 10 ou mais, no município, bairros A e B, 2001-2003

Idade	Macaé	%	Bairro A	%	Bairro B	%
Total	54 130	100	1434	100	150	100
10 a 14	197	0,43	10	0,7	1	0,7
15 a 19	716	6,9	103	7,2	15	10
20 a 24	7 817	14,4	232	16,2	31	20,7
25 a 29	7 575	14	220	15,3	20	13,3
30 a 34	7 541	13,9	240	16,7	24	16
35 a 39	8 158	15,1	218	15,2	19	12,7
40 a 44	7 393	13,7	169	11,8	10	6,7
45 a 49	5 280	9,8	114	7,9	11	7,3
50 a 54	3 301	6,1	75	5,2	9	6
55 a 59	1 683	3,1	26	1,8	6	4

³⁴ Para a contagem destes dados, não se levou em consideração pessoas que não informaram, sendo consideradas como desocupadas.

60 a 64	893	1,6	20	1,4	4	2,7
65 a 69	364	0,7	5	0,3	0	0
70 ou +	212	0,4	2	0,1	0	0

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão.

Tabela 8 – Motivos pela falta de trabalho da população residente, com 10 anos ou mais de idade, no município, nos bairros A e B, 2001-2003

Motivos	Macaé	%	Bairro A	%	Bairro B	%
Total	52 634	100	1 773	100	165	100
Estudante	19 621	37,3	586	33,1	52	31,5
Aposentado	7 186	13,7	146	8,2	20	12,1
Pensionista	2 368	4,5	43	2,4	7	4,2
Afazer domésticos	13 909	26,4	610	34,4	63	38,2
Vive de renda	819	1,6	4	0,2	1	0,6
Doente	779	1,5	30	1,7	0	0
Inválido	201	0,4	12	0,7	0	0
Desempregado por iniciativa própria	771	1,5	29	1,6	1	0,6
Desempregado por falta de oportunidade	6 394	12,1	306	17,3	20	12,1
Outros motivos	445	0,8	4	0,2	1	0,6
Não Informado	141	0,3	3	0,2	0	0

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão.

Pela média macaense, a maioria das pessoas que possuem 10 anos ou mais e que não estão ocupadas têm por razão serem estudantes. Nos bairros A e B, apesar deste motivo ser, também, fortemente verificado, a razão principal de não estarem ocupadas é apresentada pelos afazeres domésticos. Considerando-se o número grande de crianças, pode-se concluir que os serviços, políticas e projetos que deveriam atender a esta parcela da população não são suficientes para garantir a possibilidade de escolha de seus responsáveis em buscar trabalho, sem prejuízo aos cuidados com os filhos.

Comumente, na falta da rede de apoio assistencial oferecida pelo governo, busca-se a ajuda de familiares ou vizinhos para prover certas necessidades, como por exemplo, a circulação de crianças (cuidadas por vizinhos, avós) enquanto os pais realizam suas atividades salariais. Castel (1998) chama estas formas de regulações de *sociabilidade primária*, isto é, “sistema de regras que ligam diretamente os membros de um grupo a partir do seu pertencimento familiar, da vizinhança, do trabalho e que tecem redes de interdependência sem a mediação de instituições específicas” (CASTEL, 1998: 48).

Quanto à renda entre as pessoas ocupadas, a porcentagem da população que ganha de 3 (três) salários mínimos em diante, nos bairros A e B, é menor do que a média macaense (16,3%, 11,4% e 29,2% respectivamente), o que aponta para uma maior concentração de renda baixa nestas localidades. Especificamente, um pouco mais da metade da população residente nestes bairros recebe até 2 salários mínimos (em Macaé 38,7% têm esta renda), sendo que no bairro B o primeiro segmento (até 1 salário mínimo) ganha relevância em comparação ao outro bairro e à média municipal, o que indica que ele está submetido a condições materiais de vida mais vulneráveis (tabela 9).

Neste caso, seria interessante comparar a escolaridade com a renda, que provavelmente deve seguir a tendência de menos tempo de estudo, menor salário. Contudo, não há dados referentes ao tempo de estudo ou escolaridade nestes bairros. Porém, considerando a frequência escolar pode-se perceber que o bairro B – o que possui menor renda – em comparação ao bairro A – que apresenta uma renda um pouco maior-, apresenta uma concentração maior da população frequentando o ensino fundamental e um número menor cursando o ensino médio e superior.

Outro fator que chama atenção é o contingente de população ocupada, no bairro A, que não possui rendimento (5,6% população macaense se encontra nestas condições), como pode ser visto na tabela abaixo.

Tabela 9 – Pessoas residentes ocupadas de 10 anos ou mais de idade, segundo o valor do rendimento mensal, no município, bairros A e B, 2001-2003

Salário Mínimo	Macaé	%	Bairro A	%	Bairro B	%
Total	54 130	100	1 434	100	150	100
Até 1	6 599	12,2	218	15,2	29	19,3
1 a 2	14 345	26,5	597	41,6	54	36,0
2 a 3	9 237	17,1	324	22,6	29	19,3
3 a 4	5 552	10,3	144	10,0	6	4,0
4 a 5	3 670	6,8	58	4,0	7	4,7
5 a 10	3 935	7,3	21	1,5	4	2,7
10 a 20	1 937	3,6	2	0,1	0	0,0
20 ou mais	656	1,2	2	0,1	0	0,0
s/ rendimento	158	0,3	9	0,6	0	0,0
s/ declaração	8 041	14,9	59	4,1	21	14,0

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão.

Além dos mais baixos salários, no bairro B mais da metade da população não possui carteira assinada, no bairro A 46,2% encontram-se nesta mesma situação (superior à média municipal, que é de 42,7%). Ou seja, esta parcela de indivíduos está desprovida dos direitos da previdência social, como aposentadoria, auxílio-doença, licença-maternidade, seguro-desemprego, entre outros. Isto é, um número significativo de pessoas encontram-se em situação de vulnerabilidade socioeconômica, devendo estar inseridas na *zona de assistência* (Castel, 1998), correndo o risco de futuramente encontrar-se na *zona de desfiliação* (Castel, 1998). Em outras palavras, existe um número significativo da população que, devido à instabilidade e à precariedade das condições de trabalho, necessita da assistência governamental para evitar a expansão dos bolsões de pobreza e indigência municipal.

Tabela10 – Pessoas residentes de 10 anos ou mais com carteira e sem carteira de trabalho assinada, no município, bairros A e B, 2001-2003

Situação	Macaé	%	Bairro A	%	Bairro B	%
Total	107 518	100	1 434	100	150	100
c/ carteira	57 436	53,4	733	51,1	65	43,3
s/ carteira	45 882	42,7	663	46,2	84	56,0
n/ informado	4 200	3,9	38	2,6	1	0,7

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão.

2.2.1.3 Educação

Conforme o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), Macaé possui um alto desenvolvimento no que se refere ao subíndice educação³⁵. Também é o melhor da região Norte Fluminense. No entanto, entre os anos 1991 e 2000, a região Norte Fluminense apresentou melhoras significativas bem superiores às presenciadas no município de Macaé.

Tabela 11 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Educação, 2010

Município	IDH-M Educação, 1991	IDH-M Educação, 2000
Campos dos Goytacazes	0,778	0,867
Carapebus	0,705	0,851
Cardoso Moreira	0,596	0,791
Conceição de Macabu	0,765	0,841

³⁵ Por ser superior a 0,8, como foi visto no capítulo 1.

Macaé	0,806	0,889
Quissamã	0,694	0,845
São Fidélis (RJ)	0,725	0,822
São Francisco de Itabapoana (RJ)	0,572	0,715
São João da Barra (RJ)	0,728	0,794

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano.

Uma das variáveis deste cálculo é o percentual da taxa de analfabetismo na população de 15 anos ou mais, que também é melhor se comparada com a região onde se situa o município, sendo 7,88% contra os 14,88% do Norte Fluminense. Porém, o analfabetismo é maior do que o encontrado no Estado do Rio de Janeiro, sendo este de 6,22%. Contudo, é interessante notar que, entre os 7 e 14 anos, o percentual de analfabetos é equiparado ao valor Estadual (6,62% Macaé e 6,71% o Estado), o que demonstra investimentos efetivos na área da educação para esta faixa etária (relativa à educação fundamental, que é de responsabilidade do município), o que pode contribuir para uma melhora de médio e longo prazo no analfabetismo municipal (IBGE, 2010).

É importante citar que a taxa de analfabetismo da população macaense de 5 anos ou mais não se difere quando desagregada por sexo (9,8% para os homens e 10,1% para as mulheres). Entre os grupos etários de 10 e 49 anos, encontram-se mais mulheres alfabetizadas, já entre 40 e 49 anos o predomínio é dos homens, como nos revela a tabela a seguir.

Tabela 12 – Pessoas de cinco (5) anos ou mais de idade alfabetizadas, segundo o sexo e grupo de idade, 2001-2003

Grupos de idade	População			Homens		Mulheres		
	Número	% do total (1)	Número	% do total	horizontal	Número	% do total	horizontal
Total	106 826	90,0	52 774	90,2	49,4	54 052	89,9	50,6
05 a 09	7 283	61,1	3 543	59,1	48,6	3 740	63,2	51,4
10 a 14	11 567	98,1	5 808	97,9	50,2	5 759	98,4	49,8
15 a 19	12 499	98,2	6 217	97,9	49,7	6 282	98,5	50,3
20 a 24	12 369	97,3	6 099	96,9	49,3	6 270	97,6	50,7
25 a 29	10 721	96,1	5 172	95,4	48,2	5 549	96,8	51,8
30 a 34	9 980	95,1	4 814	94,2	48,2	5 166	96,0	51,8
35 a 39	10 649	95,4	5 149	95,1	48,4	5 500	95,6	51,6
40 a 44	9 594	93,6	4 855	93,8	50,6	4 739	93,4	49,4
45 a 49	7 029	91,9	3 586	92,6	51,0	3 443	91,1	49,0

50 a 54	4 992	88,4	2 604	89,7	52,2	2 388	87,1	47,8
55 a 59	3 166	83,8	1 566	85,9	49,5	1 600	81,9	50,5
60 a 64	2 430	79,6	1 230	84,7	50,6	1 200	75,0	49,4
65 a 69	1 779	76,0	843	80,1	47,4	936	72,6	52,6
70 ou mais	2 768	69,4	1 288	74,9	46,5	1 480	65,2	53,5

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão.

(1)Refere-se à participação no total das pessoas do respectivo grupo etário.

Ao se observar o percentual de adolescentes (15 a 17 anos) que estão inseridos no Ensino Médio, a realidade se repete: Macaé apresenta 41,07%, enquanto a região Norte Fluminense apenas 28,09%, o mesmo acontecendo em relação ao Estado do RJ, com 38,93% de adolescentes inseridos no antigo 2º grau. Contudo, este ritmo não permanece para o Ensino Superior, sendo a porcentagem de adultos entre 18 e 22 anos frequentando o antigo 3º grau em Macaé de 6,38%, número inferior a Campos dos Goytacazes (outro município da região Norte Fluminense com grande crescimento econômico) e ao Estado do RJ (8,47% e 10,38% respectivamente) (IBGE, 2010).

No entanto, verdadeiramente preocupante é a média de anos de estudos da população com 25 anos ou mais, que é de 6,87 (ou seja, Ensino Fundamental incompleto), apenas 10% desta população tem doze anos ou mais de estudos (o que corresponde ao nível médio completo). Ou seja, esta realidade mostra que a população macaense possui formação educacional muito inferior ao necessário para sua economia, que se encontra em franco crescimento e que precisa de mão de obra especializada. Desta forma, acabam sendo recrutados trabalhadores de outros municípios, até mesmo de outras regiões, que atendem melhor as demandas do mercado, o que confirma o grande número de migrantes em Macaé.

Ratificando as suspeitas anteriormente levantadas, a frequência escolar de crianças em idade para creche é inexistente no bairro B e insuficiente no Bairro A (tabela 13). Se considerarmos o alto contingente desta população, como foi visto no item 2.3.1, que é bem superior à média macaense, ver-se-á que há uma incoerência, pois nestes bairros deveria existir uma porcentagem maior de crianças cursando creches, em comparação aos dados municipais. Este quadro explicita a falta de acesso a estes serviços na região estudada.

Quanto ao Ensino Médio, Superior e à Pós-graduação, ressalta-se uma defasagem destes bairros em relação à Macaé, sendo praticamente e, por vezes, de fato, nulo o ingresso de pessoas nestes dois últimos níveis de ensino.

Tabela 13 – Frequência aos cursos, segundo município e bairros A e B, 2001-2003

Cursos	Macaé	%	Bairro A	%	Bairro B	%
Total	43 259	100,0	1 372	100,0	137,0	100,0
Creche	1 299	3,0	19	1,4	0,0	0,0
Pré-escolar	5 626	13,0	257	18,7	30,0	21,9
Alfabetização	2 529	5,8	89	6,5	6,0	4,4
Alfabetização de adultos	130	0,3	6	0,4	3,0	2,2
1o. Grau Ensino Fundamental	22 701	52,5	818	59,6	84,0	61,3
2o. Grau Ensino Médio	6 843	15,8	140	10,2	12,0	8,8
Supletivo 1o. Grau	434	1,0	21	1,5	0,0	0,0
Supletivo 2o. Grau	204	0,5	4	0,3	0,0	0,0
Pré-vestibular	466	1,1	2	0,1	0,0	0,0
3o. Grau Ensino Superior	2 601	6,0	8	0,6	2,0	1,5
Pós-Graduação	209	0,5	0	0,0	0,0	0,0
Mestrado/ Doutorado	32	0,1	0	0,0	0,0	0,0
Educação Especial	157	0,4	8	0,6	0,0	0,0
Não Informado	28	0,1	0	0,0	0,0	0,0

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão.

No que se refere à opinião dos moradores sobre sugestão de cursos, os bairros A e B apresentam maior apreciação para os cursos de Informática e de Inglês (tabela 14), o primeiro mais procurado para esta população do que o segundo, contrapondo os dados de Macaé e a realidade da cidade, que oferece maiores oportunidades de emprego para quem tem domínio desta língua, visto o vasto número de empresas estrangeiras que necessitam deste conhecimento para se comunicar com as sucursais do exterior e com os outros empregados estrangeiros.

Tabela 14 – Sugestões de cursos de pequena duração, segundo a população residente de 10 anos ou mais de idade no município e nos bairros A e B, 2001-2003

Cursos	Macaé	%	Bairro A	%	Bairro B	%
Total	48 350	100,0	1 775	100,0	178	100,0
Inglês	21 642	44,8	524	29,5	23	12,9
Informática	20 274	41,9	923	52,0	132	74,2
Cerâmica	76	0,2	1	0,1	0	0,0
Garçom	81	0,2	5	0,3	1	0,6
Caldeiraria	492	1,0	22	1,2	0	0,0
Salgados/ Doces	1 167	2,4	56	3,2	5	2,8
Montagem teatral	81	0,2	2	0,1	0	0,0
Arte em gesso	67	0,1	2	0,1	0	0,0
Pintura	655	1,4	12	0,7	0	0,0
Papel Machê	32	0,1	0	0,0	0	0,0
Corte e Costura	1 058	2,2	48	2,7	5	2,8

Carpintaria	347	0,7	12	0,7	1	0,6
Soldador	1 008	2,1	101	5,7	8	4,5
Cabeleireira	706	1,5	42	2,4	3	1,7
Maquiagem	119	0,2	8	0,5	0	0,0
Manicure/ Depilação	295	0,6	13	0,7	0	0,0
Não Informado	250	0,5	4	0,2	0	0,0

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão 2001-2003.

A pobreza também está associada ao tipo de ensino (público ou privado) que as pessoas frequentam. Como pode ser visto na tabela 15, os bairros A e B possuem um percentual largamente menor de estudantes em escolas privadas em comparação ao município de Macaé, conseqüentemente, há um aumento de requisição de ensino público que, como já foi relatado, é insuficiente: constam no bairro A apenas um Colégio Municipal de Ensino Fundamental (com programa Educação para Jovens e Adultos - EJA - disponível) e uma Escola Municipal de Educação Infantil (maternal e pré-escolar); no bairro B somente um Colégio Municipal de Educação Infantil (maternal e pré-escolar) e Ensino Fundamental (também com oferta de EJA), isto é, não há ofertas de creches, nem ensino médio ou superior em ambas as localidades³⁶.

Tabela 15 – Pessoas que frequentam creches ou escolas, segundo o tipo, por município e bairros A e B, 2001-2003

Tipo	Macaé	%	Bairro A	%	Bairro B	%
Total	43 259	100,0	1 372	100,0	137	100,0
Pública Federal	1 231	2,8	7	0,5	4	2,9
Pública Estadual	10 058	23,3	245	17,9	39	28,5
Pública Municipal	22 809	52,7	1 076	78,4	93	67,9
Particular	9 106	21,0	42	3,1	1	0,7
Não informado	55	0,1	2	0,1	0	0,0

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão.

2.2.1.4 Saúde

O sistema de saúde macaense ainda é precário quando comparado à oferta existente na Região Norte Fluminense e no Estado do Rio de Janeiro. O número de médicos residentes por mil habitantes é 1,4 contra os 2,2 do Estado (IBGE,2010). O número de leitos hospitalares oferecidos pelo SUS é de 1,58 por mil habitantes, enquanto que no Rio de Janeiro é de 2,9

³⁶ Dados adquiridos através do site www.macaerj.gov.br

(Programa Macaé Cidadão, 2001-2003). Mais da metade da população (68,4%) não possui convênios ou seguro de saúde.

Esta conjuntura se reflete nas taxas de mortalidade infantil e nas de expectativa de sobrevivência da terceira idade³⁷, como pode ser visto no quadro abaixo. Os dados representam um contexto de precariedade, estando o município em situação bem aquém à do Estado do RJ e inferior ou no mesmo patamar da realidade regional, que é composta por municípios, em sua maioria, em situações socioeconômicas desprivilegiadas em comparação com Macaé.

Quadro 2 – Taxa de mortalidade e probabilidade de sobrevivência, 2010

Localidades	Mortalidade até um ano de idade	Mortalidade até cinco anos de idade	Probabilidade de sobrevivência até 40 anos	Probabilidade de sobrevivência até 60 anos
Estado do Rio de Janeiro	21,21	23,07	91,87	77,92
Região Norte Fluminense	22,87	25,90	90,92	75,75
Macaé	23,54	26,65	90,68	75,18

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano.

Outra dimensão importante é a longevidade que é utilizada para o cálculo do IDH-M. Ela é medida pela esperança de vida ao nascer (em Macaé é de 67,63, enquanto que no Estado do Rio de Janeiro é de 69,42) e reflete as condições de salubridade e de saúde da população. Nesta variável, apesar do resultado apontar para um médio desenvolvimento econômico (IDH-M longevidade é de 0,71 no município), se levarmos em consideração os dados anteriormente levantados, o contexto ainda exprime a necessidade de maiores investimentos na área da saúde do município, pois ainda existe uma grande parcela da população que se encontra vulnerável em assistência à saúde, como foi visto anteriormente.

A realidade nos bairros A e B é bem parecida com o contexto geral do município: ao todo 1,4% da população macaense tem algum tipo de deficiência, os mesmo valores são encontrados nos bairro A e B (1,5% e 1,2% respectivamente). A semelhança também se estende para os que declaram usar algum tipo de substância psicoativa: 12,2% da população macaense declara ser dependente de substâncias químicas, no bairro A 12,3%, apenas no bairro B esta questão social é menos vivenciada: 9,3%.

³⁷ Estas variáveis são utilizadas para a formulação de alguns indicadores sociais como o IPH.

Tabela 16 – Dependência da população residente a algum tipo de substância química no município e nos bairros A e B, 2001-2003

Dependência	Macaé	%	Bairro A	%	Bairro B	%
Total	130 335	100,0	4 232	100,0	408	100,0
Cigarro	12 983	10,0	403	9,5	31	7,6
Álcool	1 402	1,1	55	1,3	0	0,0
Cigarro e Álcool	1 506	1,2	62	1,5	7	1,7
Outro tipo de droga	37	0,0	3	0,1	0	0,0
Não faz uso	114 389	87,8	3 709	87,6	370	90,7
Não Informado	18	0,0	0	0,0	0	0,0

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão.

Quanto aos problemas crônicos de saúde, a situação dos bairros é um pouco melhor do que a do município (12% em Macaé e 10% nos bairros citados). No entanto, há uma maior presença nestes bairros dos problemas de hipertensão e de alergia em comparação com a média macaense, o que indica a necessidade de uma rede de assistência para tais questões nestas localidades. Quanto a isto, é importante relatar que, atualmente, não há nestes bairros nenhuma Unidade Básica de Saúde, centro especializado ou Unidades de Pronto Atendimento, consta nos bairros A e B apenas 1 (um) Programa Saúde da Família - PSF para cada um, além do Hospital Público Municipal³⁸ no último bairro.

É interessante observar que nestes bairros, como exposto, se detecta a alergia como uma das doenças predominantes. Esta situação pode ser consequência da falta de pavimentação nas ruas destas localidades, o que faz aumentar a poluição do ar.

Tabela 17 – Problemas crônicos de saúde da população residente, segundo o município e os bairros A e B, 2001-2003

Problemas	Macaé	%	Bairro A	%	Bairro B	%
Total	15 760	100,0	429	100,0	41	100,0
Coração	1 449	9,2	50	11,7	3	7,3
Hipertensão	5 263	33,4	160	37,3	16	39,0
Diabetes	1 543	9,8	32	7,5	3	7,3
Respiratório	1 330	8,4	37	8,6	4	9,8
Digestivo	412	2,6	12	2,8	0	0,0
Ginecológico	108	0,7	2	0,5	0	0,0
Próstata	34	0,2	2	0,5	0	0,0
Alergia	1 319	8,4	18	4,2	6	14,6
Câncer	156	1,0	4	0,9	0	0,0
Ósseo/ Muscular/ Articular	1 561	9,9	45	10,5	1	2,4

³⁸ Dados adquiridos através do site www.macaerj.gov.br

Neuropsiquiátrico	919	5,8	22	5,1	3	7,3
Hipercolesterolemia	187	1,2	3	0,7	0	0,0
Doença Infectocontagiosa	27	0,2	0	0,0	0	0,0
Outras	1 426	9,0	42	9,8	5	12,2
Não Informado	26	0,2	0	0,0	0	0,0

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão.

O percentual de gestantes nos bairros A e B (2,2% e 3,6% respectivamente) é maior do que a média macaense de 1,6%. A boa notícia é que os PSF destas regiões oferecem acompanhamento pré-natal.

Pela opinião da população residente, mais da metade dos macaenses não têm queixas quanto ao sistema público de saúde municipal, já nos bairros A e B a maioria da população tem alguma reclamação a fazer. Dentre as principais, encontram-se a dificuldade de atendimento e as carências de especialidades no bairro A e no bairro B. As maiores queixas referem-se à falta de unidade próxima de casa e à dificuldade de atendimento. As opiniões divergentes expressam a desigualdade de oferta e acesso a este tipo de serviço.

Tabela 18 – Principais queixas do sistema de saúde pública municipal, segundo os chefes das famílias ou cônjuges no município e nos bairros A e B, 2001-2003

Queixas	Macaé	%	Bairro A	%	Bairro B	%
Total	42 667	100,0	1 277	100,0	124	100,0
Dificuldade de Atendimento	10 448	24,5	347	27,2	17	13,7
Atendimento Insatisfatório	2 944	6,9	95	7,4	2	1,6
Carência de Recursos Materiais	757	1,8	21	1,6	0	0,0
Carência de Recursos Humanos	474	1,1	12	0,9	3	2,4
Carência de Especialidades	2 685	6,3	154	12,1	4	3,2
Falta de Unidade Próxima de Casa	1 366	3,2	21	1,6	42	33,9
Falta de Informações ao Usuário	170	0,4	0	0,0	0	0,0
Não Tem Queixas	23 257	54,5	601	47,1	54	43,5
Não Informado	566	1,3	26	2,0	2	1,6

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão.

2.2.1.5 Infraestrutura

Antes de iniciar a análise dos serviços avaliados, é importante ressaltar que os serviços de limpeza das ruas, coleta de lixo, existência de lixeira e limpeza de terrenos baldios, iluminação e pavimentação das ruas, transporte urbano, postos de saúde, creches públicas,

escolas municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental, praças públicas e quadras de esporte, são de responsabilidade municipal, já os serviços de esgoto e abastecimento de água, escolas estaduais de Ensino Fundamental e Médio e segurança pública são encargos estaduais. As escolas particulares de Ensino Fundamental e Médio, atividades de lazer/diversão e opções de trabalho cabem ao setor privado administrar. No entanto, alguns dos serviços públicos podem ser (e muitas vezes são) assumidos parcial ou integralmente pelo setor privado, por concessão, ou implementados mediante empreendimentos exclusivamente privados.

Em quase todos os domicílios macaenses há energia elétrica (94,7% do total), esgotamento sanitário (93,5%) e, em sua ampla maioria, acesso à água (86,5%), pavimentação de ruas (77,3%) e rede geral de esgoto (64,8%). Porém, apesar da ampla existência destes serviços, a avaliação por parte dos responsáveis dos domicílios é bem variada, o que indica, novamente, a desigualdade na oferta dos mesmos (gráfico 1).

De forma geral, faltam lixeiras, limpeza de terrenos baldios, creches, escolas federais e estaduais de Ensino Fundamental e Médio, escolas municipais de Ensino Médio, lazer e diversão, opções de trabalho e segurança pública (tabela 19). O sistema educacional, como já foi observado, é precário, a demanda por opções de trabalho é divergente com a oferta existente, o que ratifica a falta de mão de obra especializada de grande parte da população macaense e, por fim, o diminuto serviço de segurança pública, quando ocorre, é, em sua maioria, avaliado entre ruim e muito ruim, afetando diretamente a liberdade desta população (gráfico 1).

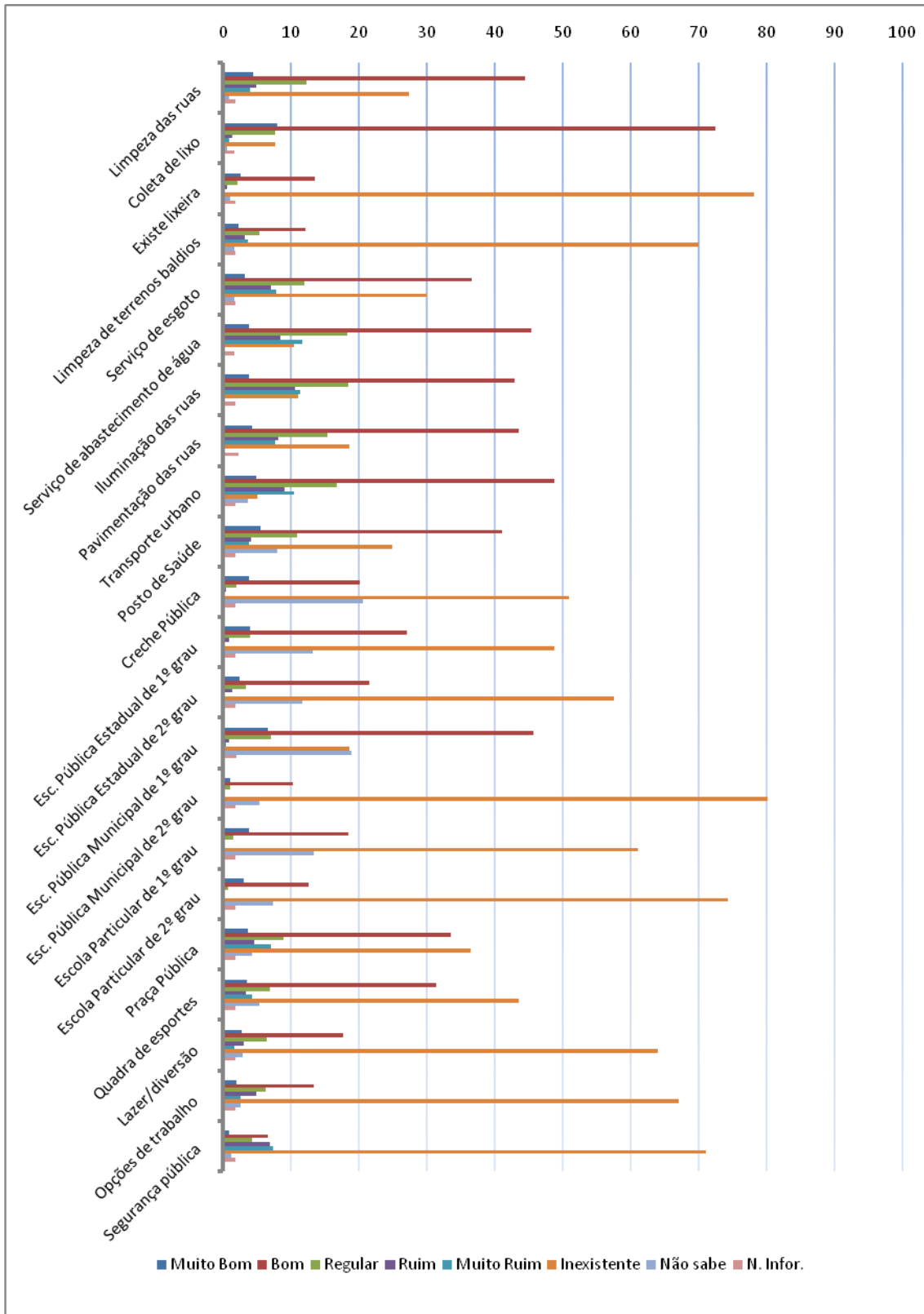
Tabela 19 – Situação dos serviços de infraestrutura, segundo os chefes dos domicílios do município de Macaé, 2001-2003

Serviços	Macaé					
	Existe	%	Inexiste	%	N. Infor.	%
Limpeza das ruas	28 557	71,0	10 964	27,3	702	1,7
Coleta de lixo	36 429	90,6	3 101	7,7	693	1,7
Existe lixeira	8 058	20,0	31 459	78,2	706	1,8
Limpeza de terrenos baldios	11 344	28,2	28 165	70,0	714	1,8
Serviço de esgoto	27 517	68,4	12 010	29,9	696	1,7
Abastecimento de água	35 349	87,9	4 191	10,4	683	1,7
Iluminação das ruas	35 096	87,3	4 433	11,0	694	1,7
Pavimentação das ruas	31 902	79,3	7 491	18,6	830	2,1
Transporte urbano	37 507	93,2	2 012	5,0	704	1,8
Posto de Saúde	29 512	73,4	10 014	24,9	697	1,7

Creche Pública	19 027	47,3	20 491	50,9	705	1,8
Esc. Pública Estadual de 1º grau (Ens. Fundamental)	19 916	49,5	19 590	48,7	717	1,8
Esc. Pública Estadual de 2º grau (Ens. Médio)	16 382	40,7	23 123	57,5	718	1,8
Esc. Pública Municipal de 1º grau (Ens. Fundamental)	32 025	79,6	7 482	18,6	716	1,8
Esc. Pública Municipal de 2º grau (Ens. Médio)	7 229	18,0	32 274	80,2	720	1,8
Esc. Particular de 1º grau (EF)	14 953	37,2	24 551	61,0	719	1,8
Esc. Particular de 2º grau (EM)	9 607	23,9	29 896	74,3	720	1,8
Praça Pública	24 879	61,9	14 636	36,4	708	1,8
Quadra de esportes	22 003	54,7	17 513	43,5	707	1,8
Lazer/diversão	13 789	34,3	25 728	64,0	706	1,8
Opções de trabalho	12 581	31,3	26 934	67,0	708	1,8
Segurança pública	10 902	27,1	28 614	71,1	707	1,8

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão.

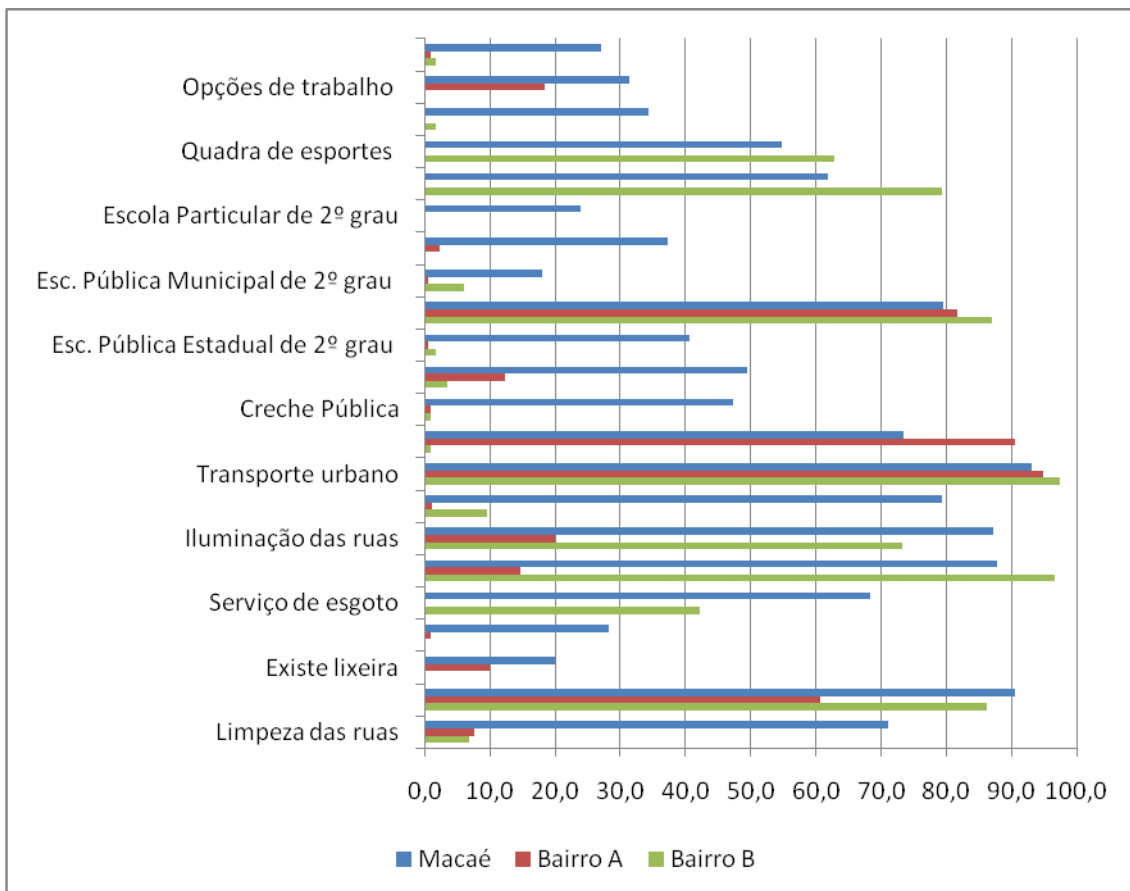
Gráfico 1 – Avaliação dos serviços de infraestrutura, segundo os chefes dos domicílios em Macaé, 2001-2003



Fonte: Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão.

Apesar da ampla existência dos serviços básicos de infraestrutura no município, observa-se que, nos dois bairros da periferia aqui estudados, estes serviços, infelizmente, não contemplam a maioria da população como na realidade macaense (gráfico 2): apenas 14,6% da população do bairro A tem acesso à água de rede geral; somente 1,2% do bairro A e 9,5% do B têm suas ruas pavimentadas; e o mais alarmante: praticamente não existe rede geral de esgoto no primeiro bairro (0,2%), e mais da metade da população do segundo bairro também, não tem acesso a este serviço (57,8%). A baixíssima participação da rede geral de esgoto e de água sugere que as condições de saúde são bem precárias e o risco de contaminação por água é bastante elevado.

Gráfico 2 – Serviços de infraestrutura existentes, segundo os chefes dos domicílios do município de Macaé, bairros A e B, 2001-2003



Fonte: Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão.

No bairro A, além dos serviços já citados, praticamente inexistem, na opinião dos chefes de domicílios, limpeza de rua e de terrenos baldios, creche pública, escola pública estadual, municipal e particular de Ensino Médio e segurança pública. São nulos os benefícios

provenientes de praça pública, quadra de esportes, lazer/ diversão. As condições dos serviços de saúde não são boas (na avaliação, os postos de saúde são os que recebem a maior classificação de muito ruim em comparação aos demais serviços, apesar de predominantemente serem avaliados com o conceito bom ou regular), o setor da educação é bem precário para algumas faixas etárias e, em se tratando de entretenimento e segurança pública, o acesso é mínimo. No que se refere ao Ensino Fundamental, o prognóstico é melhor do que o apresentado no município, no entanto, este, apesar de ser predominantemente bom, varia entre regular e inexistente. Talvez o que justifique o contingente de moradores neste bairro seja o baixo custo de vida em comparação a Macaé e as opções de trabalho (Gráfico 3). O mesmo ocorre com o restrito serviço de abastecimento de água disponível, uma porcentagem o avalia como bom e outra como muito ruim, isto é, provavelmente existem neste bairro localizações mais prejudicadas, com difícil acesso a transporte e serviços públicos. Novamente, os dados indicam a existência de bolsões de pobreza dentro deste bairro.

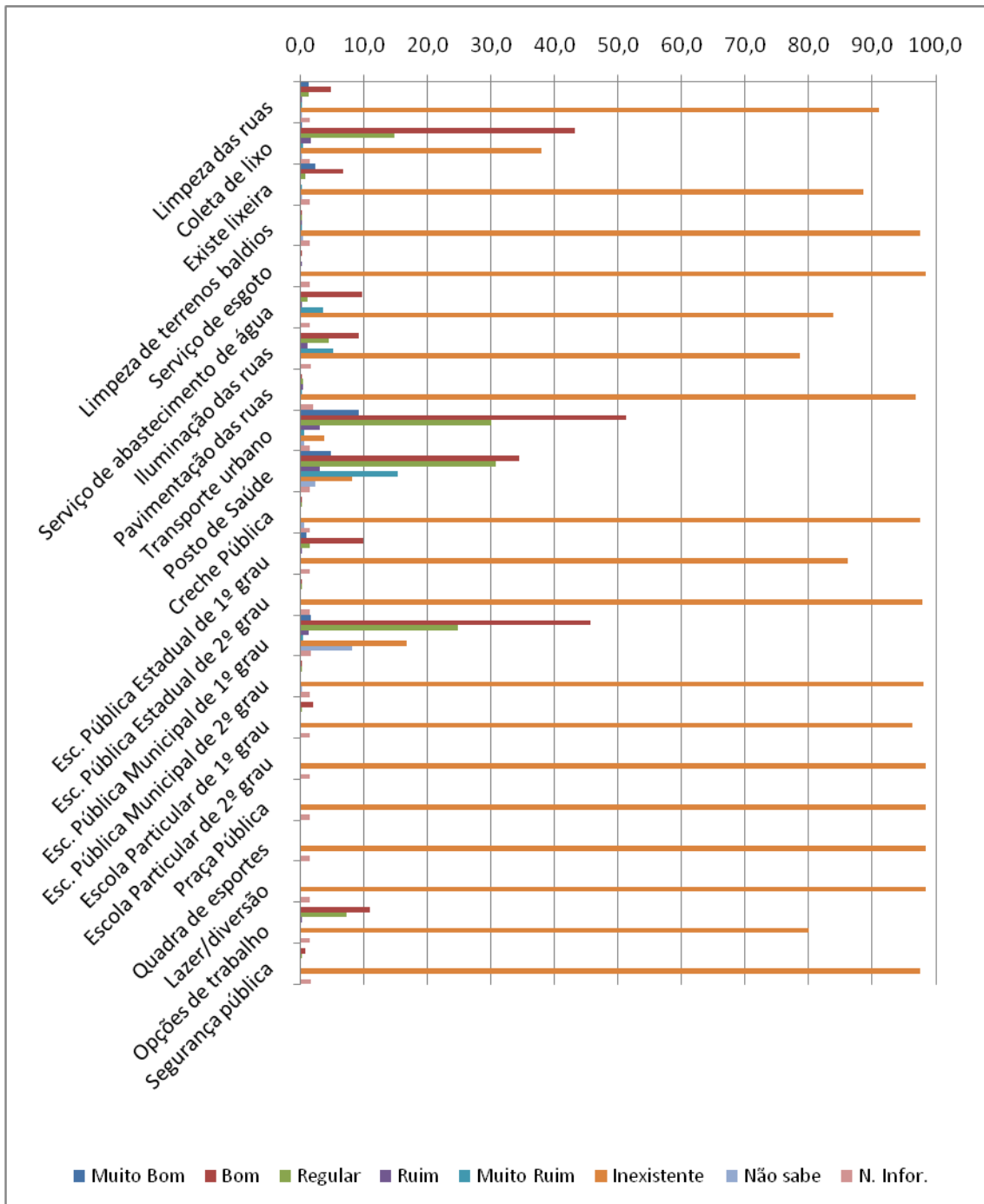
Tabela 20 – Situação dos serviços de infraestrutura, segundo os chefes dos domicílios do bairro A, 2001-2003

Serviços	Bairro A					
	Existe	%	Inexiste	%	N. Infor.	%
Limpeza das ruas	91	7,5	1 107	91,0	18	1,5
Coleta de lixo	737	60,6	461	37,9	18	1,5
Existe lixeira	121	10,0	1 077	88,6	18	1,5
Limpeza de terrenos baldios	11	0,9	1 187	97,6	18	1,5
Serviço de esgoto	2	0,2	1 196	98,4	18	1,5
Abastecimento de água	178	14,6	1 020	83,9	18	1,5
Iluminação das ruas	242	19,9	956	78,6	18	1,5
Pavimentação das ruas	14	1,2	1 178	96,9	24	2,0
Transporte urbano	1 153	94,8	45	3,7	18	1,5
Posto de Saúde	1 100	90,5	98	8,1	18	1,5
Creche Pública	12	1,0	1 186	97,5	18	1,5
Esc. Pública Estadual de 1º grau (Ens. Fundamental)	150	12,3	1 048	86,2	18	1,5
Esc. Pública Estadual de 2º grau (Ens. Médio)	7	0,6	1 191	97,9	18	1,5
Esc. Pública Municipal de 1º grau (Ens. Fundamental)	995	81,8	203	16,7	18	1,5
Esc. Pública Municipal de 2º grau (Ens. Médio)	6	0,5	1 192	98,0	18	1,5
Esc. Particular de 1º grau (EF)	27	2,2	1 171	96,3	18	1,5
Esc. Particular de 2º grau (EM)	0	0,0	1 198	98,5	18	1,5

Praça Pública	0	0,0	1 198	98,5	18	1,5
Quadra de esportes	0	0,0	1 198	98,5	18	1,5
Lazer/diversão	0	0,0	1 198	98,5	18	1,5
Opções de trabalho	225	18,5	973	80,0	18	1,5
Segurança pública	11	0,9	1 187	97,6	18	1,5

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão.

Gráfico 3 – Avaliação dos serviços de infraestrutura, segundo os chefes dos domicílios no bairro A, 2001-2003



Fonte: Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão.

Quanto ao bairro B, os chefes de domicílios apontaram como nula a existência de lixeiras, limpeza de terrenos, escola particular de Ensino Fundamental e Médio e opções de trabalho. Os serviços praticamente inexistentes são: limpeza de ruas, postos de saúde, creches, escolas estaduais de Ensino Fundamental e Médio, escolas municipais de Ensino Médio, lazer/ diversão e segurança pública. Novamente, o serviço de transporte urbano é analisado como existente pela maioria dos entrevistados, no entanto, assim como o serviço de iluminação de ruas (existente em mais da metade do bairro, quase equiparado a Macaé e bem superior ao bairro A), este serviço é avaliado como regular pela maioria dos responsáveis pelos lares (Gráfico 4). Da mesma forma, serviços como abastecimento de água, escolas públicas municipais de Ensino Fundamental, praças e quadras de esporte também são apontados como existentes em contingência maior que a do município, contudo variam entre bom e regular, detectando a existência de situações de desigualdade social neste bairro.

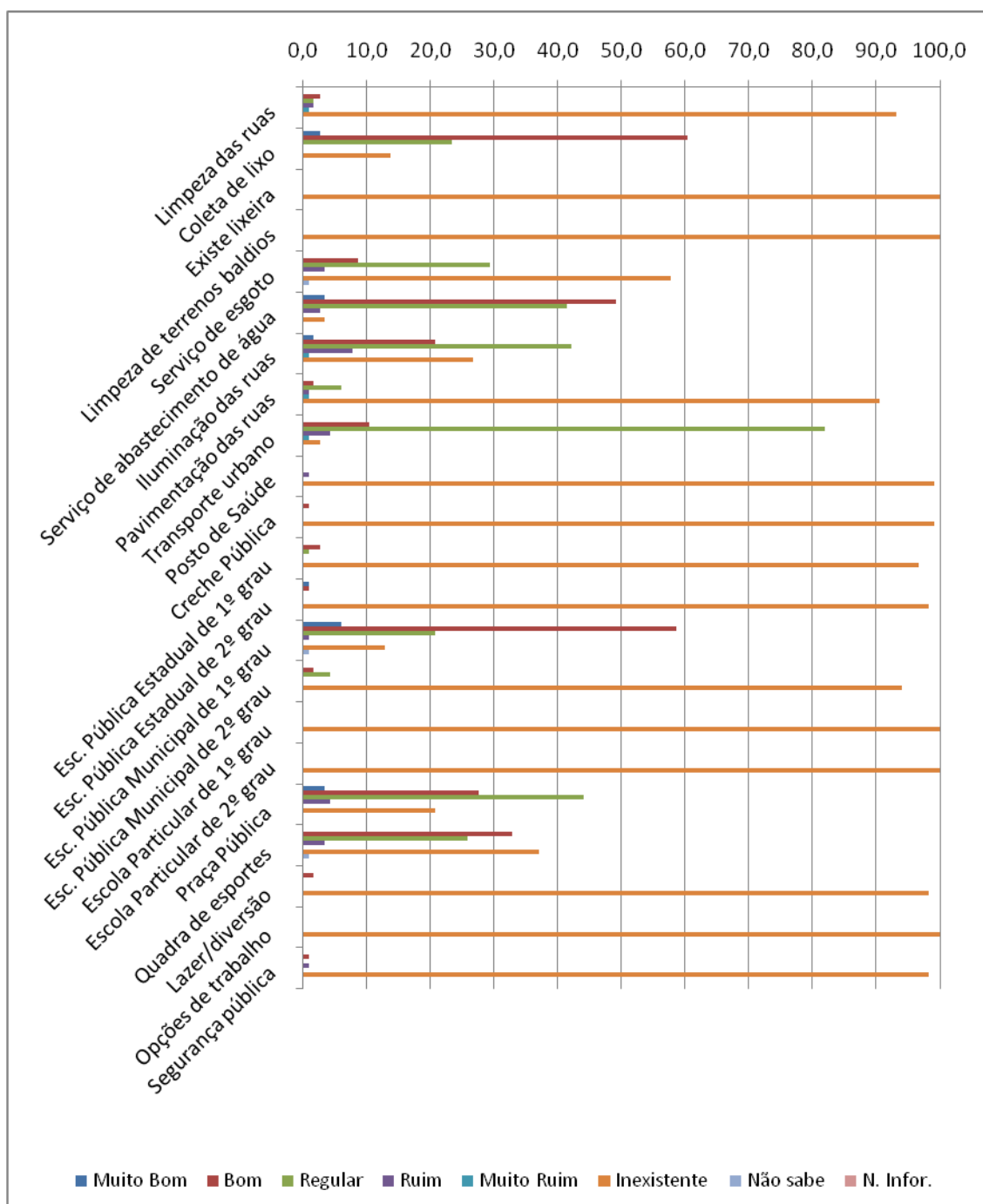
Tabela 21 – Situação dos serviços de infraestrutura, segundo os chefes dos domicílios do bairro B, 2001-2003

Serviços	Bairro B					
	Existe	%	Inexiste	%	N. Infor.	%
Limpeza das ruas	8	6,9	108	93,1	0	0,0
Coleta de lixo	100	86,2	16	13,8	0	0,0
Existe lixeira	0	0,0	116	100,0	0	0,0
Limpeza de terrenos baldios	0	0,0	116	100,0	0	0,0
Serviço de esgoto	49	42,2	67	57,8	0	0,0
Abastecimento de água	112	96,6	4	3,4	0	0,0
Iluminação das ruas	85	73,3	31	26,7	0	0,0
Pavimentação das ruas	11	9,5	105	90,5	0	0,0
Transporte urbano	113	97,4	3	2,6	0	0,0
Posto de Saúde	1	0,9	115	99,1	0	0,0
Creche Pública	1	0,9	115	99,1	0	0,0
Esc. Pública Estadual de 1º grau (Ens. Fundamental)	4	3,4	112	96,6	0	0,0
Esc. Pública Estadual de 2º grau (Ens. Médio)	2	1,7	114	98,3	0	0,0
Esc. Pública Municipal de 1º grau (Ens. Fundamental)	101	87,1	15	12,9	0	0,0
Esc. Pública Municipal de 2º grau (Ens. Médio)	7	6,0	109	94,0	0	0,0
Esc. Particular de 1º grau (EF)	0	0,0	116	100,0	0	0,0
Esc. Particular de 2º grau (EM)	0	0,0	116	100,0	0	0,0
Praça Pública	92	79,3	24	20,7	0	0,0
Quadra de esportes	73	62,9	43	37,1	0	0,0

Lazer/diversão	2	1,7	114	98,3	0	0,0
Opções de trabalho	0	0,0	116	100,0	0	0,0
Segurança pública	2	1,7	114	98,3	0	0,0

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão.

Gráfico 4 – Avaliação dos serviços de infraestrutura, segundo os chefes dos domicílios no bairro B, 2001-2003



Fonte: Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão.

2.2.1.5.1 Domicílios

A percepção das condições habitacionais nas quais os residentes se inserem, segundo as características dos domicílios e o acesso aos serviços básicos, são indicadores do nível de bem-estar e de saúde da população. A condição de ocupação, a infraestrutura sanitária disponível e o tipo de material utilizado no domicílio caracterizam a condição de vida.

A análise destes dados demonstra que a resposta ao crescimento acelerado está criando problemas comuns aos das grandes cidades. Podem-se constatar condições precárias de salubridade e habitabilidade, além de um número elevado de domicílios subnormais (16,3%), caracterizados usualmente como favelas, o que leva à criação de ambientes segregados e de exclusão social.

Outro fator importante é a forma de ocupação dos domicílios, pois estes indicam situações de comprometimento do rendimento domiciliar, o que implica na necessidade de se auferir mais renda para se ter os mesmos *funcionamentos* daqueles que não possuem estes gastos. Sobre isto, constata-se que a maioria da população reside em domicílios próprios já pagos, principalmente no bairro B, o que alude a menores gastos (ver tabela 22). No entanto, no bairro A existe uma porcentagem alta (28,5%) de invasões, o que supõe que haja insuficiência de rendimento. Atente-se para o fato de que o número de invasões é bem superior ao de domicílios alugados, cedidos ou próprios em aquisição. Aí se encontra o bolsão de pobreza tantas vezes apontado como probabilidade nas análises anteriores a este bairro.

Tabela 22 – Condição da ocupação dos domicílios, segundo Macaé, bairros A e B, 2001-2003

Condições	Macaé	%	Bairro A	%	Bairro B	%
Total	40 223	100,0	1216	100,0	116	100,0
Próprios já pagos	23 602	58,7	699	57,5	82	70,7
Próprios em aquisição	2 382	5,9	6	0,5	0	0,0
Alugados	8 465	21,0	104	8,6	13	11,2
Cedidos por empregador	1 265	3,1	18	1,5	7	6,0
Cedidos por particular	1 737	4,3	40	3,3	13	11,2
Cedidos pela Prefeitura	166,0	0,4	0	0,0	0	0,0
Invasões	1 223	3,0	346	28,5	1	0,9
Não informados	1 383	3,4	3	0,2	0	0,0

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão.

Aproximadamente um quinto das pessoas residentes ocupa domicílios com mais de dois moradores por dormitório, número elevado em comparação à região Norte Fluminense. O número médio de moradores nos domicílios macaenses é de 3,4 pessoas e a ocorrência em

números absolutos de residentes situa-se nos domicílios com quatro (25,7% dos domicílios com 30,0% dos residentes) e três pessoas (23,8% dos domicílios e 20,9% dos residentes), como pode ser visto na tabela 23. Esta realidade se repete nos bairros aqui estudados. Contudo, é importante observar que, no bairro B, o número de seis habitantes por domicílio é bem maior (9,5%) do que a média macaense (4,6%) e do que o do bairro A (5,3%), sugerindo maiores gastos para os chefes destas famílias.

Tabela 23 – Quantidade de pessoas residente nos domicílios, segundo Macaé, bairros A e B, 2001-2003

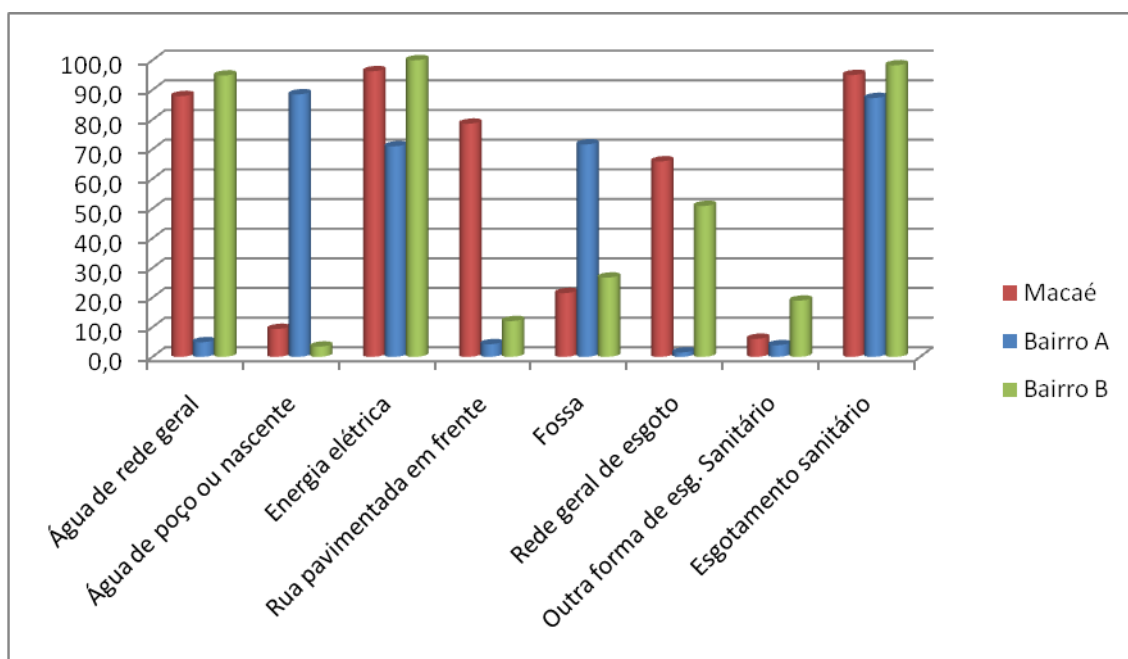
Quant. de pessoas	Macaé			Bairro A			Bairro B		
	n. de domicílio	%	Total de Pessoas	n. de domicílio	%	Total de Pessoas	n. de domicílio	%	Total de Pessoas
Total	38 112	100,0	130 335	1 199	100,0	4 232	116	100,0	408
1	4 022	10,6	4022	118	9,8	118	10	8,6	10
2	7 302	19,2	14604	214	17,8	428	23	19,8	46
3	9 064	23,8	27192	298	24,9	894	29	25,0	87
4	9 785	25,7	39140	282	23,5	1128	30	25,9	120
5	4 823	12,7	24115	167	13,9	835	10	8,6	50
6	1 767	4,6	10602	64	5,3	384	11	9,5	66
7	733	1,9	5131	27	2,3	189	1	0,9	7
8	319	0,8	2552	15	1,3	120	0	0,0	0
9	164	0,4	1476	9	0,8	81	0	0,0	0
≥ 10	133	0,3	1501	5	0,4	55	2	1,7	22

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão.

Outro fator de extrema importância são os serviços de infraestrutura, como já apontado. Nos dados aqui levantados, pode-se observar que a oferta dos serviços, segundo a opinião dos chefes de domicílios, corresponde com a realidade apresentada (para tanto, ver tabelas 24, 25 e 26 e o gráfico 5). Isto é, a grande maioria da população dos bairros A e B vive em condições precárias, com baixíssimo acesso a serviços primordiais para a saúde e o bem-estar. Tal situação contribui para o aumento dos gastos financeiros e para a estigmatização de uma população desprovida e segregada socialmente, colaborando para a formação de um espaço social, onde os *habitus*³⁹ (BOURDIEU, 2002) gerados condicionam e são condicionados pela forma como se sente e vive a pobreza.

³⁹ “*Habitus [são] sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador de práticas e das representações [...]*” (Bourdieu, 2002: 60-61)

Gráfico 5 – Serviços de infraestrutura existentes nos domicílios, segundo Macaé, bairros A e B, 2001-2003



Fonte: Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão.

Tabela 24 – Serviços de infraestrutura nos domicílios, segundo Macaé, 2001-2003

Serviços	Macaé					
	Existente	%	N/ exist.	%	N/ Inf.	%
Água de rede geral	34 787	87,9	4 069	10,3	711	1,8
Água de poço ou nascente	3 720	9,4	35 119	88,8	724	1,8
Energia elétrica	38 085	96,3	769	1,9	714	1,8
Rua pavimentada em frente	31 108	78,6	7 737	19,6	718	1,8
Fossa	8 490	21,5	30 348	76,7	723	1,8
Rede geral de esgoto	26 054	65,9	12 789	32,3	720	1,8
Outra forma de esg. sanitário	2 401	6,1	36 445	92,1	720	1,8
Esgotamento sanitário	37 595	95,0	1 244	3,1	718	1,8

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão.

Tabela 25 – Serviços de infraestrutura nos domicílios, segundo bairro A, 2001-2003

Serviços	Bairro A					
	Existente	%	N/ exist.	%	N/ Inf.	%
Água de rede geral	60	4,9	1153	94,8	3	0,2
Água de poço ou nascente	1076	88,5	137	11,3	3	0,2
Energia elétrica	863	71,0	350	28,8	3	0,2
Rua pavimentada em frente	52	4,3	1161	95,5	3	0,2
Fossa	871	71,6	342	28,1	3	0,2
Rede geral de esgoto	18	1,5	1195	98,3	3	0,2
Outra forma de esg. sanitário	48	3,9	1164	95,7	4	0,3
Esgotamento sanitário	1061	87,3	152	12,5	3	0,2

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão.

Tabela 26 – Serviços de infraestrutura nos domicílios, segundo bairro B, 2001-2003

Serviços	Bairro B					
	Existente	%	N/ exist.	%	N/ Inf.	%
Água de rede geral	110	94,8	6	5,2	0	0,0
Água de poço ou nascente	4	3,4	112	96,6	0	0,0
Energia elétrica	116	100,0	0	0,0	0	0,0
Rua pavimentada em frente	14	12,1	102	87,9	0	0,0
Fossa	31	26,7	85	73,3	0	0,0
Rede geral de esgoto	59	50,9	57	49,1	0	0,0
Outra forma de esg. sanitário	22	19,0	94	81,0	0	0,0
Esgotamento sanitário	114	98,3	2	1,7	0	0,0

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão.

2.2.1.6 Esporte e Lazer

A relação entre as condições de saúde da população e a prática de esportes é reconhecidamente relevante, tendo em vista que a atividade física inibe o aparecimento de doenças, leva à melhor disposição no trato das questões do dia a dia e a um nível de vida qualitativamente melhor.

Segundo as informações colhidas pela entrevista, 15% da população macaense participa de algum esporte; nos bairros estudados este percentual é ainda menor: 7,5% e 8,8% nos bairros A e B respectivamente (tabela 27).

Tabela 27 – População residente praticante e não praticante de esportes em Macaé e nos bairros A e B, 2001-2003

	Macaé	%	Bairro A	%	Bairro B	%
Total	130 335	100,0	4232	100,0	408	100,0
Participa	19 518	15,0	319	7,5	36	8,8
Não Participa	110 418	84,7	3 890	91,9	371	90,9
Não Informado	399	0,3	23	0,5	1	0,2

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão.

Já quanto ao lazer (tabela 28), quase metade dos residentes prefere usufruir a proximidade do litoral indo à praia (48,4%) ou viajar (18,8%), enquanto pouco mais de um quinto não tem nenhum tipo de lazer (22,8%). No bairro A, esta realidade se repete, porém a população que não tem nenhum tipo de lazer é um pouco maior. Já no bairro B, quase a metade da população não possui lazer algum, quando o tem, as opções variam muito pouco, tendo predomínio a ida à praia.

Estas preferências possuem forte correlação com a existência de recursos financeiros para deslocamento, dado que a distância do local de lazer associado ao seu custo pode inviabilizá-lo. Para tanto, as opções de lazer pesquisadas também podem ser agrupadas segundo seu custo, o que fornece uma boa aproximação do nível de renda dos residentes, sendo, portanto, um indicador de disponibilidade de recursos, assim como a inexistência de lazer também o indica. Desta forma, as opções podem ser divididas em: maior custo (viajar, ir ao cinema e ao teatro), de custo mediano (ir à praia, acampar e pescar), baixo custo (outros). Seguindo esta divisão, no bairro A mais da metade da população prefere os lazeres de custo mediano, 28,8% não têm gasto algum e apenas 11,1% participam das atividades de maior custo. No bairro A, apenas 3,4% da população prefere o lazer de maior custo e a grande maioria não tem gasto, seguido do de custo mediano. É interessante verificar que o bairro A, em relação ao bairro B, não é o que apresenta a pior renda, contudo é o que oferece os piores serviços de infraestrutura, saúde e educação.

Tabela 28 – Preferência de lazer da população residente em Macaé e nos bairros A e B, 2001-2003

Preferências	Macaé	%	Bairro A	%	Bairro B	%
Total	130 335	100,0	4 232	100,0	408	100,0
Ir à praia	63 086	48,4	2 315	54,7	175	42,9
Acampar	2 292	1,8	53	1,3	3	0,7
Viajar	24 470	18,8	445	10,5	14	3,4
Ir ao cinema	807	0,6	11	0,3	0	0,0
Ir ao teatro	727	0,6	11	0,3	0	0,0
Pescaria	3 512	2,7	90	2,1	18	4,4

Outros	5 287	4,1	65	1,5	10	2,5
Nenhum	29 715	22,8	1 218	28,8	187	45,8
Não Informado	439	0,3	24	0,6	1	0,2

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão.

Uma síntese das principais características dos bairros estudados em relação aos indicadores descritos indica que: o bairro A possui 4. 232 habitantes, sendo que a proporção de homens é maior que de mulheres. Chama a atenção, também, o número superior, se comparado com os dados do município, de crianças, de população negra e de migrantes oriundos de outras regiões do próprio país. No entanto, o número de pessoas com idade para o trabalho é inferior ao restante da urbe.

A maioria da população ocupada do bairro A recebe até dois salários mínimos. Todavia, 44,61% das pessoas com 10 anos ou mais estão desocupadas. O motivo principal alegado por estas pessoas para tal situação refere-se aos afazeres domésticos, o que diverge da razão municipal, que é o estudo e a inserção em instituições de ensino. Dos indivíduos ocupados, 46% possuem carteira de trabalho, prevalência superior a do município.

Das 539 crianças em idade para frequentar creche, apenas 1,4% tem acesso a este serviço. Não é por outro motivo que a educação, de forma geral, é avaliada como precária por seus moradores.

Os serviços de saúde também são alvos de reclamações. A principal queixa é a dificuldade de atendimento, pois o único serviço que consta no bairro é um PSF. Esta área é a que mais recebeu a qualificação de “muito ruim” em comparação às demais categorias. A doença predominante é a hipertensão e 12,3% da população informa fazer uso de algum tipo de droga.

Os moradores do bairro A reclamam da falta de praças públicas, de quadra de esportes, de lazer e diversão. Apontam, ainda, para o precário serviço de limpeza de ruas e terrenos baldios e de segurança pública. O transporte é avaliado de maneira diversa, o que indica a grande desigualdade de acesso. Do total da população deste bairro, apenas 14% têm acesso à rede geral de água, 1,2% a ruas pavimentadas e 0,2% à rede geral de esgoto.

Uma parte significativa da população (28,5%) reside em territórios conformados a partir de invasões, percentual superior aos que habitam de aluguel. Por fim, os recursos destinados ao lazer não ocupam lugar importante no orçamento doméstico.

O bairro B possui apenas 408 habitantes e, apesar de estar na zona urbana, ainda apresenta traços pertinentes ao meio rural. É uma região de terra fértil, o que possibilitou a existência de atividades econômicas ligadas à agricultura e à pecuária em seus primórdios. Atualmente, tais atividades são somente para a subsistência.

A população negra é menor do que a do bairro A, mas superior ao constatado na cidade. A prevalência de indivíduos do sexo masculino é um pouco maior do que do feminino, de forma semelhante à encontrada no bairro A. O número de crianças é maior do que a média municipal. Da mesma forma, o número de moradores com idade para o trabalho, assim como o de migrantes, é menor do que o da urbe.

Do total da população do bairro B com 10 anos ou mais, 47,61% estão desocupados. A principal razão apresentada para tal situação refere-se aos afazeres domésticos. Dos ocupados, 56% trabalham sem carteira assinada. A maioria recebe até 2 salários mínimos, no entanto, o percentual que recebe até 1 (um) salário mínimo é superior ao bairro A e ao município. Ou seja, as condições de trabalho e renda são bem inferiores se comparadas ao outro bairro e à urbe.

O bairro B não dispõe de creches e nem escolas de Ensino Médio. Conta apenas com uma unidade de saúde, e a principal queixa em relação a este serviço é a ausência de unidade próxima às residências. Os problemas de saúde mais apontados foram hipertensão e alergia. Fazem uso de algum tipo de droga 9,8% da população, percentual baixo se comparado ao bairro B e ao município.

Quanto à infraestrutura, verifica-se que somente 9,5% das ruas são pavimentadas e apenas 42,2% da população tem acesso à rede geral de esgoto. Não há lixeiras e nem limpeza de terrenos. Da mesma forma, são precários os serviços de limpeza de ruas, lazer, diversão e segurança pública. A iluminação e o transporte são avaliados pelos chefes de domicílios como um serviço regular.

A maioria da população (70,7%) reside em casas próprias, o que significa melhores condições de moradia, incluindo infraestrutura, em comparação ao bairro A.

Talvez por não existir praia no bairro B, diferente do bairro A, 45% das pessoas indicam não destinar recursos ao lazer.

Analisando o contexto geral, os dados aqui levantados revelam que Macaé é uma cidade predominantemente urbana e possui uma população feminina ligeiramente maior que a masculina, ao contrário do que é constatado nos bairros estudados. Da mesma forma, o número de crianças nestes bairros é maior, o que indica a necessidade de apoio de políticas públicas para que os seus responsáveis possam se inserir no mercado de trabalho, isto é, para terem condições de sair do mundo doméstico sem prejuízo de suas obrigações familiares.

A educação no município, conforme o IDH-M, é avaliada como de alto desenvolvimento, no entanto, a média de anos de estudo da população corresponde ao Ensino Fundamental incompleto, o que talvez seja efeito da defasagem de escolas públicas de Ensino Médio; em nível de exemplificação, nos bairros estudados é quase inexistente a oferta deste grau de ensino. Há, também, um baixo índice de pessoas com nível superior. A taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais é maior do que a apresentada pelo Estado do Rio de Janeiro, mas se observa um esforço na melhoria de oferta do Ensino Fundamental.

A baixa escolaridade reflete diretamente nas condições de angariar renda, deixando este segmento da população mais propenso a empregos que oferecem rendimentos menores e, no caso específico de Macaé, que possui uma economia que exige uma mão de obra especializada, o pouco tempo de estudo tende a ser a causa da dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho, deixando grande parcela da população desprovida da proteção social, como aposentadoria, auxílio-doença, seguro-desemprego, podendo, portanto, ser forte fator de crescimento da *zona de desfiliaados*, já que, para além do vínculo econômico, os vínculos sociais, em muitos casos, podem ser prejudicados devido à condição de migrante de quase a metade da população macaense.

Quanto à saúde municipal, a oferta de serviços é bem precária e a maioria da população depende dos serviços públicos de saúde, pois não possui nenhum convênio. Na opinião dos responsáveis pelos domicílios, faltam unidades de saúde e existe dificuldade de atendimento. Conseqüentemente, tanto a taxa de mortalidade de até 5 anos de idade, quanto a probabilidade de sobrevivência até os 40 anos ou 60 anos possuem resultados piores do que os da região Norte Fluminense e do Estado do Rio de Janeiro. Um quadro de doença, além de reduzir o potencial do indivíduo em auferir renda (principalmente quando sua relação de trabalho é precária, como na maioria dos casos deste município), o induz a maiores gastos financeiros no intuito de restabelecer a saúde, deixando as condições socioeconômicas de uma situação de baixa renda mais intensas do que se aparenta monetariamente.

O município nos apresenta, ainda, uma forte desigualdade na oferta de serviços de infraestrutura, como rede de esgoto e de água, pavimentação e iluminação de ruas, e as condições dos setores de limpeza, escola, trabalho e segurança são bem precários. Para se ter uma ideia, nos bairros que serviram de análise para este estudo, esta gama de serviços supracitados é praticamente inexistente. Este quadro contribui para que os atributos sociais, físicos, intelectuais e morais de seus residentes sejam afetados, isto é, independente da renda sua qualidade de vida é pobre, a condição em que vive é permeada por uma pobreza que não está sobre o seu controle ou domínio, é uma pobreza imposta, uma violência mistificada, porém sentida.

CAPÍTULO III – UMA APROXIMAÇÃO DA POBREZA EM MACAÉ A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE FAMÍLIAS POBRES

Este capítulo apresenta uma análise da pobreza em Macaé a partir do relato de famílias pobres residentes nos bairros A e B. Para tanto, os dados aqui estudados proporcionam alguns elementos que possibilitam caracterizar as famílias e compreender o processo de pauperização delas no âmbito do contexto local.

No entanto, para iniciar essa análise, primeiramente, é importante conhecer um pouco destas pessoas entrevistadas:

Sra. Antônia nasceu em Macaé, foi criada pela avó e uma tia. Relata que todos morreram quando ela fez 14 anos, nesta mesma idade revela ter tido o seu primeiro filho. É idosa e até hoje não conseguiu receber sua aposentadoria, mesmo tendo trabalhado por 14 anos em uma escola da prefeitura municipal como merendeira. Começou a trabalhar aos seis anos de idade, tomando conta de crianças. Foi mãe de 8 filhos, teve um marido que a traiu, deixando-a sem condições de prover as necessidades básicas dentro do próprio lar. Seu marido faleceu há 12 anos e ela se inseriu em mecanismos de sociabilidade primária, devido a vínculos no local de trabalho. Atualmente mora sozinha.

João, após longo tempo de trabalho no setor agropecuário, aposentou-se. Está no segundo matrimônio e dispensa uma grande gratidão pela companheira, que se encontra muito doente, necessitando de recursos da saúde pública para sobreviver. Segundo ele, ela foi a responsável por tê-lo tirado do vício de substâncias psicoativas. Acredita que, graças a isso, ainda está vivo e que sua vida começou dali. Ambos vieram de outro município, próximo de Macaé.

Fátima tem apenas 23 anos e já possui 7 filhos, está no segundo arranjo familiar. Começou a trabalhar com 15 anos. Foi criada pelo tio, que já faleceu. Não conheceu seus pais.

É uma mulher de poucas palavras. Tem uma infância marcada por abandonos e privações de estudo. No momento, não trabalha por conta de afazeres domésticos e o único mantenedor do lar é seu companheiro.

Letícia nasceu em Macaé e foi criada pelos pais, mais uma irmã. Teve seu primeiro filho aos 12 anos, mora com o esposo e os filhos perto da casa da sogra. Sente falta dos estudos e tentou fazer supletivo, desistindo este ano, por não ter mais oferta do mesmo no bairro. Ela está desempregada e o marido inserido no mercado informal. Responsabiliza as autoridades pela falta de compromisso com sua população, atribuindo a falta e dificuldade de acesso a serviços públicos como um grande problema que afeta diretamente a vida dos moradores, principalmente na possibilidade de angariar renda.

Ivone tem 79 anos, não possui estudo, apenas aprendeu a assinar o nome. Sempre trabalhou na “roça” (sic). Deixa claro que só parou de trabalhar pelo fato da saúde não permitir mais. Tem orgulho de ter conseguido criar os 7 filhos sozinha. Contou com a ajuda da mãe para ficar com os filhos enquanto trabalhava. Atualmente reside sozinha. Recebe pensão, mas não é aposentada.

Júlia foi criada pelos pais em uma família tradicional de 8 irmãos. O pai era o mantenedor oficial do lar, mas ele acreditava que os filhos precisavam trabalhar, era um valor que precisava ser ensinado desde a tenra idade. Porém, Júlia relata sentir muita falta dos estudos, buscou a educação e conseguiu terminar o Ensino Médio, mas acredita que poderia estar bem melhor, mesmo já inserida no mercado formal. Sente-se desvalorizada, vítima da desigualdade de oportunidades, este fato está fortemente relacionado a sua atual ocupação na área de serviços gerais. Criou as filhas sozinha, valorizando o trabalho muito mais do que a ajuda assistencial ou de amigos. Atualmente mora com a filha e duas netas.

D. Lurdes casou-se ainda na adolescência e manteve uma família tradicional, com sete filhos. Relatou ter tido muita dificuldade e ter vivido uma “verdadeira pobreza” (sic). Mudou-se da Bahia para Macaé em busca de melhores oportunidades para o casal e para os filhos, como fruto de uma preocupação com a educação dos mesmos, fazendo uma fuga geográfica. Hoje vivem só ela e o marido. Os filhos foram todos criados e estão casados. Ela se orgulha do não envolvimento deles com o crime. Apesar da falta de estudo, ela consegue fazer as coisas de que precisa, mas percebe a dificuldade daqueles que se encontram na mesma situação que ela. Sente o desrespeito pelos mais idosos, assim como a falta de serviços para eles e para os deficientes, já que tem uma neta que padece destas dificuldades. Apesar do

número de filhos e de todos terem se casado, a família se encontra geograficamente próxima e unida. Percebe a desigualdade de oportunidade na busca de emprego, lembrando dos que não possuem qualificação e, portanto, têm salários baixos para viver com o custo de vida alto que caracteriza a cidade.

Sr. Jorge morou na roça e começou a trabalhar muito novo com os pais na lavoura, na região Norte Fluminense. Ele fala pouco de sua infância, mas o que parece ter marcado mesmo sua vida foi o “abandono” da esposa. Relata a dificuldade em criar os 7 filhos e dos momentos em que teve de assumir o que seria o “papel da mulher”, para prover sua alimentação e educação. Esta experiência de vida deu-lhe material para entender como são as dificuldades de pais sozinhos para criar seus filhos, e de como são importantes os serviços públicos de apoio, como creches. Vive sozinho e mostra-se muito recluso, o que é uma escolha pessoal, prefere assim, pois apresenta medo da violência que atinge hoje a população. Tem histórico de ter passado por diversos trabalhos, profissões desvalorizadas, de pouco ganho, o que corresponde a sua falta de estudo, mas que ele valoriza e tem orgulho de falar, pois foi este trabalho que lhe permitiu uma aposentadoria.

Néia mora há 9 anos no bairro A. Está inserida no mercado informal de trabalho como cozinheira em uma instituição pública. Possui o Ensino Médio completo, terminado fora da idade escolar. Mora com a filha, que se separou do marido, e mais duas netas. A filha também trabalha e ela ajuda na manutenção e nos cuidados com as crianças. Para ela, a educação é um fator essencial para o enfrentamento da pobreza.

Sueli não quis contar nada sobre sua infância, alegando que ela foi muito ruim. Relata ter vindo morar em Macaé em busca de emprego para o marido. O sogro veio primeiro e os ajudou a se estabelecerem na cidade. Hoje eles possuem casa própria, que alega ter sido conquistada graças à ajuda da rede extensa da família. Ela, no momento, não está trabalhando, pois necessita “cuidar” das crianças. Mostra-se desconectada das situações de pobreza, alegando não saber o que é pobreza.

Luciene foi criada pela mãe e pelo padrasto, que era alcoolista. Não estudou e saiu da cidade de onde nasceu antes dos 16 anos, deixando uma filha aos cuidados de sua mãe, a fim de acompanhar o namorado. Já teve três arranjos familiares e no momento encontra-se morando com a filha e a sobrinha Beatriz, que também veio de Minas Gerais em busca de trabalho. Luciene é analfabeta e relata ter muita dificuldade de conseguir emprego. No

momento, vive da assistência de pessoas desconhecidas. Nutre a esperança de ter um marido bom que a sustente.

Beatriz, sobrinha de Luciene, morava com a mãe, que veio a falecer de câncer. Antes de sua morte, ela insistiu para que a filha se casasse, com medo de que esta “ficasse perdida no mundo” (sic). Desde então, ela abandonou os estudos. Hoje está divorciada e desempregada. Tem a intenção de voltar a estudar e conseguir um bom emprego. Não possui filhos.

Mirela é a uma das filhas de Luciene que foi criada pela avó, já falecida. Após este fato, ela veio morar com a mãe. Também não estuda e compartilha o mesmo desejo de conseguir um marido bom que a sustente e lhe dê filhos.

Joana morava em Campos dos Goytacazes e mudou-se com a família para Macaé, em busca de melhores condições de vida. Foi atraída pelas propagandas de oferta de emprego, mas no momento encontra-se desempregada, assim como sua mãe e marido. Eles procuram sobreviver vendendo salgadinhos, que ela mesma faz, na praia. Ela relata sua dificuldade de conseguir emprego, principalmente por causa de sua aparência (sic), no momento ela está tentando acesso a tratamentos de extração e implante dentários pela rede municipal de saúde. No entanto, o processo é demorado, por falta de recursos materiais e humanos, o que a expõe à situação de vulnerabilidade e de depressão.

O conjunto dos entrevistados foi composto, de modo não intencional, equitativamente entre os naturais de Macaé, os que residem há mais de 10 anos e os que moram há mais de 20 anos na cidade. Dos que contribuíram para o estudo, apenas dois (2) eram do sexo masculino, ambos idosos e aposentados por invalidez. Quase a metade dos entrevistados encontra-se na faixa dos 60 anos de idade, sendo interessante notar que nenhuma das mulheres nesta faixa etária possui aposentadoria. Constatou-se que elas ou recebem pensão por morte ou se encontram desempregadas.

Os idosos, pela dificuldade de inserção no mercado de trabalho, constituem uma parcela da população potencialmente vulnerável à pobreza, visto que características como produtividade e empregabilidade declinam com a idade a partir de um determinado momento do ciclo de vida. A partir de então, aumenta a dependência de outras fontes de renda (principalmente aposentadoria) e dos rendimentos dos demais moradores do domicílio.

No caso das mulheres idosas aqui entrevistadas, é notório observar a desigualdade de gênero no acesso a ocupações reguladas de trabalho, pois a grande maioria esteve inserida em empregos informais, sem nenhum direito à previdência social e, como já foi dito, as que possuem algum rendimento o têm em razão da pensão por morte.

Algo que chama a atenção é que, dentre as mulheres entrevistadas, as que não possuem nenhuma renda (no caso, a pensão) e que não conseguem trabalhar mais, em razão da própria idade e por motivos de doença, ainda desejam estar inseridas no mercado de trabalho. Desta forma, é como se não encerrassem o ciclo natural - trabalho e posterior descanso, como é o caso da Sra. Antônia, de 65 anos, que trabalhou durante 14 anos como merendeira numa escola, sem direitos trabalhistas:

[...]peguei pressão alta de ficar na beira da pia ali, do fogão, cozinhando muito, aí por tá de pressão alta eu não pude ficar trabalhando, aí eu ganhei rua por isso [...]aí eu fiquei, sem nada de aposentar não, sem direito a nada mesmo, é..... [...] eu gostaria de tá trabalhando né, aí hoje tem aquela dificuldade, é porque tem aquela idade, né? Avançada, e coisa e tal, e pra gente que já é idoso é muito difícil serviço, né? Mas eu quero trabalhar... Não gosto de ficar à toa não, tem que trabalhar....

Nestes casos, também, a necessidade de sobrevivência pode gerar este sentimento, como se não tivesse sido encerrada uma etapa da vida, qual seja a do trabalho: “[...] *tem que trabalhar... principalmente porque eu pago aluguel[...]*” (Antônia).

Outro agravo é que, nesta faixa etária, existe maior propensão de surgimento de gastos elevados e inesperados, principalmente com a sua saúde, o que leva à necessidade de se gerar uma renda maior, caso queira ter os mesmos *funcionamentos* anteriores (Sen, 2000).

Voltando às características gerais dos entrevistados, a metade revelou não ter estudo, apenas um deles possui o Ensino Médio completo, o restante tem o Ensino Fundamental incompleto. Além da baixa instrução, as profissões são desqualificadas e as relações de trabalho são precárias. A composição familiar, tirando os idosos - que ou moravam sozinhos ou com companheiros (as)-, variou de 5 a 9 membros. A maioria teve de 7 a 8 filhos, sendo apenas duas que tiveram três filhos.

Somente um dos entrevistados não tinha sua própria família constituída e, como diz Sarti (2009), a constituição de uma família está associada à ideia de ter filhos. A maternidade é que faz a mulher ser reconhecida como tal, fora isso, é como se ela não tivesse se completado. Esta completude aparece na fala de Mirela que, apesar do desânimo pela vida, apresenta o desejo ser mãe: “*eu não tou nem aí pro meu futuro, mas eu peço muito a Deus*

que antes de eu morrer eu tenha pelo menos dois filho, sei lá, eu quero que eles arruma serviço, trabalha, sei lá”.

Dos filhos é esperada uma retribuição, que existe como compromisso moral de ser um bom filho, obediente, honesto, trabalhador etc. e que possa retribuir aos pais, caso eles venham a precisar.

A constituição da família também está associada aos projetos de melhorar de vida, que não são concebidos individualmente, mas em complementaridade entre o homem e a mulher. Melhorar de vida é ver a família progredir, assim, o trabalho está concebido dentro desta lógica como instrumento que viabiliza este projeto, embora seja uma atividade realizada individualmente:

Aí quando foi agora que eu voltei a trabalhar, que eu voltei a estudar [...] mas eu vivo lutando.... Espero uma melhoria (Antônia)

Eu acho que cada um de nós temos um sonho, crescer na vida, melhorar de vida, eu acho que eu tenho a cabeça no lugar.... Dizem que o que a gente pensa a gente consegue, a gente quer... Chegar perto do arco-íris, né? Chega perto dos nossos sonhos, isso quando você chega nele, mas pelo menos valeu a pena você tentar. Chegar bem perto! (Júlia)

Com base na fala da Sra. Antônia, o estudo aparece, também, como um instrumento capaz de viabilizar a melhora de vida. A educação, neste caso, apresenta-se como um valor que merece enorme respeito. Segundo Bourdieu (1996: 36)

[as pessoas] investem tanto mais na educação escolar [...] quanto mais importante for seu capital cultural e quanto maior for o peso relativo de seu capital cultural em relação ao seu capital econômico e, também, quanto menos eficazes forem as outras estratégias de reprodução (particularmente, as estratégias de herança que visam a transmissão direta de capital econômico) ou relativamente menos rentáveis [...]

O capital cultural refere-se a um conjunto de estratégias, valores e disposições promovidos principalmente pela família, pela escola e pelos demais agentes da educação. Ele contribui, também, para explicar as desigualdades diante da escola e da cultura, indicando porque crianças de meios mais desfavorecidos apresentam pior desempenho na escola e de que maneira o pior desempenho escolar desses grupos serve à estrutura de dominação (BOURDIEU, 1996).

O capital econômico refere-se às condições financeiras, patrimoniais e de renda de cada sujeito e de sua família, sendo um tipo de capital que pode interferir diretamente na

opinião e expectativa de cada sujeito, uma vez que as esperanças subjetivas são perpassadas e circunscritas por determinadas condições objetivas (BOURDIEU, 1996).

No que se refere à busca pela realização e pelo trabalho, é bem característica das famílias entrevistadas a mobilidade espacial como um meio para este fim:

Eu vim pra Macaé que... Nessa época eu trabalhava um cadinho, né? E lá não havia serviço, num tinha serviço, serviço era só na época do caqui, a lavoura deles lá é só caqui. De primeiro antigamente, eu plantava feijão, plantava milho, plantava inhame, mas agora eles... Num faz mais isso, só lá lavoura de caqui e caqui só uma vez por ano. Só planta uma vez, cabou. (João)

Eu vim pra *qui* porque aonde é que eu morava na Bahia, meus filho não tinha trabalho, eles era adolescente na época e lá aonde é que eu morava não tinha trabalho pra eles e eu não queria, e eu não queria assim... (Lurdes)

Porém, através da realidade contada por estas famílias, percebe-se que elas se encontram, muito mais, em situações de precariedade das relações de trabalho. Assim, a elaboração de projetos para melhorar de vida através do trabalho esbarra nos obstáculos do próprio sistema onde se inserem estas famílias pobres:

Os doze que eu trabalhei na casa, num assinava carteira, pagava bem, não assinava carteira aí eu já fiquei um pouco pra trás, né? Aí fui pra outra casa que eu trabalhei onze anos, também a mesma coisa, a última casa que assinou a minha carteira por um ano. (Ivone)

Nunca trabalhei de carteira assinada. Plantava milho, feijão, inhame, sempre... Toda vida foi na lavoura, nunca trabalhei de carteira assinada. Tirei duas carteira de profissão, nunca foi assinada. (João)

[...] trabalhava na educação, tem 14 anos que eu trabalhei na educação com firma, aí quando foi em 2000 ... e 4, acho que foi 2004, não me lembro bem, aí com pressão alta, né? Porque eu peguei pressão alta de ficar na beira da pia ali, do fogão, cozinhando muito, aí por tá de pressão alta eu não pude ficar trabalhando, aí eu ganhei rua por isso. (Antônia)

Meu marido trabalha, ele trabalha com calçamento. É pra empreitada. Às vezes um colega dele pega uma firma pra fazer, aí ele vai fazer e trabalhar a metro, porque na prefeitura é a dia, trabalha por dia, né? Aí demora aquele pagamento, dívida não espera, bate na porta mesmo, aí fica aquele sacrifício. Ele prefere trabalhar assim. Aí quando acaba o tempo ele fica desempregado. Aí o que é que faz, ele fica trabalhando como ajudante de pedreiro, essas coisa assim pra não deixar faltar nada dentro de casa. (Letícia)

Eu trabalhava na copa lá no pronto-socorro, trabalhei na copa, trabalhei no telefone, trabalhei dispensando remédio na farmácia. (Júlia)

Trabalhei de “capicho” lá em Glicério, de lá vim trabalhar nesta firma aqui de “mateleteiro” - furava as rochas, para depois... detonava fogo, marrava estopim, para detonar fogo. (Manoel)

Este contexto é problemático diante das obrigações morais⁴⁰ que estas pessoas têm em relação aos seus familiares.

A grande maioria dos que não eram naturais de Macaé vieram da própria região Norte Fluminense, do nordeste e da Bahia, objetivando melhores condições de vida. Para os entrevistados que procederam de lugares mais precários, quando se pergunta sobre a cidade e o bairro onde moram, dizem que é bom, apesar de enumerarem diversos problemas, como dificuldades de acesso a serviços e infraestrutura que atingem diretamente sua qualidade de vida. Isto mostra que, apesar dos grandes problemas, a atual situação é melhor do que a anterior:

Eu não tenho arrependimento de vim pra cá não. Talvez se tivesse aonde a gente tava não teria conseguido o que a gente conseguiu hoje... Né? Aí... Foi isso. Quando eu vim pra cá eu só tinha uma filha, hoje eu tenho mais três, tenho quatro [risos] família até cresceu [risos]. (Sueli)

A velha que eu moro com ela, ela é... Muito doente, é um lugar [Macaé] melhor de recurso, lá no município de Trajano não tem recurso. Recurso lá é em Trajano, nós mora distante do... Da cidade de Trajano, morava em Itapeba, é uma hora e... Uma hora e tanta de carro e... E estrada ruim. (João)

Quanto à composição familiar, das onze famílias entrevistadas, cinco eram chefiadas por mulheres, podendo compreender por isso: mulher solteira, separada ou viúva, com filhos, tendo ou não parentes e/ou agregados em casa; mulher solteira, separada ou viúva, sem filhos morando em casa, ou porque não os teve, ou porque, adultos, já saíram de casa ou já faleceram, tendo ou não parentes e/ou agregados vivendo no domicílio; mulher solteira, separada ou viúva, morando sozinha; mulher casada chefiando a família, mesmo tendo um marido ou companheiro em casa. É importante ressaltar, também, que este fato pode ser um aspecto transitório no ciclo de vida dessas mulheres.

Dentre os fatores que podem levar a esta situação, encontramos ruptura de matrimônios, o aumento na fecundidade de adolescentes fora do casamento, assim como a erosão do sistema de famílias extensas e da tradicional rede de apoio - o que deixa as mães solteiras e as mulheres viúvas por sua própria conta.

Minha mãe separou a gente era bem pequena, aí o que acontecia? Ela trabalhava pra poder sustentar a gente. (Sueli)

Fui mãe solteira... minha mãe cuidava de mim e dela [se refere à filha]. (Luciene)

⁴⁰ Segundo Sarti (2009) a família é uma categoria moral dotada de obrigações que são fundamentais para sua instituição. Falaremos mais sobre estas obrigações no decorrer do trabalho.

Moro só eu e meu garoto e tem os dois netinho da outra filha, um casalzinho.
(Ivone)

Quanto à ruptura de matrimônios, encontramos ainda situações de violência doméstica e vícios que colaboram para solidão feminina, nestes casos, a ideia do homem como provedor ajuda a explicar a frequência de rupturas conjugais, pois em razão da vulnerabilidade das famílias pobres, muitas expectativas não são cumpridas. Um exemplo é a história de Luciene, que conta que seu padrasto era alcoolista, portanto foi sua mãe que sustentou o lar:

Minha mãe foi muito esforçada, foi muito esforçada, muito lutadora... ele [o padrasto] vivia batendo nela mas ela nunca deixou a gente passar por dificuldade não ... É, foi uma guerreira, né? ...ele [o padrasto] bebia muito, era alcoólatra....ele tá usando até droga, um homem de 50 anos, até droga, tou até bobada ...

Hoje, a própria Luciene encontra-se sozinha com a filha e uma sobrinha. Em seu relato, conta que teve três companheiros, o primeiro a agredia fisicamente, o segundo faleceu e o terceiro “*negava*” a ela o provimento de suas necessidades básicas. Como pode ser visto, reitera-se a própria violência e a ausência de um homem provedor de teto, alimento e respeito.

Depois arranjei outro [homem] só que eu passava fome dentro de casa. ... depois arrumei esse homem que morreu aí, ele era bom, nunca deixou faltar nada, sabe? Aí depois que ele morreu [...]. Esse que morreu foi bom marido pra mim, nunca faltou nada dentro de casa, e esse que eu burrei, deixava faltar dentro de casa [...] porque ele brigava comigo e não colocava nada dentro de casa sabe, morava no mesmo teto que eu sabe, não colocava nada dentro de casa, eu até chorava. (Luciene)

Também pela ausência do papel masculino de mantenedor, Antônia era a provedora do lar:

[...] o meu marido arrumou amante e pregava a mentira que estava trabalhando pra fora e ele não chegava e eu pensava que realmente o prefeito tava colocando ele para trabalhar pra fora, né?... Aí recebia e dizia pra mim que não recebia o pagamento, aí não tinha nada pra comer, colocava no fogão uma panela com angu e eu dava as criancinhas pra comer e saía para trabalhar... aí, o dinheiro dele, ele fazia compra pra amante. Era uma situação desagradável, muito difícil... (Antônia)

Um fator preocupante deste arranjo familiar, no qual a mulher é a provedora do lar, é a dita “*Feminização da pobreza*” (PEARCE, 1978), em que um crescente número de mulheres são pobres porque são mulheres. Em estudos realizados sobre esta temática⁴¹, o principal fator que leva a esta situação é a dificuldade no mercado de trabalho.

⁴¹ COSTA, Joana Simões; PINHEIRO, Luana; MEDEIROS, Marcelo; QUEIROZ, Cristina (2005). *A FACE FEMININA DA POBREZA: SOBRE REPRESENTAÇÃO E FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NO BRASIL*. IPEA: texto para discussão, n. 1137. Brasília. Nov. 2005.

No entanto, ainda neste contexto, outro fator que chama atenção é a “*Transmissão Intergeracional da Pobreza*” (CORCORAN, 1995), um modelo de interpretação que desenvolve argumentos sobre a existência de desvantagens que são correlacionadas com a pobreza parental, ou que a causem. Esta perspectiva incorpora o arranjo familiar (e, em específico, a chefia feminina) como fator que pode comprometer o desenvolvimento das crianças mantendo-as presas à pobreza, por afetar os seus rendimentos escolares, aumentar a fecundidade na adolescência e o desemprego nos primeiros anos da vida adulta (CORCORAN, 1995).

O principal argumento do estudo de Corcoran (1995) é que, apesar do grande peso dos recursos econômicos disponíveis para as famílias, existem fatores relacionados aos recursos parentais não econômicos (maior ou menor comprometimento e disponibilidade de tempo para supervisionar a educação, prover cuidados com a alimentação e a saúde) que, associados aos recursos econômicos, podem ampliar ou diminuir as chances das crianças no seu futuro (CORCORAN, 1995).

Ainda sobre isso, Barros, Fox & Mendonça (1997) apontam para as baixas taxas de escolarização, principalmente entre os adolescentes mais velhos residentes nos domicílios chefiados por mulheres, quando comparadas com as taxas de escolarização de adolescentes residentes em outros tipos de domicílios. Os autores também destacam que os adolescentes residentes em domicílios chefiados por mulheres apresentavam maior probabilidade de estar no mercado de trabalho e fora da escola.

A responsabilidade precoce com o trabalho e com os filhos é uma das realidades presentes nas famílias entrevistadas:

Ah, com oito anos eu trabalhava na roça. (João)

Ah, eu comecei a trabalhar tinha 6 anos de idade, tomando conta de criança...daí com 14 anos eu fiz meu primeiro filho, né e daí fiquei com meu marido, né [...] Eu não estudei na época... por causa que eu fiquei grávida, né? Aí eu estudei só até a 4ª. Série. (Antônia)

Comecei a trabalhar com 15 ano. (Fátima)

GOLDANI, Ana Maria. (2000) *Famílias e Gêneros: Uma proposta para avaliar(des)igualdades*. In: XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP-2000.

LAVINAS; Lena, (2002) Perspectivas do emprego no Brasil: inflexões de gênero e diferenciais femininos. In: Emprego feminino no Brasil: mudanças institucionais e novas inserções no mercado de trabalho. *CEPAL - SERIE Políticas Sociais*. n. 60, p. 33-53.

Casei com doze, Eu parei de estudar com doze também porque eu engravidei, aí eu parei de estudar. Hoje eu tenho 24. Minha filha mais velha tem 11 anos. Vai fazer doze anos agora. (Sueli)

Comecei (a trabalhar) com quinze anos. (Ivone)

Eu casei com 16 anos de idade. (Lurdes)

Eu comecei a trabalhar com 7 anos, comecei a trabalhar na lavoura..... sempre trabalhei na roça, sempre na roça. (Manoel)

A ocorrência destas situações afeta a educação destes indivíduos. Sabe-se que a educação está diretamente ligada à possibilidade de melhores postos de trabalho e, conseqüentemente, à renda. No caso específico de Macaé, a economia exige uma qualificação caso o indivíduo queira se adequar às ofertas de emprego existentes.

Outra característica marcante nas famílias entrevistadas é a circulação de crianças. A fluidez dos limites da unidade doméstica, a instabilidade conjugal, os empregos incertos e a falta de instituições públicas que substituam de forma eficaz as funções familiares desencadeiam arranjos que envolvem toda rede de parentesco. A família, assim, ultrapassa os limites da casa, envolvendo uma organização mais ampla. Com isso, as necessidades, tanto materiais como afetivas de seus membros, são com frequência satisfeitas por pessoas situadas além do núcleo familiar:

Porque minha mãe não tinha condições de criar a gente, porque ela é... Bebia, aí deixava a gente em qualquer lugar. Aí nós foi criado pelo nosso tio. (Fátima)

A gente ficava com a minha vó, porque a gente sempre morou no quintal da minha vó. Aí a gente ficava com a minha vó. (Sueli)

Abandonei ela (a filha)fui acompanha um rapaz [...]é.... e a minha outra filha mora lá em Minas agora... que eu deixei ela coitada... (Luciene)

Aí ela (se refere a mãe) fugiu pra cá e eu deixou eu morando com minha avó (Mirela)

A circulação de crianças, nestes casos, pode ser interpretada como:

“um padrão cultural que permite uma solução conciliatória entre o valor da maternidade e as dificuldades concretas de criar os filhos, levando as mães a não se desligarem deles, mas manterem os vínculos através de uma circulação temporária” (SARTI, 2009: 79).

Assim, ao que se refere à mãe, o vínculo biológico não perde sua força simbólica: *“mãe é tudo na vida da gente, mãe é mãe, pai é “paião”, pai eu arranjo qualquer um aí na rua pra ser meu pai....”*. (Luciene)

Como já foi dito, a porosidade familiar, perpassada por separações e abandonos, mostra-se como causa frequente de um novo arranjo familiar, para além desta encontra-se também a morte como uma de suas causas:

A minha mãe morreu, me largou com dois anos de idade. ...Eu fui criado na casa do meu avô e da minha vó. É! (João)

Aí quando eu fiz 14 anos todos morreram... fui criada com uma avó e uma tia... (Antônia)

Aí depois ele (o pai) faleceu, aí só ficou nós (se refere a ela e aos filhos) e minha mãe. (Ivone)

Voltando a falar das obrigações morais, segundo Sarti (2009), elas são estabelecidas por um dar, receber e retribuir contínuos, tornando-se a base fundamental da família. Sua fundamentação pode ser detectada em diversas falas:

Foi uma luta criar, eu só vivia andando atrás do pai deles. Aí eu larguei ele, ah num dá não! Aí larguei ele, fui morar com a minha mãe, fui morar com a minha mãe, deixei as criança, entrei no serviço, comecei a trabalhar e... Criei eles! Agora tão tudo casado. Aí agora tá tudo criado. (Ivone)

Qualquer coisa eu posso ir na casa de um filho, olha eu preciso de um arroz, eu preciso de um feijão [...] o marido dela trabalha na borracharia aí, dorme lá em casa, porque ele não tem onde ficar aí, porque eles moram lá, ele é de lá, aí eles já ajudam muito, compram as coisas pra dentro de casa. (Antônia)

Meu sogro me ajudou a fazer uma casa. (Sueli)

Mas eu fui criada numa vida digna, meu pai me ensinou isso, meu pai era muito trabalhador. (Lurdes)

Minha filha tem duas filhas, ela é sozinha, separou do marido. Ele num dá nada. Ela trabalha, é assalariada, ela tem duas crianças, agora cê vê, ela vai pagar 400 reais, ela vai comer o quê? Pagar aluguel ela não paga que ela mora dentro da minha casa. (Júlia)

Mesmo em caso de ausência, percebe-se a legitimação dessas obrigações morais, de modo que sua falta é sentida, é sofrida:

É... Eu nunca concordei com ele (de colocar os filhos para trabalhar cedo) porque eu tinha vontade, e se ele tivesse me dado condição hoje eu seria alguma coisa, não taria limpando chão. Uma condição que papai não me deu. Ele tinha condição de me dar muita coisa. Ele deu, mas condição de estudar.... [risos]. E eu tinha maior vontade, meu sonho era ser alguma coisa. Agora... Pra você ver, agora que eu tô terminando o 2º grau, aos 47 anos. Era coisa dele mesmo. (Júlia)

Ela tem isso aí, também, porque o pai dela não deu assistência, a gente sente falta, eu não tenho minha mãe também não , ela faleceu, a gente sente falta... meu pai também é bom, mas ele bebe muito. (Beatriz)

Assim, a família como ordem moral, *“torna-se uma referência simbólica fundamental, uma linguagem através da qual os pobres traduzem o mundo social, orientando e atribuindo significado as suas relações dentro e fora de casa”* (SARTI, 2009: 86)

Desta forma, a família é uma caracterização simbólica, que ordena e organiza formas de pensar e viver. As ideias que se apresentam de família, portanto, explicam os valores concebidos e seguidos. Como diz Vilhena (2002: 47), a família favorece *“um engajamento social que cria para o indivíduo uma espécie de ordem, na qual sua vida adquire um sentido, constituindo-o como sujeito”*.

Quanto aos valores das famílias, percebemos através das entrevistas algumas ideias patriarcais, dentre elas a autoridade paterna com altas doses de autoritarismo e a submissão feminina. Como pode ser visto, são valores de gênero dominantes, onde a casa e os filhos deveriam ser de responsabilidade da mãe:

A minha infância num foi muito boa não, porque a gente num saía pra lugar nenhum, só ficava em casa. Só ficava dentro de casa, ele (o tio que a criou) num deixo a gente estudar. A gente ia fazer matrícula, ele falou assim: O estudo de vocês é ficar dentro de casa. (Fátima)

Aí eu parei porque... Tinha que ficar em casa pra cuidar das crianças, trabalhei de copeira na (nome da empresa), mas depois disso eu parei, fiquei em casa, não fiz mais nada. (Sueli)

É... Assim ele botava a gente pra trabalhar cedo, mas a gente tinha nosso lugar porque o homem que tinha que sustentar a casa. É coisa da época da caverna, né? (Júlia)

Ainda sobre a égide patriarcal, tem o caso da Sra. Antônia, que mesmo tendo sido traída pelo companheiro e tendo que sustentar sozinha a casa e os filhos, relata a falta do marido. Isto ocorre porque, nestes ideais, o homem é o chefe da família sendo, portanto, *“a autoridade moral, responsável pela respeitabilidade familiar”* (SARTI, 2009: 63). Com efeito, ele é necessário para a própria concepção de família, mesmo quando não a provê: *“Senti falta dele né, porque o chefe é sempre chefe dentro de uma casa né, aí a mulher fica sozinha, né?”*(Antônia).

Dentre os entrevistados pode-se verificar, também, a existência das famílias ditas contemporâneas, onde os valores são mais construídos pela individualidade das situações do que pela própria ordem nuclear incutida (pai, mãe e filho). Desta forma, encontramos famílias recombinadas – em que os cônjuges reatam casamentos ou encontram outros parceiros com que dividem o mesmo lar – e as mononucleares, onde o homem ou a mulher geram sozinhos o

lar - ficando designados à dupla jornada de trabalho, além da união de dois papéis funcionais: de mãe e de pai.

Como eu fiz? Eu trabalhava na firma levantada às 6h para pegar às 7h, fazia comida pra eles e pra mim e o pai dela ficou morando comigo, morava em Rocha Leão, a casa era minha, ela abandonou tudo, eu segurei a peteca e tou aqui ainda (riso contido). (...) Passei por dificuldade, porque eu tinha que trabalhar para poder tratar de mim e deles, mas ninguém morreu por isso, tá tudo vivo aí (risos). Estudaram um mocado, tudo trabalham, uns trabalham na Petrobras, outros em firma aí, tá tudo por aí, rodando por aí... tá tudo criado. (Manoel)

Eu fiquei, trabalhei, é o que eu disse, ah, tem roupa pra passar, eu passo. Ah, tem um bebê pra você tomar conta ali hoje, tô lá! Ah, Fátima ó, tá precisando de cozinheira aqui, to indo. E quando não falava que tava precisando eu ia atrás, eu corria, eu saía muito pela rua, de *bicicreta*, a pé, eu ia em busca do meu emprego que eu preciso comer, aí muitas vezes eu vinha chorando pela rua, que não tinha emprego em lugar nenhum. Mas aí no outro dia eu voltava de novo. Vim a pé lá de (bairro), vim a pé empurrando a *bicicreta*, quer dizer eu acho que você tem que ter disposição assim, tem que ter... Cê tem que ter um ideal, você tem que conseguir! Hoje se fosse pra eu depender de um homem pra me sustentar é muito ruim [...] Mas eu precisava trabalhar, ia fica em casa cuidando de filho? Eu era assim, eu sempre colocava elas de manhã, aí na hora de saí pra mim saí, pra mim saí pro serviço eu levava elas pra não faltar aula, eu tinha meu jeito, né? Aí eu saía, levava elas junto comigo, não tinha como faltar aula. *Vambora, vambora!* Aí saía nós três juntas. Elas saía pra escola e eu ia trabalhar. Aí elas chegava, pra lá de meio-dia, que elas almoçava na escola e eu trabalhava. (Júlia)

Nestes casos, para a mulher, ter filhos e conseguir criá-los é um código de honra feminino.

Depois que ele faleceu foi uma barra muito difícil, mas aí com minha coragem, né? Que eu tive e tenho deu pra superar, né? Consegui superar isto tudo, criei meus filhos, são todos empregados, né? Casados. (Antônia)

Criei eles! Agora tão tudo casado. Aí agora tá tudo criado. (Lurdes)

Apesar das dificuldades, é interessante notar falas que remetem à valorização de comportamentos solidários por parte destas famílias. Talvez faça parte do valor moral de se repartir o pouco que se tem ou, simplesmente, seja algo que as faça se sentirem numa situação melhor do que a do próximo:

Se eu tivesse dinheiro eu doava (...) doava pra orfanato. (Mirela)

Então eu lá de casa eu sou pobre, mas se eu tiver um arroz, uma coberta pra dar eu dou. Eu dou! Eu sou pobre, mas o que eu tiver eu dou. (Joana)

Lá graças a Deus, o que eu puder ajudar os outros eu ajudo, num tenho nada não, eu tenho esse ganhozinho, mas se eu puder ajudar eu ajudo, e a velha também, a velha tem muito bom coração. Ela guarda as coisinha que tem reparte com os outros... Uma vez... Uma mulher que mora sozinha ali num tem... O marido larga ela, fica

sozinha com a criança a criança tá passando dificuldade, a velha compra leite, junta os leites, junta tudo. Que nem em Friburgo, em Friburgo nós damos cinquenta reais pra ajudar a levar coisa pra lá, né? a gente não sabe a situação dos outros, né? Se a gente soubesse, é coisa que a gente num carrega. Se a gente soubesse a gente num vendia, dava né? (João)

Enfim, estas características das relações familiares - separações, morte, abandono, violência doméstica, vícios, imagem do homem provedor e sonhos não realizados - mostram-se como um fator gerador de constante instabilidade e fragilização das relações sociais. Como Paugam (2003) e Castel (1998) defendem, laços sociais enfraquecidos associados à precariedade do trabalho demarcam a situação de fragilidade e vulnerabilidade em que estas famílias se encontram, constituindo e sendo constituídas pelo processo de pobreza.

3.1 TRAJETÓRIAS E PERCEPÇÕES DA POBREZA EM MACAÉ: RELATO DE MORADORES DOS BAIRROS A E B

Para além das características gerais destas famílias, cabe também compreender como a vivência particular dos entrevistados, expressa nos depoimentos orais, indica elementos do processo de pobreza em Macaé. As características de desenvolvimento econômico e social deste município, apesar de apresentarem traços comuns da pobreza em grandes cidades, também condicionam situações específicas. Como Bourdieu (1989: 15) esclarece: “[...] *não podemos capturar a lógica mais profunda do mundo social a não ser submergindo na particularidade de uma realidade empírica, historicamente, situada e datada, para construí-la, porém, como ‘caso particular do possível’ [...]*”.

Através destes depoimentos busca-se identificar questões referentes à base espacial do município, ou seja, aspectos da territorialidade que contribuem para a conformação da pobreza local, e pretende, ao mesmo tempo, verificar as condições de trabalho e sua relação com a pobreza, tanto nos aspectos objetivos quanto nos subjetivos.

3.1.1 O aspecto territorial

Antes da descoberta de bacias de petróleo na região, Macaé era uma cidade de poucos habitantes, como pôde ser visto no primeiro capítulo. Mais especificamente, os bairros estudados ainda não tinham sido explorados:

Eu lembro da rua onde eu moro, assim lá, não tinha nada. Comércio, assim... (Sueli)

Quando eu vim *pra qui* era cheio de mato, muito mato. Tinha pouquíssimas casas, quase não tinha ninguém aqui. (Júlia)

E eu vivo aí há 28 anos, quando vim *pra qui*, aqui não tinha nada (entonação), era tudo chão, tudo mato. Aqui se trocava um lote a troco de uma bicicleta. (Manoel)

Ih... Nossa, lá pra cima, onde eu moro lá é... Num tinha casa nenhuma, agora é casa pura, tem muita raça de casa. Ali vão fazer muitas casa... (João)

Não tinha luz no Bairro A, era cheio de sujeira, ...não tinha hospital. (Luciene)

Depois, com o advento da Petrobras no município, o bairro A teve um grande crescimento demográfico, o que não passou despercebido pelos moradores:

Mudou que encheu! É... com a “*democracia*”, cresceu. Como... Como se diz, isso aqui povoou muito, tem muita gente, cresceu muito, tem muitas casa demais, é o que eu falo, passa um dia lá o terreno tá vazio daqui a pouco já ta quase pondo telha, então tá assim, foi uma explosão “*demográfica*”. (Júlia)

Sr. Manoel, que vive há mais tempo no local, e Luciene, que reside em um ponto mais afastado do bairro, foram os únicos, dentre os entrevistados, a presenciar as mudanças referentes à infraestrutura. Sr. Manoel, quando relata estas transformações, fala com empolgação e é enfático ao expressar que foi com as verbas advindas da Petrobras que o local se desenvolveu:

A Petrobras, melhorou muito, melhorou muito isso daqui, mexeu em muita coisa aí, ela tinha de fazer estrada porque ela tinha carreto para passar pra lá e pra cá, ela tinha que investir dinheiro pra fazer isso daí, a maior fonte de dinheiro foi da Petrobras. Porque se não tivesse essa estrada como ela podia tá carregando essa maquinagem aí? Petrobras ajudou muito Macaé, Macaé levantou com a vinda da Petrobras. Não tinha nada aí, não tinha nada aí, o que melhorou isso aí foi a Petrobras [...] Quando chovia aí, não tinha luz, não tinha nada, a gente pensava que estava pisando em terreno seco, quando via tava dentro d'água. [...] Não tinha estrada, não tinha ônibus, não tinha nada aí, tudo era na canela, quando chovia aqui não entrava carro não, não tinha luz não, tudo escuro, a gente sabia que tava seguindo pro lado de casa, porque olhava pra ponte ali e via a claridade do mar, era assim.

Já Luciene, por viver em local mais afastado, é a única das moradoras entrevistadas neste bairro a se beneficiar mais recentemente de serviços como luz elétrica, o que já podia ser constatado, há mais tempo, no restante do bairro.

Os demais moradores, que chegaram mais recentemente e já encontraram o bairro com as alterações supracitadas, reclamam, com revolta, de sua estagnação após este primeiro momento de investimentos em infraestrutura:

Bairro A ao invés de levantar só tá afundando, só tá afundando [...] Então é muita coisa desorganizada, é muita bagunça, sei lá, eu acho que isso aqui tá precisando, como diz a minha mãe, Bairro A tá precisando de uma reforma geral. [...] Eu vim morar aqui em Bairro A não tinha nada, tinha só esse posto e essa escola. Vim pra cá com oito anos. Aí peguei, com onze fui lá pro meu lugar, morei mais um ano lá, voltei e tô aqui até hoje e não vi nada mudar aqui. Não vi nada mudar, tudo a mesma coisa. A única coisa que mudou é que tem bastante casa, né? Era assim, não tinha casa em lugar nenhum agora não, hoje tem casa, hoje tem tudo, mas só que casa a gente vê em qualquer lugar né, a gente quer ver mesmo as coisas andando pra frente. (Joana)

Eu tô aqui há nove anos, há nove anos tá ruim! (Júlia)

Joana e Beatriz, que vieram de outras cidades com melhor infraestrutura, e Júlia, que possui um capital cultural (neste caso, em razão do tempo de estudo) diferente dos demais entrevistados, têm visão mais crítica a respeito dos problemas do bairro:

As rua? As rua é isso aí que a senhora vê aí ó. Lá onde eu moro, não tem água, não tem saneamento básico, não tem luz, não tem nada! Não tem nada! Da [rua] 4... Da [rua] 5 pra cima, só tem calçamento até aqui, da 5 pra cima não tem nada, não tem nada! Senhora vê lá as rua tudo sem calçada, num tem esgoto, num tem água, num tem nada! (Joana)

Luz era gato! É... Infraestrutura nenhuma, não tem até hoje, né? Por que... Fizeram... Fizeram esgoto, tudo, botaram cano pra água, mas não tem nada, não fizeram a ligação de esgoto nenhum, a prefeitura fala que a gente não pode ligar nada. Água não tem, nunca teve. [...] Não tem água, tem luz, graças a Deus tem luz, ajeitaram a nossa luz, mas só! Água não tem. Tem rua que não tem calçamento, nem esgoto tem, porque eles fizeram esse saneamento, mas não ligaram, não fizeram o ligamento, aí você não pode ligar porque senão o esgoto volta todo então você não tem esgoto! É todo mundo é... Fossa. Nosso banheiro fede! Banheiro sem esgoto fede [...] A gente não tem água pra lavar a roupa. Ou a gente lava aqui ou mete uma porção de *croro* na água preta pra ver se ela clareia pra lavar as roupa. A gente tá fazendo água pra lavar roupa, pra beber e pra cozinhar a gente tem que comprar. (Júlia)

Eu vi, fui lavar o arroz, porque lá em Minas eu lavo o arroz, porque a água lá é de mina, água mineral, e tipo assim, ela falou não lava não, a água é toda amarela aí ela encheu o copo... água toda amarela, você tinha que vê, vai vê que é aquela água do rio,... é verdade, é perigoso. [...] Aí esgoto até pisei no esgoto, ah meu pai eterno, aquele negócio que não tá tampada lá [ela se refere a fossa que está aberta], ...água de poço fedendo.. uma água ate ruim pra fazer comida. [...] a água é toda amarela a água tá perigosa de você pega uma... uma bactéria né, uma bactéria nessa água, meu Deus do céu. (Beatriz)

No caso específico de Joana e Júlia, elas ainda observam uma distinção dentro do próprio bairro, apesar da proximidade no espaço físico e da possível semelhança de seus *habitus* (BOURDIEU, 2002) - que funciona como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações - os moradores destas localidades, como é o caso de Joana, se encontram

distanciados no espaço social e sentem na pele a segregação: “*Agente comunitário vai na sua casa? Não! Tem agente comunitário na minha área? Tem! Mas num vai.*” (Joana). Assim, a dificuldade de acesso por falta de infraestrutura acaba por afastar ainda mais os que já estão reclusos.

Para Bourdieu (1996: 18), espaço social é

[...] um conjunto de disposições distintas e coexistentes, exteriores umas às outras, definidas umas em relação às outras por sua exterioridade mútua e por relações de proximidade, de vizinhança ou de distanciamento [...]

O espaço social é demarcado a partir de dois princípios de diferenciação: o capital econômico e o cultural. No caso de Joana e Júlia, o capital econômico é o principal demarcador da distância social estabelecida entre elas e os demais.

Sueli, também faz reclamações do bairro, mas é de uma forma mais conformada, sem indignação no tom de voz: “[*Precisa*] *Melhorar... Terminar as ruas que ainda não terminaram, começou a fazer e parou, né? E... E botar água aqui pra gente que seria ideal*”. Para ela, o que possui maior relevância é o fato do marido e o sogro (que também contribui para o sustento do lar) terem conseguido um emprego, de forma que, apesar de não negar o desejo pelas melhorias, não se sente muito afetada por estas inconveniências. Neste caso, suas “*esperanças subjetivas*” se adaptam as suas “*chances objetivas*” (Bourdieu, 1996), assim, apesar de tudo, ela ainda acha que a situação de sua família melhorou:

Eu não tenho arrependimento de vim pra cá não. Talvez se tivesse aonde a gente tava não teria conseguido o que a gente conseguiu hoje... Né? [...] Quando eu vim pra cá eu só tinha uma filha, hoje eu tenho mais três, tenho quatro [risos] família até cresceu [risos]. (Sueli)

Para Bourdieu (1996: 63), as condições objetivas “*engendram aspirações e práticas objetivamente compatíveis [...] o que leva a fazer da necessidade virtude, isto é, a recusar o recusado e amar o inevitável*”.

Quanto à educação, há quase uma unanimidade quanto à precariedade deste serviço, contudo, a preocupação maior se mostra em razão da sua função de fornecer um lugar seguro para as crianças ficarem e, conseqüentemente, “*para ter um estudozinho*” e se alimentarem enquanto os pais trabalham.

Tem uma creche lá, aqui tem um *coleginho* também pra criança, aqui também tem uma, aqui perto aqui ó. Logo aqui nessa rua aqui. E tem essa escola aqui, só que essa escola aqui é pra criança maior, né? Dali é de pequenininho, e tem uma ali na [rua] 10, não consegui em lugar nenhum. E elas estão sem estudar... Escola das crianças não tem vaga, não tem. [...] Igual a história da criança que veio *pra qui*... Quer dizer,

o conselho tutelar veio em cima da mãe, porque a mãe foi trabalhar e abandonou os filhos. A mãe abandonou os filhos... Porque que não deu escola pras crianças? Num é?(Júlia)

A mãe precisa trabalhar e não pode tomar conta do filho, então aqui precisa de uma creche, viu? .. eu não tenho leitura não, sabe? Então a creche era para ter um estudozinho, uma coisinha e a criança alimentar ali, pra mãe poder trabalhar, ou o pai poder trabalhar, porque tem muita gente aqui que tem pouco, isso daqui não é bairro rico não, é bairro de pobreza. [...] Tem criança aí na rua, tem criança aí que tá tomando uma posição aí... que passa na rua pega um pedra aí, e joga, tá criando assim, ué. Então se tivesse uma creche aí pra educar (entonação)... evitaria que se morresse por aí, que vive uma vida perigosa. (Manoel)

Apesar da escolaridade baixa dos entrevistados e da importância que eles dão a este sistema, nenhum deles discorreu sobre a insuficiência dos serviços de educação (que foi constatada na pesquisa quantitativa) no Ensino Fundamental e Médio. Provavelmente, não faz parte de seus planos a continuidade escolar. Este fator revela o que Bourdieu chama de *violência simbólica*, mecanismo que faz com que os indivíduos vejam como "naturais" as representações ou as ideias sociais dominantes, é uma adesão que se dá pela ação das forças sociais e pela estrutura das normas internas do campo do mundo social em que os indivíduos se inserem e que, de certa maneira, incorporam sem sentirem como uma violência. Com efeito, naturalizam a baixa escolaridade como se fosse um padrão instituído no campo social em que vivem.

O poder que certos sistemas simbólicos têm sobre os indivíduos é denominado *poder simbólico*. São estruturas capazes de impor realidades, de formar consenso acerca do sentido do mundo social, de excluir e incluir indivíduos, de determinar as noções de certo e errado. Essa noção de mundo é reproduzida indeterminadamente através de um processo de inculcar nos indivíduos ideologias, valores, moral.

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação sobre outra (violência simbólica) (BOURDIEU, 2004: 11).

A falta de vaga citada faz ainda com que muitas crianças fiquem sem estudo ou que sejam transferidas para outras localidades: *“Aí na escola do meu filho aí teve criança transferida lá pro Engenho da Pedra, lá pra num sei aonde, criança de quatro ano! Isso aqui é pouca vergonha, pouca vergonha!”*. (Joana) Isto se torna um transtorno, até porque falta transporte.

Além do mais, a forma como são oferecidos estes serviços não sacia a demanda da população de um lugar seguro e gratuito, pois, como relata Joana:

Olha a grade daquela janela! Uma criança não passa ali e não cai? Minha filha tava estudando aqui eu falei pra ela “não chega ali, não chega pelo amor de Deus naquela janela” porque um tombo de lá tudo bem não vai machucar muito, mas e se bater na pilastra? [...] A diretora aqui que lutou, lutou! Lutou pra colocar essa tela aí. Esse ano agora, no começo do ano agora foi que ela conseguiu pra colocar a tela aqui e pra vim limpeza *pra qui* porque isso aqui tava tudo sujo. [...] Teve um ano aí que ela fez gincana, chegou um papel lá em casa da gincana, fez um monte de coisa com as criança pra comprar a tinta pra pintar a escola que ia ter a festa de final de ano e a escola não estava pintada. (Joana)

É o próprio pobre que tem de oferecer os recursos para que tenha direito a um sistema educacional digno, isto é, ele é usurpado por duas vezes, uma quando gera custos financeiros pelo serviço que deveria ser de responsabilidade do município, outra quando lhe é tirado o direito à educação pública. Isto não passa despercebido por Joana:

Então eu acho muito errado, muito errado, quem tem que mandar é a prefeitura não é as criança saindo com bilhetinho pra pedir isso pra *panhar* aquilo. Num é! Muito errado, muito errado mesmo! A diretora conversa com a gente, a gente tem que entender o lado dela, mas ela também tem que entender o nosso lado. Sou pobre gente, como é que eu vou ficar mandando dinheiro, mandando salgado, mandando isso, mandando aquilo se eu não tenho condições?

Além desta situação, surge ainda outro tipo de preocupação, que refere-se a: Que tipo de escola é essa? Que educação este sistema está passando? Mirela fala com voz triste e entonação baixa, expressando um nítido desânimo:

Pra que estudar? Você vai pra escola e aprende cada besteira, tem gente que leva arma pra escola, leva maconha, e o diretor não tá nem aí, aqui a gente aprende cada besteira na escola, os outros passando a mão nas garotas... (silencio)

As políticas ou projetos que serviriam como suporte para a falta de água também mostram-se insuficientes, o que compromete ainda mais a renda desta população:

Tem a caixa comunitária. Só que a caixa comunitária, quando chega água, a fila é tão grande, é tanta gente né, que quando chega às vezes na vez você não consegue. Eu compro água. (Júlia)

Tem muita gente que não tem condição de comprar [...] Essas caixa aí, se colocar agora, vamos supor, 9 horas, aí meio-dia não tem mais água. (Joana)

Os serviços de transporte, do mesmo modo, são alvos de reclamações. Sra. Lurdes, que é mais idosa, lembra-se da falta de respeito:

É assim, não tem assim aquelas pessoas não têm respeito pelas pessoas idosas pra poder dar o lugar, pras pessoas sentarem, então faz assim, a gente entra no ônibus eles parece que não enxerga a gente.

A grande maioria reclama que sua oferta é bastante baixa perante a extensa demanda. Nestes casos, eles não se encontram sem acesso, mas a qualidade com que são oferecidos gera

exclusão da mesma forma, servindo de barreira que impede a inserção adequada aos demais serviços:

O transporte é muito difícil pra gente, tem vezes que a gente vai num ônibus muito cheio. [...] Eu tenho uma neta deficiente, não tem carro pra pegar ela aqui no Bairro A pra levar pra escola. Ela tem que enfrentar esses ônibus lotados todo dia de manhã de ida de volta. Tem hora que ela tá no ponto, o ônibus não tem como parar pra pegar ela, porque é muita gente no carro, não tem como. (Lurdes)

Aqui de manha desce três ônibus, quatro ônibus, ó, não tá aguentando, e ainda larga o pessoal aí pra trás. [...] tem pessoa que precisa sair para trabalhar e não tem lugar [...] A pessoa que tem que sair de casa para ir no médico daqui ali, tem que sair 5:30 para pegar um ônibus, desse horário pra frente ele não vai não. O ônibus quando sai já sai cheio, é muita gente nesse bairro A ... (Manoel)

A falta de qualidade é tamanha a ponto de eles preferirem se “fechar” dentro do próprio bairro, ou seja, fiquem isolados, a ter que utilizar este serviço: “[*devia ter um*] lugar pras pessoas idosas se consultar pra não pegar transporte”. (Lurdes)

A situação do transporte urbano chama atenção, não só pela constância em que ele aparece nas falas das famílias entrevistadas, mas, acima de tudo, porque:

A existência de um serviço de transporte coletivo acessível, eficiente e de qualidade, que garanta a acessibilidade da população a todo o espaço urbano, pode aumentar consideravelmente a disponibilidade de renda e tempo dos mais pobres, propiciar o acesso aos serviços sociais básicos (saúde, educação, lazer) e às oportunidades de trabalho. Nesse sentido, se entende o transporte coletivo como importante instrumento de combate à pobreza urbana e de promoção da inclusão social (Gomide, 2003: 8)

Para Joana, a saúde - que já é fortemente atingida pela falta de saneamento e infraestrutura que repercute na possibilidade de se ter condições salutaras de vida (“*Poeira, o asfalto é cheio de terra, [...] por que não gasta um caminhão da prefeitura enche o caminhão d’água amarela aí e joga na rua pra limpa um pouco dessa poeira, né? Não “qué asfaltá”... É já tou com uma sinusite braba, tou com dor de cabeça*”) – é prejudicada pela falta de recursos e descaso de muitos funcionários, que muitas vezes se entregam à descrença. Para Joana, esses funcionários são vítimas e algozes de um sistema falho: “*Mas se tivesse um posto de saúde mesmo que a prefeitura fez, tá tudo ali certinho, cê acha que não seria melhor? Cê ia trabalhar com gosto*”. (Joana)

Mais à frente, ela ainda diz:

E aqui não adianta, cê pede aqui, cê vai ali agora ali, chega com um filho seu passando mal aqui, “o pediatra tá atendendo”, ela não atende [...] Meu filho chegou aqui passando mal, tava com oito meses, meu filho vomitando catarro, ela chegou aqui ó “leva pra emergência que eu não sou obrigada a atender filho de ninguém não.” ... Quem teve que atender o meu filho foi o clínico geral. Meu filho com oito meses, o clínico geral teve que atender meu filho. Entendeu? [...] No carnaval do

ano passado a *ambulância* tava aqui, aí antes do carnaval as *ambulância* tava pra baixo e pra cima, catando os agente comunitário aqui, levando pra lá. Quando foi no dia de eu ganhar neném, eu ia ganhar neném dia 12, meu marido veio aqui que eu chamei a *ambulância*, e a *ambulância* tava quebrada. [...] Minha mãe tá lá, minha mãe tem problema de esporão, tem que fazer fisioterapia né, aqui tava fazendo aí minha mãe quando conseguiu marcar a primeira consulta ela veio a mulher não veio mais.

Sra. Júlia, que possui um capital cultural diferenciado, tem uma visão crítica desta situação: para ela existe, sim, um descaso, o que ela deixa muito claro em sua fala ao preferir utilizar a palavra “joga” para descrever uma situação que, normalmente, deveria se referir a uma transferência hospitalar, mas para a entrevistada, nesta questão, os algozes são os governantes:

Eles atende o que dá e o que não dá eles *joga*... Bota dentro da ambulância e leva. Pra você ter ideia, quando a gente trabalhava na prefeitura nem material de limpeza tinha, não dá! É uma dificuldade. Aí você quer fazer uma limpeza melhor, não tem como limpar [...] Aí tem... Condução? Péssima. Tá! Aí eles vão e diz: não... tá tudo isso, tá tudo aquilo. Nossa! Aí começa, mas o posto... Mas o posto, cheio de médico, cadê? Passa eleição, cadê a ambulância? Chega bebezinho aqui em convulsão, criança que levou pedrada. Criança aqui, com pesada de cavalo aqui, criança de três aninhos e não tem uma ambulância, a enfermeira até tem que jogar dentro do carro dela e sair a 140 pra poder dar tempo de socorrer essa criança entrando em convulsão. Cadê a ambulância que disse que ia ter aqui, que ia chegar ambulância nova? Cadê? Mas na época do evento tem uma porção de ambulância lá. Mas aí é evento né, eles têm que mostrar. Que aí a população é maior né! Tô falando que nos eventos tem ambulância, *pra qui* não tem, dia a dia. Lá tem, duas, três. (Júlia)

Sr. Manoel, ao justificar a atitude de revolta de alguns moradores, argumenta que a desigualdade é grande, mas não proveniente de uma “falta de recursos” – pois acredita que há como melhorar – e sim, em razão do descaso, o que faz com que a população interiorize esta questão objetiva externalizando, muitas vezes, com revolta, numa busca eloquente, insana, de chamar atenção para si, de se tornar lembrada: *“Tem gente quebrando e colocando fogo nos ônibus aí, porque tem pessoa que precisa sair para trabalhar e não tem lugar, vai tudo agarrado assim, mulher com homem, homem com mulher, criança.”* (Sr. Manoel).

Para Joana, estas situações representam muito mais um “vandalismo” do que expressão de revolta. Acredita que tais circunstâncias são, de certa forma, permitidas pelas autoridades, por não tomarem nenhuma providência:

E esse posto e esse colégio, várias vezes já encontraram camisinha no chão, que as pessoas tão tratando de pegar o banco, aquele banco lá ele não fica lá, as pessoas arrasta pra lá pra fazer as necessidade deles, entendeu? Teve um dia que chegamos no posto, o que tinha de camisinha no chão [...]Ali atrás ali, disseram que venderam droga ali atrás. Então a gente fica com medo de chegar, a gente chega encontra gente bêbada ali atrás. O posto é um lugar pra tá cercado, deu tal hora, abre todo mundo entra. Era pra ter um vigia aqui dentro. Aqui no posto não tem vigia. No colégio tem, mas no posto não tem vigia. Pra ficar a noite toda aí. Aqui se o pessoal cisma de entrar e quebrar aquilo lá e *panhar* o que tiver lá dentro, eles *panha*.(Joana)

A revolta para ela, no caso, não se expressa, pois é muda, não é falada:

“Então é tudo isso, vai ouvindo, vai ficando quieta, vai vendo, vai ficando quieto. E isso aí tem muito morador revoltado e tem muita gente daqui indo embora, tem muita gente vindo de fora pensando que tá bom e tem muita gente indo embora também.” (Joana)

Não é ouvida:

[...] lá em casa na saída assim, o chão cedeu, ficou uma *buraca*, aí tem que passar pela beirada ou senão tem que enfrentar a água, a água vem até aqui mais ou menos. Já pedimo ao caminhão da prefeitura pra ir lá né, pra jogar um aterro lá né, mas nada foi resolvido! Nada! Nada!

Porque eles, se quiserem, são vistos: “*A gente que é pobre mermo eles não quer nem olhar*”. Isto lhes traz uma sensação de impotência, uma espera de que alguém, um civil comum, tenha piedade e faça alguma coisa:

Então é horrível, é horrível, a gente tá aqui só pra olhar *mermo* porque nada a gente pode fazer, tá com as mãos atadas. Só quem pode fazer é eles *mermo* lá. A única coisa que a gente pode fazer é falar o que tá acontecendo aqui (Joana).

É pelo mesmo motivo que o Sr. Manoel me pergunta: “*E a pesquisa que você tá fazendo é pra que, para melhorar isso daí?*” (Sr. Manoel).

Pelas falas tanto de Joana quanto do Sr. Manoel e da Júlia, pode-se perceber que, para eles, estas questões poderiam ser suprimidas. Para além do descaso, chamam atenção, também, para a corrupção:

Tou esperando o Riverton sair entrar para outro prefeito poder arrumar isso aí, isso aí é trafico, isso é tráfico.... [...] A Petrobras dá dinheiro aí a metade eles colhem e vai comprar fazenda para todos os prefeito, governador, o prefeito tem fazenda aí para tudo quanto é canto, e nós tamos aí, óoo, óooo, igual João-ninguém. (Manoel)

Já tão falando que fizeram a UPA⁴², mas embargaram porque parece que o prefeito fez um show lá aí tirou dinheiro da verba que num sei o quê. Embargaram a obra, agora diz que a obra voltou a funcionar de novo. Aqui, esse colégio aqui, parece que não é da prefeitura, que é alugado. É alugado! Eu acho errado, um dinheiro desse, fica gastando com alugado? Nas férias, eles podia fazer uma escola, tem tanta criança precisando estudar! (Joana)

Júlia e Sr. Manoel culpam a população, que se deixa levar pelo falso clientelismo e coronelismo, pois, no final das contas, tudo não passa de uma promessa:

Quando vem a eleição, por causa de cinquenta reais vota na pessoa errada. Certo? Vota na pessoa errada. Aí depois quer reclamar. (Júlia)

A gente furava muito poço, para pegar água, depois vieram aí dizendo que ia colocar água encanada aí, botaram cano, botou tudo, enganou o povo para ganhar voto,

⁴² Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24 horas.

...arrumou um carro-pipa aí, botou lá em baixo no asfalto, ligaram a água lá, ligava a torneira e o povo gritava água, a Rosinha botou água,... botou foi dinheiro no bolso, quando chegou de tarde ninguém tinha água. Porque aqui aparece muito enganador, da política, entendeu? Para receber o voto... [...] Ali em casa, tou tomando seu tempo, não tou?, Dr. Luis juntou um bagulho pra ajudar os outro, pra bota uma caixa d'água Lá ali na [rua] 5, então a caixa lá tem mais de 4 mês, uma caixa de 5 mil litros tá de boca para baixo, ganharam a eleição, que água o quê! (Manoel)

Como pode ser visto, para o Sr. Manoel eles são um povo tão desprezado - “*e nós tamos aí, óoo, óooo, igual João-ninguém*” - , que ele incorpora sem saber, através da repetição sucessiva desta experiência de vida, uma identidade de desvalorização de si mesmo, que repercute em sua fala “*tou tomando seu tempo, não tou?*” como se fosse eu que estivesse fazendo um favor em ouvi-lo. Para ele o desabafo, a catarse, vêm como um alívio e uma atenção para si que ele não consegue reconhecer, por não fazer parte de seu cotidiano.

A desvalorização também pode ser percebida em falas de outros atores, como Júlia, que apesar de não declarar, se sente menosprezada por estar numa ocupação que é, no seu entendimento, inferior às possibilidades que o seu capital social⁴³ e cultural lhe oferecem:

Eu tô aqui tem sete anos, me jogaram aqui pra limpar chão. Eu trabalhava na copa lá no pronto-socorro, trabalhei na copa, trabalhei no telefone, trabalhei dispensando remédio na farmácia. Você viu como não é nada, né? A gente... [...] E eu tenho capacidade de fazer coisa melhor. Trabalhei na recepção, seis anos que eu trabalhei lá, recepção. Trabalhei na... Na copa, trabalhei no telefone, telefonista, trabalhei na... *Dispensação* de remédio na farmácia. (...) Hoje quem tá lá como chefe lá é Eduardo. Conhece Eduardo? Pergunta a ele lá sobre mim, tendeu? (...) Em vez deles fazer o quê? Melhorar, eles pegaram fizeram assim comigo, me botaram aqui limpando chão. Não estou *recramando*, eu... Eu creio que um dia o meu Deus vai me colocar numa coisa boa. (Júlia)

Mas precisamente, neste caso, a classificação escolar de Júlia, que possui o Ensino Médio completo, funciona como uma ordenação, no sentido dado por Bourdieu (1992: 38):

[...] um ato de *ordenação*, no duplo sentido da palavra. Ela institui uma diferença social de estatuto, uma *relação de ordem definitiva* [...] de pessoas separadas dos comuns mortais por uma diferença de essência e, assim, legitimados para dominar. É nisso que a separação operada pela escola é também uma ordenação no sentido *consagração*, de entronização em uma categoria sagrada, em uma nobreza.

⁴³ “O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis” (BOURDIEU, 1980: 67).

Pelo mesmo motivo, ela expressa em sua fala, de contradição com a opinião coletiva, o não reconhecimento das necessidades e possibilidades da população pobre. É uma forma de se mostrar diferente deles, como se não fosse familiarizada com este problema:

O ônibus o pessoal fala que tá ruim, num tá ruim não [...] se você não quiser pegar um ônibus deixa, daqui a pouco vem outro. Ônibus novo! O pessoal às vezes *reclama* até muito. Cê quer melhor? Compra um carro [risos]. Num é? (Júlia)

Retomando o raciocínio inicial, estas situações de não reconhecimento social, de humilhação e desprezo, abrigam processos excludentes que potencializam e são potencializados pela segregação em que se encontram. Nestes casos, a pobreza é sentida, não pela falta de recursos materiais próprios, mas sim pela experiência subjetiva de opressão, permanente e estrutural, que marca sua existência, a cada ato vivido, a cada palavra ouvida.

E no dia que eu vim aqui, conversei com dona Rosa, que eu agradeço a ela e a dentista, aí duas agente comunitária que não era da minha área, me pararam na rua, me viram chorando, falaram que eu tava entrando em depressão que num pode ficar assim... Me disseram pra vim aqui no posto. Ela perto assim de mim “a senhora quer um agente comunitário?” eu digo “dá pra você ir lá em casa que tem mais gente precisando ir ao dentista?” “será que só foi por causa do dente que você tá assim ou seu marido te chifrou?” Na minha cara, ela lá na minha casa ela não foi até hoje. Minha filha estuda aqui, eu posso chamar ela aqui pra ela dar um sorriso, ela só tem alguns dente, os dente aqui de trás tá tudo estragado, ela tá com 8 anos. Os coleguinha da escola fica falando pra ela que ela é dente estragado, que ela é dente podre. Então eu não quero que aconteça com ela o que aconteceu comigo! (Joana)

Em tal situação, a pobreza é um problema não pela miséria, mas pela marca que ela deixa na identidade daqueles que a vivenciam, que faz com que eles se sintam tão “inferiores” a ponto de não considerarem sua existência como algo credível de vida:

[...] eu preferia tá morta eu estaria mais feliz, porque aqui na terra eu tou passando dificuldade eu tou passando por muita coisa, sei lá cara, queira morrer... [longo silêncio] eu não tou nem aí pro meu futuro, seu eu vou ter filho...(Mirela diz isso chorando. Chora não um choro de desespero, mas de dor, de sofrimento)

Analisando agora o bairro B (que é mais recente e bem menos povoado que o bairro anterior), verifica-se que seus moradores são mais otimistas ao observarem as melhorias. Sr. João e Fátima mostram contentamento ao falar:

A luz nossa era... Vinha até, era até gato, que vinha lá de cima, mas agora passa ligação na rua. Botaram água, tem uns dois ou três anos que botaram água. Água, água da Cedae e tá melhorando. (João)

Aqui num tinha ônibus, a gente andava a pé. Agora tem ônibus. Agora tem... Tem ponto escolar pras criança, pra pegar o ônibus. Num tinha nada disso, tudo que a gente fazia a gente andava a pé. (Fátima)

Ambos, como pode ser visto acima, mostram-se satisfeitos com as melhorias no bairro, apesar de identificarem alguns serviços precários: “*Que eu precisava de um remédio,*

mas eu tenho que ir na... No Botafogo e na Aroeira mas eu num gosto de ficar esperando muito [risos]” (João) e *“de vez em quando falta [água]”* (Fátima)

Suas experiências pregressas de viverem na “roça”, onde não tinham acesso a estes serviços, tendem a fazer com que naturalizem e aceitem a forma como estes são oferecidos:

[...] é um lugar melhor de recurso, lá no município de Trajano não tem recurso. Recurso lá é em Trajano, nós mora distante do... Da cidade de Trajano, morava em Itapeba, é uma hora e... Uma hora e tanta de carro e... E estrada ruim. (João)

Já Sra. Antônia, que passou por diversos bairros onde sofreu tragédias naturais, como enchente, mostra satisfação ao ter encontrado um local que a deixa livre das sucessivas perdas materiais, como aconteceu outrora, e que é compatível com o custo de vida que ela pode sustentar, mesmo reconhecendo os inúmeros serviços que precisam melhorar:

Ah eu acho uma maravilha, muito bom, desde que eu vim morar aqui eu acho muito bom, muito bom mesmo, sempre gostei desde que eu vim *pra qui*, tranquilo... a única coisa difícil que eu acho é esse ônibus que podia ter dois um vindo e outro indo, e esse asfalto, tem muita coisa que precisa melhorar.... o valão que tem que precisa manilha, botá, como é que diz, esgoto pra as casas, porque as casas não têm esgoto é fossa pra dentro do valão, e nesse valão tem peixe, né? Tudo precisa melhorar, tudo mesmo, precisa melhorar, né?

Desta forma, gostar do que se pode alcançar torna-se uma lógica de viver e enfrentar o cotidiano.

As reclamações ficam mais para quem mora em pontos afastados do bairro. Sra. Ivone chama atenção para o serviço de água pois, para um a pessoa sozinha e idosa como ela, não resta outra solução a não ser ter custo financeiro:

Olha a água que mata, olha é muito difícil. O local é uma distância como daqui lá no colégio, empurrando carrinho de mão pra puxar água eu não *guento*... Tem que carregar, se você não quiser carregar, cê tem que comprar. Aí compro duas caixas d'água eu pago 70 reais! (Ivone)

Apesar disto, Sra. Ivone acha bom viver no bairro A, pois sua experiência em ter vivido em um bairro extremamente violento fez com que se adaptasse as suas chances objetivas; subjetivamente, ela encontrou saídas para lidar com a “ordem das coisas”:

Ah... Tem as praia muito boa, tem a praia, comércio muito bom, um tanto de roça também, tem lugar bom. Aonde eu moro agora... Eu morava na Malvina, agora eu num moro na Malvina mais, agora eu moro aqui na Virgem Santa, de lá dá pra ver essas casa tudo aqui. Moro num lugar muito bom! Gostoso. (Ivone)

Para Letícia, o que mais lhe afeta são outras dificuldades:

[...] nós não temos uma condução de ônibus, não temos nenhuma van nem nada pra gente poder andar, quando chove você não tem como passar, às vezes a combi ficou

lá e não entra porque agarra, aí quando agarra fica perigoso porque ela pode derrapar e vim a bater no barranco e machucar algum conhecido.

Letícia fala ainda do transtorno que a falta de transporte e infraestrutura geram em sua vida, para além da segregação espacial. Ela também se torna vítima da dificuldade de acesso a outros serviços públicos, como educação e saúde:

Não vai ter supletivo na Virgem Santa esse ano, tem que procurar lá na Aroeira... Prá lá... À noite, olha o perigo aonde que a gente mora, num tem ônibus num tem nada a gente vai ter que ir de *bicicleta*. Agora tô até pensando em parar de estudar, vou parar os estudos pela metade. Porque eu não vou me arriscar à noite, andando sozinha todo dia. Na nossa rua não tem luz. [...] Se a gente quer marcar uma ficha num postinho pra levar nossos filho, a gente tem que vim aqui a pé. É mais ou menos um hora e meia da onde que a gente mora até aqui a pé, com criança. Uma hora e meia vindo com criança.

Estas situações também os deixam desprovidos até mesmo de políticas assistenciais que deveriam ser um caminho, uma saída para uma possível *desfiliação social*:

Quando chove fica aquela lama. Aí cabou tudo, você não sai de casa ou não entra, as criança fica tudo em casa e na escola leva falta, leva falta porque isso aí não é justificável. Leva falta! [...] E uma dificuldade dessa daí às vezes o benefício é até cortado, por exemplo, o meu mesmo, o meu corto a metade, num sei porque, mas corto a metade, aí eu tem que tá indo lá pra poder ver, dizer que as criança estuda tudo direitinho, mas mesmo assim... É muita dificuldade pra gente, porque ó você vê, eu moro lá no Esperança, aí eu tem que vim de lá pra cá, porque não adianta eu pegar o ônibus aqui na frente. Aí daqui eu tem que ir no centro levar a declaração das criança no centro. (Letícia)

A ausência de serviços de saneamento básico, coleta de lixo e a falta de infraestrutura os tornam suscetíveis a maiores gastos, não só para a obtenção destes serviços, mas também porque a falta deles atinge diretamente as condições de saúde de seus moradores:

Tempo com sol quente como tá agora a poeira tá insuportável, porque lá fica mexendo com barro lá, mexendo com barro, é entrada lá de caminhão. Esses caminhão, se eles pelo menos tivesse trabalhando e logo atrás tivesse vindo um carro-pipa, jogando água na rua ia acalmar bastante a poeira, mas eles não fazem isso. [...] No nosso lado a gente não tem nenhum lixeiro, a gente tem que queimar o lixo, acabando prejudicando o solo. Prejudica o solo, num tem como. Aí fica aquilo. E o esgoto nosso, a gente não tem onde jogar o esgoto, a gente tem que jogar no brejo porque, é outra coisa também que acaba prejudicando também a natureza porque, passa o corregozinho e acaba poluindo tudo. Aí fica aquele... Aí quando o sol tá quente, fica aquele mau cheiro, uma coisa horrível. (Letícia)

Observe que Letícia fala: “o nosso lado”, deixando clara a distinção que faz do local onde mora para os demais pontos do bairro. A *distinção* aqui é percebida no sentido prático utilizado por Bourdieu (2007), isto é, a partir de “*princípios geradores de práticas distintas e distintivas*” (BOURDIEU, 1989: 22). Estes vizinhos encontram-se em posições diferenciadas, definidas, em cada caso, pelo lugar que ocupam na distribuição de um tipo específico de capital (cultural e econômico): “*O Córrego da Pedra tem dois lados, tem o lado de cá e o*

lado de lá. Do lado de lá [...] tem gente lá que mora em casa de pau ainda. Mora em casa de pau, barraco” (Letícia).

Segundo Letícia, quem mora do “*lado de lá*” é vítima do desprezo, mesmo que não intencional:

No bairro A colocaram tubulação d’água, passou num sei o que, faz um capa de asfalto na rua mal, mas fazem, acaba com o passar do tempo, mas aí eles fazem lá pro lado de lá, aqui num faz nada! Não tem nada. A gente lá não tem nada. A gente num tem... [...] Ninguém imagina como que a gente mora. Ninguém imagina, quando eu falo assim: Eu moro lá! Aí falam: Lá não tem casa. Aí eu falo: Pode seguir mais adianta que tem casa sim. Cê vê como que é um ponto tão escondido que nem é conhecido em Macaé ainda. Nem é conhecido. Aonde que a gente mora não é conhecido ali em Macaé.

A segregação espacial não os deixa só reclusos, mas também extremamente vulneráveis:

Uma vez no ano o médico vai lá, uma vez no ano, aí vão lá, tirando só a única coisa que vai lá frequentemente é só o menino que vai medir a pressão dele, que toda semana ele tá lá, toda semana ele vai medir a pressão dele direitinho, mas o médico uma vez no ano. Porque nem é por causa do médico, é que eles tão sem transporte pra andar, eles tão sem transporte, a combi daqui faz aqui e Embú, fica três dias no Embu e 1 aqui. A dificuldade às vezes fica tão braba aqui que fica até pra eles, entendeu? Até pra eles mesmo fazer visita na casa da gente. Como na casa do meu sogro que não pode andar, na casa dessas pessoas que fica em cima da cama. Fica difícil até pra eles. Quando eles vai fazer consulta lá, eles vai no carro deles, no carro deles. Quando chove eles não vai, porque o carro é baixo, aí num passa. [...] quando meu filho passou mal uma vez e meu esposo tava trabalhando no rio, e... Chegou a noite meu filho passou mal e eu tive que sair no escuro pra poder levar meu filho no hospital, com ele no braço, e daí no outro dia chegar cedo pra poder trabalhar. O médico me liberou era meia-noite eu tive que voltar pra casa a pé com a criança no braço, tinha tomado soro né, ainda tava meio tonto ainda. Tive que voltar a pé. (Letícia)

A exclusão objetiva repercute no desprezo que subjetivamente marca profundamente a sua experiência de vida, e infelizmente, a interpretação que ela faz é, em essência, produto da interiorização de algo que ela vive cotidianamente, repetitivamente:

As pessoas passa com carro ainda joga poeira em cima, e quando é lama eles acelera ainda, parece que já faz isso de propósito, aí você fica todo cagado de lama, eu acho que é uma falta de educação danada que as pessoas fazem também com a gente lá! (Letícia)

Para que não se pense que trata-se de algo individual, ela nos mostra o lado coletivo do desprezo:

Lá na estrada lá, tem um buraco lá que explodiu um cano lá, tem um ano e pouco já que explodiu, eles tá tomando conta da estrada. Já tava mais da metade da estrada, consertar mesmo eles nunca conserta. Aí fica muita água derramando, prejudicando as pessoas. Macaé tá faltando água, mas eles num vem consertar aqui, aonde que a fonte da água passa por aqui. Passa no Córrego da Pedra, mas fica tudo a água jogando toda fora aí. Nós temos poço, aqui é poço! Se não fosse o poço a gente não

ia ter água. A gente não temos nada, pra falar a verdade nós somos esquecidos, aonde que a gente mora é um lugar esquecido. Se temos luz agora é porque o Lula fez o projeto Luz para todos, aí entrou essas coisas assim, nós fomos na *Ampra*, brigamos muitos na *Ampra*. Lá aonde que a gente mora ainda tem casa que não tem luz. (Letícia)

Referindo-se aos inúmeros exemplos de privações, a Sra. Antônia e Júlia nos proporcionam uma leitura política do descaso, do qual são testemunhas:

Então tinha que ter alguém, autoridade, prefeitura que olhasse mais um pouquinho para a classe pobre, né? [...]ah eu espero que o prefeito, seja este ou o outro que entrar, olhe melhor, faz *saltamento* aqui, entendeu? Ajeite este valão, bote esgote fluvial que precisa, não é isso? Ajeitar bem, porque precisa ajeitar, ter ônibus, eu preciso dele, todos precisam.... e a nossa tranquilidade, né? ... Porque agora o bairro vai crescer, nós precisamos de tranquilidade.... (Antônia)

Se não tivesse a Petrobras aqui o povo tava mais ferrado, porque tava na roça. Graças a Deus que tem a Petrobras, é a salvação. Só que os beneficiados são os que... São os poderosos que tão lá na prefeitura, porque eles poderiam usar muito mais, entendeu? Do que eles usam. Mas ó, é cada um guardando no seu bolso, entendeu? Poderia fazer muito mais. (Júlia)

Além da segregação e do descaso que vivenciam, ficam, também, expressos os sentimentos de descrença imputada pela desavergonhada falta de respeito dos políticos, que se beneficiam de uma cultura arraigada na história brasileira, qual seja, o clientelismo. Este funciona como um instrumento de garantia de voto e que deveria ser uma relação de lealdade, mas que, no caso macaense, às vezes não passa de uma falsa promessa.

Aqui... No Córrego da Pedra, eu falo, só passou ônibus na primeira eleição, num sei pra quem foi, sei que faltava duas, uma semana pra eleição, entrou ônibus. Entrou ônibus aqui, circulou duas vezes! Duas vezes! Depois que ganhou o ônibus parou! Parou! Entrou duas vezes. Todo mundo sabe disso. Só entrou duas vezes, todo mundo andando igual um palhaço, o ônibus cortou! Ganhou, pra que que vai entrar mais ônibus? Num tem mais ônibus. Aí num entrou mais. (Letícia)

Como pôde ser verificado, a ausência ou precariedade dos serviços faz com que a população recorra a outras formas de acesso (como o clientelismo) que fragilizam a perspectiva do público, do acesso universal aos serviços públicos e das garantias constitucionais, como a educação e saúde:

Agora quem é carente, entendeu, precisa mesmo, tem uma necessidade mesmo, não tem a vaga, e aquele que a mãe tá dentro de casa deitada, que não trabalha, não faz nada tá com a vaga [...] O que que acontece? É porque tem lá conhecido, num sei de quem, num sei de quem, num sei das quantas lá. Que seu fulano botou o nome lá no caderno. Cê entendeu? Eu conheço pessoas aqui dentro também que tem, aí foi lá agora pegou a filha porque a filha tava chorando, não precisava. Aí tira uma vaga de uma pobre coitada dessas, que precisa trabalhar, a filha precisa de trabalhar, tem que deixar as duas crianças dentro de casa. [...] Minha neta de cinco anos, sem estudar! [...] Aquelazinha que tava aqui, chegou aqui esses dias, eu tô aqui há mais de três anos e não consigo. (Júlia)

Também, aparece na fala da Sra. Antônia uma concepção negativa em relação à política local, fato este que provavelmente afeta diretamente a configuração da pobreza no município:

Eu não fiz nada porque aqui em Macaé são poderoso tudo, e a gente trabalhava sem carteira assinada e quando pegava carteira da gente pra assinar, levava poucos meses e dava baixa, e assim que foi, eu comecei deste da, da ... cooperativa, aliais eu comecei antes, com o governo de Silvio Lopes, primeiro governo dele, ele quem me colocou, aí depois teve um problema e não pode a turma ficar, né? Pela prefeitura, ficamos por firma, e aí foi assim, tudo em vão [...] já fiz várias inscrição para a casa própria, mas aqui em Macaé pobre, igual a mim, que precisa é difícil ganhar, porque essas casinhas que tá ali de R\$1,00 eu fiz inscrição, eu, minha filha, nós não tivemos oportunidade, muita gente tem que não precisava... [...] eu só posso acreditar que é por causa de política, eu não penso em outra coisa, entende? Eu só posso pensar isso daí... porque na política a coisa está cada vez pior, cada vez que passa né, cada dia que passa tá pior, então eu acho que é por isso né, aí a gente vai ficando pra trás. (Antônia)

Tal situação é uma violência declarada aos direitos sociais, civis e políticos, à medida que interfere na liberdade de escolhas, nas possibilidades de locomoção, de acesso aos direitos trabalhistas, educacionais e de saúde, e na crença no poder político.

A implementação destes direitos depende do compromisso e da definição das linhas de políticas públicas priorizadas nas ações governamentais. Estas devem possibilitar às pessoas iguais condições de acesso a oportunidades de educação, emprego etc. Este desenvolvimento não pode ser alcançado se os direitos econômicos, sociais, culturais, civis e políticos não forem promovidos, preservados e defendidos. Sendo assim, os governos locais têm, entre suas competências, aquela de assegurar e promover o acesso ao exercício de direitos fundamentados.

Em se falando de violência⁴⁴, Sra. Antônia lembra como era Macaé há 20, 30 anos:

Eu, quando meus filhos eram pequenos, e passavam mal, eu saía para o asfalto e pedi uma carona de madrugada, podia confiar... e levava a gente até, na época era SANDU, levava a gente o médico consultava, se desse pra ficar lá a gente ficava, se não desse a gente pegava uma carona de volta e vinha embora. Hoje a gente não pode fazer isso. Hoje a gente tem medo de ficar até dentro de casa, né?... a gente tem medo de ficar até dentro de casa....

A entrevistada aqui se refere à violência urbana que alude a um fenômeno social de comportamento deliberadamente transgressor e agressivo, ocorrido em função do convívio urbano. É um problema que afeta a ordem pública e toda a sociedade, independente de classe

⁴⁴ Na ânsia de buscarmos uma definição para o termo *violência*, frequentemente incorremos em alguns equívocos que podem comprometer uma análise mais criteriosa. Portanto, não é objetivo desta dissertação discorrer sobre o tema, que é de grande complexidade. Sobre o tema veja Arent (1994); Zaluar (1999).

social, englobando diversas formas de manifestações: doméstica, escolar, dentro das empresas, contra idosos, crianças, entre outras.

É interessante observar que, pela fala dos entrevistados, a manifestação da violência é pouco percebida no bairro menos populoso, no caso o bairro B, onde ainda se vive uma cultura mais rural:

A violência por enquanto tá tranquilo né. Tá tranquilo, mas quanto mais gente vai aumentando, vai piorando, entra muita gente boa, mas entra muita gente ruim também. Faze o quê? Eu tenho que saber viver com todo mundo...(João)

Aqui é um lugar... Um bairro sossegado. Ninguém perturba ninguém. (Fátima)

Letícia, que também é moradora deste bairro, registra certa violência, mas que no seu entendimento está mais ligada a uma violência doméstica, que não era proveniente do local onde reside:

Teve uma época que ficou meio violento aqui, porque aparecia gente de outros lugares, às vezes machucado, na rua, que às vezes aparecia mulher que o homem trazia pra cá e batia, a gente tava com muito medo aqui, mas tirando isso, em matéria de violência num tem não. Tem mesmo é essas pessoas que vêm de fora, a mulher tá largada, espanca ela, larga aí, aí a gente fica com medo.

Sra. Antônia, que já morou num dos bairros mais violentos de Macaé, ainda faz uma comparação:

[aqui tem uma] tranquilidade, que eu não tinha onde morei, porque se deixasse qualquer coisa do lado de fora, na varanda, quando amanhecia o dia não estava, e aqui não tem isso....

Já no bairro A, onde a ausência de infraestrutura e a dificuldade de acesso a serviços é bem maior, além de ser um bairro mais populoso, observam-se, pela fala dos moradores, situações mais constantes de violência, o que vêm amedrontando as pessoas e, muitas vezes, impedindo-as de realizar diversos tipos de tarefas:

Morre muita gente, morreu quase todo mundo, o bairro é muito violento. [...] um monte de estuprador lá... (Mirela)

Aqui teve uma época aí, que até minha filha sofreu violência e minha sobrinha. (...) Ela tem marca até hoje. Graças a Deus ela superou. Hoje tem gente que morre aí e a gente num sabe! Já passou gente de moto aqui, armado, tendeu? Ouvimos tiros de vez em quando, ainda mais agora que eu tô trabalhando direto aqui, mas já foi muito mais violento. Era morte todo dia. E não era um não. Era dois, três... Já teve pai que matou sobrinho. Já foi muito mais perigoso. Hoje... assim, não deixa de estar violento! (Júlia)

A violência pode, também, segregar ainda mais a população:

E hoje também tá muito difícil da pessoa pegar uma informação, que muitas da gente é muito... Ninguém gosta de informar porque a *bandeira* hoje tá muita, né?

Aí... Não gosta de informar não. Nome de ninguém, casa de ninguém. Nada pra ninguém porque tá muito difícil, a gente não confia em todo mundo então tá muito difícil. (Lurdes)

Meu horário de sair aqui em Bairro A é 5 horas passou de 5 horas eu não vou mais na rua, não saio, se eu tiver que fazer alguma coisa é na parte do dia na parte da noite eu não saio. Porque é mulher se prostituindo, é gente vendendo droga, cheirando, fumando, e a gente vai ficar com filho da gente pra vê aquilo ali? Quando é 6 horas, 5 horas já todo mundo dentro de casa lá em casa. [...] Às vezes é tiro pra lá, tiro pra cá. É gente armada, é horrível. Teve um dia lá perto do meu bairro lá, lá na minha rua mesmo, lá uns mulequezinho, sabe... Andando com arma na mão, já fiquei uns 15 dias já trancada dentro de casa, eles num vieram pra escola, eu tinha medo de ir do lado de fora, já tinha acabado a muvuca deles lá, só que eu tinha medo de ir na rua e começar um tiroteio e acertar nas criança. A gente ficava o tempo todo embaixo da cama. (Joana)

Joana chama atenção, ainda, para outros tipos de violência:

- A psicológica⁴⁵:

Me pararam na rua [agentes comunitários do PSF], me viram chorando, falaram [...] “será que só foi por causa do dente que você tá assim ou seu marido te chifrou?” Na minha cara, ela lá na minha casa ela não foi até hoje. (Joana)

- O bullying, que é um termo em inglês utilizado para descrever atos de violência física ou psicológica, intencionais e repetidos, praticados por um indivíduo ou por um grupo, com o objetivo de intimidar ou agredir uma determinada pessoa ou um grupo, incapaz(es) de se defender:

Minha filha estuda aqui, eu posso chamar ela aqui pra ela dar um sorriso, ela só tem alguns dente, os dente aqui de trás tá tudo estragado, ela tá com 8 anos. Os coleguinha da escola fica falando pra ela que ela é dente estragado, que ela é dente podre. Então eu não quero que aconteça com ela o que aconteceu comigo! (Joana)

No entanto, Sueli, que diz “*a minha infância é muito ruim [...] eu não vou contar muito da minha infância não*”, e que hoje se mostra muito satisfeita com sua vida e com o lugar onde reside – anteriormente morou num dos bairros mais perigosos de Macaé -, naturaliza este problema, talvez empurrada por suas próprias necessidades:

Violento assim tem em todo lugar, né? Entre os outros bairros aqui é bem melhor [risos]. Bem melhor aqui. Os outros bairros, pelo menos, são bem mais violentos. Aqui não. Eu pelo menos saio a hora que eu quiser sair saio, não tem problema não, nunca teve nada não.

⁴⁵ Por violência psicológica pode-se entender toda ação ou omissão que causa ou visa causar dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa. Inclui: ameaças, humilhações, chantagem, cobranças de comportamento, discriminação, exploração, crítica pelo desempenho sexual, não deixar a pessoa sair de casa, provocando o isolamento de amigos e familiares [...] Apesar de ser bastante frequente, ela pode levar a pessoa a se sentir desvalorizada, sofrer de ansiedade e adoecer com facilidade (BRASIL, 2001)

Mirela nos lembra da situação que Schwartzman (2004) nos apresenta: ao declarar que, em muitas circunstâncias, a polícia é parte do problema, e não sua solução, e ao indagar a efetividade da polícia na proteção ao direito de propriedade e de segurança individual.

Tem que tirar essas *poliças* daqui, por que essas não vale nada, é só dá R\$ 50,00 pra eles que eles soltam a moto, prendeu o carro do meu tio lá, aí meu tio deu 100 e eles deixou passar. (Mirela)

É interessante notar que a violência urbana é um dos fatores que desencadeiam a mobilidade espacial dentro do próprio município, geralmente ocorre de um bairro extremamente violento para outro onde o perigo é menor, como foi o caso de Antônia e Sueli. Nestes casos, a tendência dos atores sociais se mostrarem satisfeitos com a mudança é maior, como foi visto anteriormente.

Para finalizar, observa-se que são diversas as situações que contribuem para a conformação da pobreza nestes bairros, segundo os entrevistados: o elevado custo de vida, somado com as situações, aqui citadas - de infraestrutura precária, dificuldade de acesso a serviços (como saúde, educação e transporte) e políticas públicas; precariedade das relações de trabalho; descaso e corrupção política e policial; violência; tragédias naturais e situações que comprometem a capacidade do indivíduo de angariar renda ou até mesmo colocam-no numa situação de necessitar de mais recursos financeiros para obter os mesmos *funcionamentos*, como doença, idade, deficiência. Sra. Antônia, Néia e Lurdes, respectivamente, falam das dificuldades inerentes ao elevado custo de vida:

Aí fiquei pagando aluguel, que eu pago aluguel, né? É uma luta, uma luta muito grande pra mim ... Porque não é moleza todo mês você ter que tirar dinheiro para pagar R\$ 480,00 de aluguel, R\$ 500,00 e pouco, aí vai comer como? remédio... e depois que eu saí da escola e peguei esse negócio de pressão alta, e aí? A coisa é difícil, muito difícil... (Antônia)

Tão cobrando um... Uma criança, por cabeça, pra tomar conta aqui, duzentos reais. Aí um assalariado, uma mãe assalariada, que ganha 545 reais, como é que uma mãe dessa vai sustentar um filho? Minha filha tem que pagar uma kitnetezinha que é 350 aqui....Minha filha tem duas filhas, ela é sozinha, separou do marido. Ele num dá nada. Ela trabalha, é assalariada, ela tem duas crianças, agora cê vê, ela vai pagar 400 reais, ela vai comer o quê? (Júlia)

Ah! Aluguel tá muito caro... As pessoa chega a ter uma vida melhor, mas o aluguel é caro e não tem como essa vida melhorar, porque aqui não é todo mundo que quer petróleo, né? Todo mundo... Só porque a cidade é de petróleo, significa que todo mundo é petroleiro, mas não é. Tem muitas pessoa carente, né? Que não tem a renda grande, então... (Lurdes)

Todas estas situações objetivas e subjetivas, aqui tratadas, específicas ou não do território estudado, influenciam no processo de pobreza nestes contextos. Não obstante, as

estratégias de sobrevivência que estão ao alcance dessas famílias também podem influenciar na trajetória da pobreza. Assim, é de grande pertinência retratá-las aqui:

Sra. Ivone tem dificuldade de exercer atividade laboral, em razão das suas condições de saúde prejudicada e, também, pela idade avançada:

Eu não aguento lavar roupa pra fora, mas eu criava muito porco, criava porco, pegava no fim do ano já dava pra fazer um dinheiro bom. Pra vender. Agora num tem nada, só umas galinhazinha. Mas aí assim, já vende um ovo, já vende um frango, né? Já dá pra tirar uma graninha.

Segundo Waters-Bayer (1995), a deterioração das condições econômicas e a acelerada urbanização fizeram a agricultura urbana de pequena escala, incluindo a criação de animais, ser hoje praticada por um número crescente de famílias.

Conviver com animais na cidade pode ocasionar alguns problemas: o esterco, os resíduos de forragem, os restos de alimentos e os dejetos produzidos pelo processamento dos animais, se não forem adequadamente manipulados, podem atrair moscas e contaminar a água; o aumento das vendas diretas através de canais informais torna impossível controlar as condições de higiene e a qualidade dos alimentos; os animais que perambulam livremente pelas ruas podem causar acidentes de trânsito; os vizinhos, muitas vezes, se queixam dos ruídos e dos cheiros produzidos pelos animais criados dentro de cidades. No entanto, proibir os animais e as vendas dos produtos não controlados não é a resposta, já que isso privaria muitas famílias urbanas de uma fonte vital de subsistência (WATERS-BAYER, 1995).

Segundo Lavallo & Castello (2004: 74), *“expedientes de integração social ancorados na sociabilidade primária e em outros planos societários são marca distintiva do panorama da pobreza característico das sociedades latino-americanas”*, pois se mostram como um artifício de grande potencial de inclusão. Esta é a situação vivenciada pela Sra. Antônia, por Letícia e Sr. Manoel:

Sra. Antônia já passou por privação de comida e sofreu pela falta de transporte:

De noite pra ir pra casa, o esposo da D. Letícia, o Artuzinho, levava a gente pra casa. [quando passava por dificuldade] conversava com a D. Letícia e ela foi uma pessoa muito boa, tanto ela como seu Artur, fazia compra pra mim e ia levar em casa para minhas crianças... dava roupa...

Letícia também sofre com a ausência de transporte:

Quando a gente quer vim no postinho, pede uma carona [...] E nossas criança tá estudando porque Graças a Deus, esse motorista não parou, porque a prefeitura tá há mais de não sei quanto tempo sem pagar ele e ele não parou porque ele tem pena das

nossas criança, porque se ele não tivesse pena elas tinha parado. [...] Esse motorista aqui é que leva pra escola. Que ele tem pena mesmo das nossas crianças, que ele vê onde que é longe

Sr. Manoel foi “abandonado” pela esposa com 7 (sete) filhos:

Eu trabalhava na firma levantava às 6h para pegar às 7h, fazia comida pra eles e pra mim. E o pai dela ficou morando comigo, morava em Rocha Leão, a casa era minha, ela abandonou tudo, eu segurei a peteca e tou aqui ainda (riso contido). [...] Passei por dificuldade, porque eu tinha que trabalhar para poder tratar de mim e deles, mas ninguém morreu por isso, tá tudo vivo aí (risos). Estudaram um mocado, tudo trabalham, uns trabalham na Petrobras, outros em firma aí, tá tudo por aí, rodando por aí... tá tudo criado.

A mobilidade espacial também aparece como uma estratégia para a superação da pobreza. Conforme Brito (2006), mudar de residência com a família é uma opção social consagrada pela sociedade, estimulada pela cultura como uma possibilidade de se obter algum êxito na melhoria de vida:

Não tinha emprego lá e tava difícil aí eu vim pra cá e... (Júlia)

Eu vim *pra qui* porque aonde é que eu morava na Bahia, meus filho não tinha trabalho (Lurdes)

Esta mesma mobilidade também constituiu um recurso para a busca de condições de vida mais baratas. Este é o caso de Júlia, que se separou do companheiro quando veio morar em Macaé, tornando-se, portanto, a única mantenedora do lar:

Mas eu precisava trabalhar, ia ficar em casa cuidando de filho? Eu era assim, eu sempre colocava elas de manhã, aí na hora de sair.. pra mim sair... pra mim sair pro serviço eu levava elas pra não faltar aula, eu tinha meu jeito, né? Aí eu saía, levava elas junto comigo, não tinha como faltar aula. *Vambora, vambora!* Aí saía nós três juntas. Elas saía pra escola e eu ia trabalhar. Aí elas chegava, pra lá de meio-dia, que elas almoçava na escola e eu trabalhava. [...] E eu tinha que sustentar casa. Aí eu corria daqui, corria dali, pegava fazia umas coisas ali, aí fui atrás de uma casa mais barata, aí eu paguei o aluguel da casa. Eu lavava, passava, como uma tava com doze outra com seis, elas já ficava só em casa, tendeu?

O trabalho “por conta própria” tem sido utilizado como alternativa para a falta de emprego (ANTUNES, 2008). Joana tem dificuldade de se inserir no mercado de trabalho e os principais provedores do lar estão em situação de precariedade das relações trabalhistas:

Agora pra mim trabalhar sabe o que eu tô fazendo? Tô vendendo salgadinho, vendendo as coisas. Levo sábado e domingo embaixo do sol vendendo salgadinho, vendendo guaravita, porque se for ficar esperando [emprego] num vai conseguir *mermo*, aí tá eu, minha mãe e meu esposo vendendo salgadinho, refrigerante, na praia, na lagoa, que é o único jeito da gente ganhar um dinheiro. Porque num adianta cê querer matar, cê querer roubar, num adianta.

Enfim, os que não conseguem se inserir no mercado de trabalho recorrem à informalidade para se sustentarem, enquanto outras famílias contemporâneas contam com a

sociabilidade primária para sua manutenção e provisão de recursos, como é o caso da Sra. Antônia, de Luciene, de Letícia e do Sr. Manoel. Com efeito, nestes contextos de vulnerabilidade socioeconômica, a sociabilidade primária é de grande importância, principalmente em situações nas quais os serviços e políticas públicas são inadequados. Reforçando o que já foi dito, nestas circunstâncias de desassistência e precariedade das relações de trabalho, os indivíduos com vínculos sociais enfraquecidos ou até mesmo desmantelados dos laços familiares, por vezes, em razão da migração, são fortes candidatos à *desfiliação social*.

3.1.2 Trabalho e pobreza

A pobreza também está diretamente relacionada ao acesso e às condições de trabalho, como foi retratado no primeiro capítulo desta dissertação. O caráter processual da pobreza faz parte de uma trajetória de que tanto os vínculos sociais como as condições de trabalho - desde o emprego estável, regular, até relações precárias e o próprio desemprego – são constitutivos.

Atualmente, em diferentes contextos nacionais, presencia-se uma transformação na natureza do trabalho e nas formas de organização, com a introdução de novas práticas de produção ancoradas pela tecnologia da informação, que geralmente contribuem para a diminuição da mão de obra e para flexibilização da contratação. O ponto principal desta nova configuração é o aumento do desemprego, do trabalho temporário, das relações trabalhistas precárias e, conseqüentemente, a expansão da informalidade.

Não obstante, no caso macaense, segundo Sr. Manuel, após a implantação da Petrobras a cidade tornou-se um dos maiores polos para oportunidades de trabalho na região: *“Mudou muito Macaé com a vinda da Petrobras, porque para gente novo apareceu muito serviço, né?... Porque antes quase ninguém tinha serviço, né?”*

Contudo, apesar deste contexto favorável para o emprego, Macaé não é exceção desta nova conjuntura do mundo do trabalho. A natureza do trabalho e as “novas” formas de configuração das relações de trabalhistas se confirmam na realidade macaense, influenciando direta e indiretamente a vida dos pobres.

Com esta “nova” conjuntura, colocam-se no debate questões sobre que tipo de trabalho se oferece e quem são os beneficiados. Sendo assim, os pobres que estão à procura de emprego, nem sempre se adequam às ofertas existentes. Isto ocorre porque, numa economia petrolífera como a macaense, as ofertas de emprego exigem uma maior qualificação profissional. Este fato aparece nas entrevistas, muito mais como um sentimento de oportunidades desiguais, do que propriamente pela falta de qualificação profissional:

Aqui na nossa cidade tem muita oportunidade pro macaense em certos pontos, fora disso tem mais oportunidade para quem vem de fora, a sra. vê que aqui dentro da nossa cidade o que tem é pessoa de fora, que já conseguiu casa, que já conseguiu trabalho... e o macaense, alguns, não falando todos, tá querendo trabalho e não consegue ... (Antônia)

[...] mudou pra quem vem de fora, eles tão dando, pra falar a verdade eu não sei, eles pergunta: É de Macaé? Cê fala que é, eles ao invés de te dar um serviço... É raramente que você vai conversar com alguém de Macaé que é Macaense mesmo que esteja empregado. É raramente. (Letícia)

[...]gente que tem casa boa, gente que tem boa vida, dinheiro no banco, tá trabalhando e a gente que precisa tá aí. (Joana)

No entanto, Sra. Júlia percebe a importância de qualificação profissional para se adequar às exigências do mercado petrolífero:

Aqui em Macaé, você tem que ter o quê? Estudo e tem que ter curso profissionalizante, não adianta nem você ter ensino superior, faculdade, tá? Sem curso profissionalizante você é nada aqui em Macaé. Você vai limpar chão, e pra limpar chão tem que ter 2º grau. Sabia? Tem que ter 2º grau. (Júlia)

Segundo dados do Programa Macaé Cidadão, o setor terciário também apresentou forte crescimento. Esta é a área que engloba os profissionais menos qualificados, geralmente em campos de menor dinâmica do ponto de vista econômico e de relações trabalhistas mais precárias. Assim, dependendo da expectativa de que tipo de trabalho a pessoa pretende alcançar e suas possibilidades objetivas para esta inserção, tem-se a impressão da falta de emprego:

Quando eu cheguei aqui Macaé era... Era muito bom, agora de uns tempos pra cá tá tudo diferente. Porque, quando eu cheguei aqui tinha muito emprego, as coisa... Era muito facilitada, mas agora as coisa tá muito difícil aqui em Macaé agora, pras pessoas que tão chegando agora tá difícil. (Lurdes)

Eu sou de Campos. Nós viemos pra cá por causa de emprego, lá não tem emprego entendeu? E quando chegamo aqui, tá a mesma coisa. Minha mãe tá desempregada, meu padrasto trabalha clandestino, ele é ajudante de pedreiro, meu marido trabalha também clandestino é ajudante de pedreiro. (Joana)

Já o discurso apresentado por Sra. Ivone deixa evidente que a questão não é propriamente o desemprego, e sim o tipo de trabalho que está disponível. Por esta mesma

razão, para a Sra. Ivone, Macaé “[...] *num é ruim pra emprego não! A gente sempre consegue. Quando quer. Quem quer trabalhar...*” pois, partindo de sua experiência pregressa - trabalhou “na roça” ou como empregada doméstica, sem vínculo empregatício - , é bem provável que o “emprego” a que ela se refere sejam serviços que englobam mão de obra desqualificada, como é o caso dos “serviços pessoais”: manicure, empregado doméstico, servente etc.

Voltando à fala de Joana, a palavra utilizada por ela – “clandestino” - para denominar a precária inserção no mercado de trabalho, deixa a impressão de que a cultura da cidadania regulada encontra-se, ainda, arraigada como modelo de pertencimento à sociedade. A forma como ela interioriza esta situação pode contribuir para formação de uma identidade inferiorizada. O fato é lamentável, principalmente porque hoje, como já foi dito, há uma tendência geral à flexibilização, que envolve não somente o trabalho desqualificado, mas também o trabalho qualificado.

Não obstante, para além destas questões de ordem econômica, no caso das famílias entrevistadas há ainda outras questões estruturais, como idade, acesso a serviços de saúde, infraestrutura, dificuldade de acesso a serviços públicos como creches, falta de estudo e ausência de transporte, que funcionam como barreiras para o acesso ao trabalho, potencializando, assim, a desigualdade de oportunidades:

Só ficava dentro de casa, ele num deixo a gente estudar. A gente ia fazer matrícula, ele falou assim: O estudo de vocês é ficar dentro de casa. (Fátima)

[trabalhei] Até uns 50 trabalhando. Depois parei [risos]. Parei que eu num *guentei* mais, me dava muita dor nas pernas, muita dor nas pernas... (Ivone)

Não trabalho. Porque eu não tô conseguindo mesmo. Porque fica difícil, porque quando as pessoa fala assim, mora aonde no bairro B? É. Você vem de quê? Eu digo, vou de ônibus, mas aí o que que acontece? Quando você acaba chegando no serviço, acaba chegando meio atrasado, num sei o quê. Fica um troço chato, ou senão você tem que sair de casa, assim você pega às 6, você tem que sair de casa 5 horas da manhã. E se for a pé, tem que sair 4:30 porque pra você chegar até ao terminal a tempo de você tá lá 6 horas. Porque não tem condição nenhuma de chegar nem sequer ao terminal. Não tem! [...] [meu marido] fica trabalhando como ajudante de pedreiro, essas coisa assim pra não deixar faltar nada dentro de casa. Mas mesmo assim, choveu, acabou! Choveu, a *bicicleta*... Num tem como pedalar naquela lama, você empurra mais a *bicicleta* do que pedala [risos] (Letícia)

Já, já. Eu trabalhei de copeira um bom tempo, tendeu? Aí eu parei porque... Tinha que ficar em casa pra cuidar das crianças [...] (Sueli)

Minha mãe trabalhava aqui até meia-noite, minha mãe não ia pra casa sozinha. São uns garotinho de 16, 17, 18 anos que saíram da Malvina e vieram pra cá, vieram tudo pra cá. Cê tem que vê “o bagulho é nosso, nós vamos dominar num sei o que da boca de fumo” botando terror entendeu? [...] No entanto, minha mãe largou mais um emprego por causa disso, saía meia-noite. (Joana)

Não... uhum, sou analfabeta, ninguém me dá serviço não, o estudo hoje faz muita falta, né? Falta demais... (Luciene)

Pode ter serviço pagando mil reais aí.... Por exemplo, eu saio 6h pra trabalho paro as 8 então, sei lá, a noite... e tá bandido lá na esquina, bandido esperando, sei lá... (Beatriz)

Aí tá aparecendo vários emprego pra mim e eu sem dente num vou arrumar emprego assim, vou esperar dia 8 do mês que vem pra mim arrancar dois, pra depois o outro mês eu arrancar de novo, e isso vai. Coisa que ela falou pra mim dentro de um mês eu já ia colocar, tá demorando mais que um mês. O que era pra ser um sonho, tá saindo mais como um pesadelo. (Joana)

No caso de Joana, o fator que apareceu como barreira para o trabalho foi a aparência física. Sua fala sugere que os pobres, estigmatizados e marginalizados, receberam um atributo visual profundamente depreciativo:

[...] eles chamam a senhora pra trabalhar aí olha a senhora “não ela tem boa aparência, num sei o que, ela tem estilo pra trabalhar aqui” se eu for eles fala “não ela é baixinha, ela tem o cabelo maltratado, a pele dela num sei o que” então não adianta que não vai, vai pela aparência. Se tiver boa aparência aí tu vai, se não tiver... É assim que eles faz. (Joana)

Como defende Sarti (2009), a experiência subjetiva de desvalorização marcou profundamente a existência de Joana, talvez muito mais do que a sua condição material:

Esses dias eu passei por uma humilhação (entonação) me botaram para trabalhar no ano novo, quando chegou ... depois eu ia colocar a pizza na mesa, eles disseram que eu não tinha boa aparência por que eu estou sem dente... [...] agora eu tenho medo qualquer emprego que eu vou eu num vou assim mais, num vô, num vô, porque eu sei que eu vou ser humilhada e eu não quero ser humilhada. (Joana)

O trabalho tem um valor não apenas monetário, mas também um cunho moral que o torna dignificante, que traz honra para quem o exerce, e lhe dá o direito de ter orgulho sobre si mesmo. Assim, ser trabalhador oferece ao pobre uma dimensão positiva que, simbolicamente, permite a construção de outro referencial, diferente daquele que o desqualifica socialmente por ser pobre: “.... *debaixo da dignidade do pobre ele é mais rico ainda de que um rico....*” (Antônia).

Na fala da Sra. Lurdes pode-se perceber que é através do trabalho, da dignidade em exercê-lo, que o pobre pode “melhorar de vida”. Tem um sentido de proteção contra os riscos e descaminhos do mundo da rua: “*não queria ver eles misturado assim... na bandaeira*”. Nesta concepção, parece ser a honra que está em questão e não o direito ao trabalho, tão essencial na superação do processo de pobreza:

Eu vim *pra qui* porque aonde é que eu morava na Bahia, meus filho não tinha trabalho, eles era adolescente na época e lá aonde é que eu morava não tinha trabalho pra eles e eu não queria, e eu não queria assim... Que ficasse jogado, sem trabalho, sem estudo, sabe? Tem... Melhorar a vida deles. Porque eu não queria ver

eles na *bandeira*, não queria ver eles misturado assim... Com coisa assim... Precisando de dinheiro... E... Pra depender de tá pedindo. Eu na época eu era pobre de verdade, mas eu fui criada numa vida digna, meu pai me ensinou isso, meu pai era muito trabalhador.... (Lurdes)

Na ausência do trabalho, a esmola é aceitável, não se nega o valor do trabalho, mas o complementa coexistindo com ele. Desta forma, a esmola recebe o valor moral que outrora era imputado ao trabalho: *“Tem que ter dignidade, né? caráter e... ser humilde, né? E aí dá pra viver..... Se ele tem pra comer ele come, se não tiver ele pede... que é importante [pedir], entendeu? É muito importante”* (Antônia). Assim, o caráter, a humildade em pedir são valores superiores, que se encontram em oposição ao ato de roubar.

Desta forma, essa esmola recebe em si a legitimação religiosa da caridade, tanto utilizada na época medieval como vimos no primeiro capítulo, trazendo para os nossos tempos a reatualização do “próximo”, não mais como o merecedor de ajuda, mas o que seguramente pode se ajudar: *“Eu vi mendigo, [...] Eu tava com dinheiro eu quase parei, mas fiquei com medo”* (Beatriz). Com efeito, nas cidades grandes o processo de pobreza se complexifica, não apenas pelas consequências estruturais do desenvolvimento, mas também pela ausência da proximidade, que dificulta a constituição de laços sociais imprescindíveis para a sociabilidade primária.

O trabalho, igualmente, aparece como algo penoso: *“Se eu morresse não ia passar por nada disso não ia precisar trabalhar...”* (Mirela).

Da mesma forma, o trabalho também aparece como simples meio de sustentação - *“A gente trabalha porque precisa comer, precisa receber, né?”* (Júlia) - e provisão de bens materiais - *“Muitas coisa, quero comprar alguma coisa não tenho dinheiro, tenho que trabalhar”* (Luciene) –, assim, o salário torna-se um critério fundamental.

É seguindo esta concepção que alguns migram para Macaé, acreditando na oportunidade de melhores salários:

Aumentou mais a renda. Aumentou, porque logo a Petrobras logo veio né, aí aumentou mais a renda de Macaé. (Ivone)

O salário aqui, paga muito bem, a mulher aí tava falando que paga quinhentos e tanto, quinhentos e tal, eu não acreditei porque lá em Minas você recebe lá R\$ 50,00 por mês, faxina três vez na semana. O salário assim, essas coisas assim eu acho em Macaé muito bom. (Beatriz)

No entanto, apesar dos “altos salários”, Macaé também apresenta um custo de vida alto, de forma que, independente dos salários, as condições de sobrevivência nesta cidade contribuem para o processo de pobreza:

Aí fiquei pagando aluguel, que eu pago aluguel, né? É uma luta, uma luta muito grande pra mim ... Porque não é moleza todo mês você ter que tirar dinheiro para pagar R\$ 480,00 de aluguel, R\$ 500,00 e pouco, aí vai comer como? Remédio... (Antônia)

Tão cobrando um... Uma criança, por cabeça, pra tomar conta aqui, duzentos reais. Aí um assalariado, uma mãe assalariada, que ganha 545 reais, como é que uma mãe dessa vai sustentar um filho? Minha filha tem que pagar uma kitnetezinha que é 350 aqui....Minha filha tem duas filhas, ela é sozinha, separou do marido. Ele num dá nada. Ela trabalha, é assalariada, ela tem duas crianças, agora cê vê, ela vai pagar 400 reais, ela vai comer o quê? (Néia)

Ah! Aluguel tá muito caro... As pessoa chega a ter uma vida melhor, mas o aluguel é caro e não tem como essa vida melhorar, porque aqui não é todo mundo que é petróleo, né? Todo mundo... Só porque a cidade é de petróleo, significa que todo mundo é petroleiro, mas não é. Tem muitas pessoa carente, né? Que não tem a renda grande, então... (Lurdes)

Como pode ser percebido, tanto a pobreza como os considerados pobres estão envolvidos numa teia social, complexa, de uma diversidade de fatores, que não podem ser dissociados. Assim, enfatizar o conhecimento das determinações socioeconômicas das condições de pobreza, em detrimento do conhecimento dos próprios pobres, seria abordar a questão de forma reducionista.

Nesta busca incessante e contínua de entendimento do processo de pobreza, a partir da percepção dos próprios pobres, percebemos que as ideias de pobreza se formam a partir das particularidades, objetivas e subjetivas, que eles vivenciam cotidianamente. De forma que, para eles, pobreza é:

- Consequência do descaso e do desprezo: *A gente é pobre porque as pessoa não ajuda. A gente que é pobre mermo eles não quer nem olhar, eu acho que é isso que faz a gente ser pobre. (Joana)*
- Falta de dinheiro/ de posses:

Ah uma coisa muito ruim.... sem dinheiro, sem.... ter, poder comprar alguma coisa que você quer, aí... eu queria ser rica, assim ter uma mansão. (Mirela)

A gente é pobre não dá pra comprar um remédio, sabe, assim não tem condições porque o remédio é muito caro, quero uma... uma coisa assim, porque não dá tá muito caro.. Tem que ter uma farmácia de graça. (Luciene)

- Desigualdade de oportunidades:

Seria bem melhor, a gente ter oportunidade de uma casinha própria pra gente, porque a gente que é pobre não vai ter oportunidade de comprar uma casa, não tem, né?...mas falta oportunidade, tá dando oportunidade que ninguém tem, tem que ter oportunidade... porque aí pobre, o que ganha dá para comer muito mal, e aí pagar aluguel é uma dívida, e o pobre não pode abrir uma conta para comprar nada, porque vai abrir uma conta pra comprar, vai pagar como? Não tem como, então é muito difícil. Se uma pessoa tem o trabalho ele pode se considerar rico, porque ele tá trabalhando, ele tem o dinheirinho dele para ele viver o dia a dia e daí ele vai crescendo na vida, dentro do limite, ele vai crescendo... ele pode fazer um crediário, ele pode ir comprando as coisinhas dele, entendeu? Mas já pensou um pobre que não trabalha? Não é ninguém. (Antônia)

Acho que é a falta de oportunidade. Muita falta de oportunidade, que muita gente não pode trabalhar, tem vontade de subir um pouco na vida e não consegue porque aqui não dão chance pra ninguém, pra ninguém! (Joana)

- Ausência de recursos:

Pobreza? Pobreza é a pessoa passar necessidade, né? Necessidade das coisas, pessoa num ter... De manhã cedo num ter um... Vai fazer um almoço, num tem nada pra comer, isso que é triste, né? (João)

Pobreza é... Quando a criança pede alguma coisa pra comer, não tem nada pra dar, aí fica a criança chorando e a mãe não tem nada pra dar. Aí não tem da onde tirar, não tem dinheiro pra comprar. (Fátima)

Pobreza eu acho que é aquelas pessoas que... Que moram distante e às vezes a sua casa não tem nem... Às vezes você abre o armário não tem o que comer, sua casa tá caindo aos pedaços, tem gente lá que mora na pobreza, a casa com a chuva caiu mais da metade, isso sim eu acho que é pobreza. E principalmente juntando isso tudo, quando chove, você olha pra dentro de casa a casa tá acabada, dá um vento você fica preocupado. Isso é chamado de pobreza. Porque às vezes você vê passando aí só lugar distante, mostra pobreza. Entra mais pra dentro da Virgem Santa, você vai ver pobreza também. (Letícia)

Pobreza pra mim é gente que num tem dinheiro... né?! O dinheiro, deve receber aquela pouquinha coisa, num dá pra nada. Pobreza pra mim é isso! Porque às vezes você recebe dinheiro, mas é aquele pouquinho de dinheiro, já tá devendo, paga, aí acabou o dinheiro aí num tem mais, aí tem que esperar o mês todo pra pegar o outro que vier, pra poder fazer a mesma coisa, aí fica o mês todo a pessoa sem dinheiro, assim... Entendeu, pobreza pra mim é isso! Pobreza é muito triste, né? É muita luta! (Ivone)

Pobreza é falta de... De recurso, as pessoas acomoda, não têm assim ânimo pra poder procurar melhorar, pra poder ter uma vida digna assim melhor, acomoda com aquilo que é e... Eu acho assim, sei lá! (Lurdes)

- Falta de infraestrutura: *“Pobreza é você chegar aqui e num ter um médico para atender a gente. Ah, tá de férias....”* (Manoel). *“Pobreza aqui é a saúde, é o saneamento d’água...”* (Joana)

A pobreza recebe, também, significado a partir do valor moral atribuído ao trabalho, de forma que ela é entendida, quando não se busca o trabalho dignificante, como preguiça e acomodação: *“Não sei... Não sei por que às vezes se acomoda porque ganha uma cesta básica e fica contando com os outros, né? Aí se acomoda”*. (Sueli)

Sarti (2009) diz que há um entendimento do pobre como *o outro* numa identificação por contrastes. Assim a identificação de ser “pobre” constitui-se através de um processo de diferenciação entre os iguais. Estabelece-se, desta forma, uma hierarquização da pobreza entre os considerados pobres, na qual os fatores materiais e morais servem de instrumentos de diferenciação. Com efeito, pobre passa a ser aquele que se encontra num nível hierárquico abaixo da pessoa que fala: *“então pobreza pra mim é isso aí, você não ter aonde dormir, você não ter aonde comer, entendeu, tomá banho”* (Beatriz).

Seguindo o mesmo sentido, a pobreza também aparece como algo distante do que se vivencia: *“Já vi isso passando na televisão. Lá no Iraque, né? É triste, né?”* (Fátima); *“Ah, num sei o que que é pobreza não!”* (Sueli).

A pobreza, por vezes, é admitida, mas ganha um status de minimização, seguindo a mesma hierarquização que o diferencia dos outros.

Eu acho que tem pessoas que precisa mais, né? (Antônia)

Eu conheço gente mais pobre que eu, mais humilde, tendeu? Eu sou pobre sim, num tenho nada, tenho uma casinha lá com 2 cômodos e um banheiro, tem meus móveis certo, guarda-roupa achei no lixo, cama achei no lixo, tudo meu é do lixo, mas tem gente pior do que eu. Gente que não tem onde dormir, o chão é de terra, tem gente pior do que eu. Então eu lá de casa eu sou pobre, mas se eu tiver um arroz, uma coberta pra dar eu dou. Eu dou! Eu sou pobre, mas o que eu tiver eu dou. (Joana)

Enfim, neste estudo pode-se perceber que as famílias pobres, aqui representadas, são de traços contemporâneos – quase a metade chefiada por mulheres -, porém com alguns valores patriarcais, com constituição familiar extensa, composta por mais de 5 (cinco) membros. Em sua ampla maioria, sem estudo ou com o Ensino Fundamental incompleto, talvez em razão de responsabilidades precocemente assumidas, como gravidez e trabalho infantil; desempregados ou inseridos em relações de trabalho precárias; fortemente marcados por abandonos, solidão feminina, violências, mortes e vícios.

Estas famílias estão inseridas num território onde houve um grande crescimento econômico e, conseqüentemente, demográfico. Porém, locais com falta de infraestrutura, principalmente no que se refere à água, esgoto, transporte, serviços de saúde, educação e segurança. O processo de oferta e a forma como estes serviços são prestados contribuem para a violência física, psicológica e moral e são condicionados por processos mais amplos de corrupção política, descaso e por práticas clientelistas.

São famílias pobres que vieram em busca “*de chegar perto do arco-íris*”, mas que esbarraram em situações que fortalecem a segregação, que dificultam o acesso a serviços, empregos e, até mesmo, às políticas sociais que, em último caso, deveriam ser uma estratégia para a superação da pobreza. São pessoas que foram profundamente marcadas por estigmas e julgadas por sua aparência. Que viveram o desprezo, a ponto de não mais valorizarem a si mesmas. Mas que, ao mesmo tempo, vivem a superação e utilizam as estratégias possíveis, demonstrando o poder da resiliência, mesmo diante da violência a sua cidadania.

Ainda assim, são pessoas que veem a pobreza como situação de privação material, mas também como retrato do desprezo, do descaso, da falta de infraestrutura e da desigualdade de oportunidades. Ou seja, são atores sociais que, muito mais do que terem uma percepção da pobreza, a vivenciam, experimentando situações deploráveis que, num processo contínuo e inacabado, contribuem para a formação de suas identidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Macaé, antes da exploração do petróleo e da instalação da Petrobras, era uma cidade pequena, com poucos habitantes e sua economia era, basicamente, pautada na agricultura e na pecuária. Após o advento desta empresa, sua economia se alterou de forma significativa, tornando a cidade atrativa economicamente.

As verbas provenientes dos *royalties* possibilitaram uma melhora nas condições de infraestrutura da cidade, assim como na disponibilidade de bens e serviços. No entanto, este processo foi acompanhado por uma urbanização intensa, precária e desordenada, que culminou na periferização urbana de grande parte da população local, expressa na favelização e na sobrecarga da infraestrutura.

A pertinência econômica deste processo possibilitou uma maior disponibilidade de empregos, porém esta oferta foi acessada de forma desigual por conta das capacidades de sua população, visto que o pano de fundo destas transformações teve como contexto uma população regional com mão de obra semiqualficada, dificultando o acesso destes trabalhadores aos postos de trabalho do complexo petrolífero, deixando, assim, grande parcela da população em situação de subemprego.

Como apresentado no primeiro capítulo, este contexto é inerente à realidade brasileira, pois historicamente o país se desenvolveu através de um processo que tem como característica principal a não incorporação de grandes segmentos da população aos setores modernos da economia.

No entanto, este fator é imprescindível para a análise da pobreza em Macaé, pois como retrata Sen (2000), a capacidade para o trabalho é a posse principal da maioria da

humanidade, com a obtenção de rendimentos e, por conseguinte, possibilidade de comprar alimentos e outros bens, o que constitui meio de acesso primordial àqueles recursos.

Verifica-se, além disso, uma imensa desigualdade na distribuição dos recursos advindos desta prosperidade econômica. Nos bairros estudados, constata-se que boa parte da população afere renda familiar de até dois salários mínimos. Além da desigualdade monetária, o acesso precário aos recursos também é vivenciado, como: falta de infraestrutura, principalmente no que se refere aos serviços de saneamento básico - rede de água e esgoto -, insuficiência nos serviços de transporte, saúde, educação, lazer e segurança.

A quase total ausência da rede de água e esgoto, além de prejudicar as condições de saúde, também repercute na renda destas famílias, à medida que seus gastos aumentam, não só pela necessidade de compra destes serviços, como também em razão dos efeitos perversos de sua deficiência. Na dimensão subjetiva, este contexto confere um *status* de inferioridade social, produzindo uma identidade marcada pela desesperança e pela desvalorização de si mesmo.

O precário serviço de transporte urbano e a falta de asfalto deixam muitas famílias reclusas (especialmente em épocas de chuva), o que dificulta o ingresso ao trabalho, aos serviços de saúde, de educação e, principalmente, comprometendo o ingresso às políticas assistenciais, por dificultar o acesso a elas e por se tornar uma barreira ao cumprimento das condicionalidades como a presença escolar. A referida circunstância, além de impedir que estes sujeitos tenham um sentimento de pertencimento, compromete-lhes a inserção adequada como cidadãos.

O perfil de morbimortalidade é reflexo das condições de vida da população. A qualidade e a precariedade dos serviços, além de afetar ainda mais a saúde, contribuem para a formação de um sentimento de descaso e desprezo na população, como foi identificado nos depoimentos orais dos entrevistados.

Quanto à educação, a própria taxa de analfabetismo, que é a maior do Estado do Rio de Janeiro, já evidencia os fatores que tornam esta população vulnerável. A insuficiência dos serviços de educação, principalmente a disponibilidade de creches, explica porque muitas famílias estão desempregadas em razão dos afazeres domésticos, como indicaram os dados quantitativos. Para além das creches, a oferta de Ensino Médio e Superior também é escassa e, juntamente com o tipo de educação oferecida, contribui para a baixa escolarização. O

resultado é uma educação diferenciada e seletiva, que funciona como um ciclo vicioso sendo alimentado e alimentando o baixo capital global destas famílias.

Para além das dificuldades supracitadas, pode-se verificar, pelos dados quantitativos e qualitativos, que não há muita pretensão da população para cursos superiores, retrato da violência simbólica que é vivenciada cotidianamente.

A maioria da população destes bairros está inserida no mercado informal, ou seja, está desprovida dos direitos referentes a salários, férias, indenizações, seguros, aposentadorias. Porém, a forma como estes atores sociais definem esta situação, muito mais do que o seu próprio aspecto objetivo, é refletida na sensação de não pertencimento enquanto cidadãos, o que nada mais é do que resquício da cidadania regulada. Toda esta situação produz a impressão de que nada é certo no futuro imediato e reforça a perspectiva de impotência individual em se ajustar ao mundo.

Assim, remete-se a Paugam (2003), que retrata a trajetória da pobreza referindo-se ao modo como um contingente expressivo da população se insere na sociedade e às implicações desta inserção nas condições de vida, no sentido político e econômico.

Segundo os entrevistados, a corrupção e a injustiça presentes na atuação de agentes públicos, as práticas clientelistas, a violência física, psicológica e moral contribuem para a formação de uma cultura cívica que indica uma baixa expectativa quanto à eficácia governamental. Como bem lembra Schwartzman (2004), traços culturais tais como a patronagem, o clientelismo, a manipulação do eleitorado, a venda dos votos, a inconsistência das estruturas partidárias etc. rebaixam o verdadeiro significado da cidadania política.

Além disso, devem ser consideradas as mudanças que vêm se operando ao longo das últimas décadas na forma de relação entre o governo federal e as instâncias subnacionais e entre estas – em especial os governos municipais - e a sociedade civil. Estas mudanças são fruto do próprio processo de democratização e de sua consolidação e colocam às instâncias municipais o desafio de introduzirem, no âmbito de suas competências, o tratamento de novos temas e a adoção de novos padrões de gestão. Esses desafios estão relacionados, em especial, à participação nos processos de planejamento e ao enfrentamento da pobreza a partir de uma nova abordagem. O que se percebe é que os esforços neste sentido no município de Macaé ainda são frágeis, e a população sofre as consequências da timidez das políticas públicas

voltadas para a garantia de bens e serviços básicos, como acesso à água, transporte público, saneamento, educação e saúde.

Para além das dificuldades locais de implementação de políticas, cabe também considerar que o estudo evidenciou múltiplas fragilidades de famílias que não necessariamente são elegíveis para programas sociais, pelos critérios formalmente adotados de renda. Estas famílias, afetadas por diferentes tipos de escassez, acabam sendo ainda mais penalizadas pelas dificuldades de inclusão em programas sociais compensatórios de alívio da pobreza, seja pelos critérios de elegibilidade, seja por dificuldades de cadastramento, dentre outras possíveis.

Enfim, com os dados qualitativos podem-se verificar os transtornos causados pela precariedade dos serviços e pela deficiente infraestrutura. Além daquilo que foi constatado nos dados quantitativos, as entrevistas possibilitaram uma compreensão de como estas situações afetam as condições de vida da população, constituindo, desta forma, uma cultura cívica de descrença e a formação de uma identidade inferior, marcada por processos territoriais de segregação e de descaso.

Através das entrevistas pode-se constatar, também, que a *sociabilidade primária* e o autoemprego aparecem como estratégias de enfrentamento, tornando-se alternativas possíveis diante da precariedade dos serviços e políticas públicas, das condições de trabalho e da retração do governo na oferta de serviços, não constituindo, desta forma, uma *sociabilidade secundária* efetiva.

A *sociabilidade primária* esteve associada, principalmente, à rede familiar ampliada e o estudo não constata a relevância do papel da vizinhança nesta. Tal quadro pode ser decorrente de situações de violência que intimidam a população e geram desconfiança. Outra possibilidade refere-se às questões de identidade, ou seja, o reconhecimento de que o pobre é o outro, o que pode dificultar tanto na formação de um capital social para provisão de assistência, quanto, também, na segregação associada a estigmas e traços de inferioridade que são confirmados no ato do pedido da ajuda.

Como a própria literatura indicou, a precariedade do trabalho, a ausência de qualificação, o desemprego, a incerteza do futuro referem-se à nova condição de privação material e à degradação moral, que empurram progressivamente segmentos populacionais para a *desqualificação social*. Da mesma forma, o aspecto da territorialidade também abriga processos excludentes. Tais situações contribuem para que os atores sociais que as vivenciam,

se revistam de um status de inferioridade social que, além de impedi-los de aprofundar um sentimento de pertencimento, serve de barreira para sua inserção adequada como cidadãos.

Assim, como (PAUGAM, 2003: 13) definiu, a pobreza é entendida não apenas como um estado de despossuir, mas como *“um status social específico, inferior e desvalorizado, que marca profundamente a identidade daqueles que a vivenciam”*.

Sendo assim, o processo de pobreza em Macaé se refere a um contexto onde os direitos civis, políticos e sociais são questionáveis, pois muitas pessoas estão segregadas em seus próprios lares, enclausuradas pelo medo, pela insegurança, pela falta de recursos para sua locomoção, com dificuldade de acesso a um grande número de bens materiais, sendo vítimas da precariedade dos serviços sociais, educativos, sanitários, de saúde, de proteção social, assim como desprovidas da participação ativa nas decisões que influenciam suas vidas. Fator não menos importante, a pobreza também está associada a um conjunto de aspectos subjetivos que inclui, entre outras questões, o isolamento social, a estigmatização e a identidade negativa.

Com efeito, para estas famílias a pobreza em Macaé é o descaso, a falta de infraestrutura, o desprezo, a desigualdade, que acompanham situações de não reconhecimento e de humilhação social, conferindo à pobreza a condição de ser ao mesmo tempo um fato e um sentimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO. Disponível em: www.anp.gov.br. Acesso em 13 jun. 2010.
- ANTUNES, M. Novos empregos, novos pobres, trabalhadores pobres: uma visão econômica. In: *Colóquio cooperativismo e economia social: olhares cruzados*. Centro de Estudos Cooperativos. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 27 e 28 de Junho de 2008.
- ARANHA, M. L. A.; MARTINS, M. H. P. *Filosofando: introdução à filosofia*. São Paulo: Moderna, 1993.
- ATKINSON, A.B. Poverty, In: EATWELL, J., M.MILGATE & P. NEWMAN (eds). *Social Economics*, New York - London, 1989.
- AZEVEDO, D.C.; BURLANDY, L. Política de Combate à pobreza no Brasil, concepções e estratégias. In: *Revista Katalysis*, Santa Catarina, vol. 13 n. 2, p. 201 -209, jul/ dez, 2010.
- BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o desenvolvimento mundial*. A pobreza. Washington, D. C.: Banco Mundial, 1990.
- BARROS, Ricardo; FOX, Louise; MENDONÇA, Rosane. Female-Heade Households, poverty and the welfare of children in urban Brazil. In: *Economic Development and Cultural Change*, v.45, n.2, p.231-257,1997.
- BOURDIEU, P. O poder simbólico. Lisboa, Difel, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 3ª ed. Trad. de Sergio Miceli et al. São Paulo. Editora Perspectiva, 1992.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J.C. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 1996.
- BOURDIEU, Pierre (1980) 'O capital social – notas provisórias'. In: Nogueira, M. A. e A. Catani (orgs.) *Pierre Bourdieu: escritos de educação*. Capítulo III. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- BOURDIEU, Pierre et all. *The Weight of the World: Social Suffering in Contemporary Society*, trans. P. Ferguson. Stanford, CA: Stanford University Press (2000 [1993]).
- BOURDIEU, Pierre *Esboço de uma teoria da prática* — precedido de três estudos sobre etnologia Cabila. Oeiras, Celta, 2002.
- BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: ed. Bertrand Brasil, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BRANDÃO, A. A. *Miséria da Periferia: desigualdades raciais e pobreza na metrópole do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. *Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço*. Brasília: Ministério da Saúde, (Caderno de Atenção Básica, 8) 2001.

BRITO, Fausto. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. In: *Estudos Avançados*, 57, USP, 2006.

BURLANDY, L. *O Comunidade Solidária e os programas de alimentação e nutrição*. Engenharia Institucional, parcerias e focalização. Anteprojeto de Tese de Doutorado. Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1999.

CARLINI-COTRIM. B. Potencialidades da técnica qualitativa grupo focal em investigações sobre abuso de substâncias. In: *Rev. Saúde Pública*, 30 (3): 285-93 1996.

CARVALHO, J. N. F. *Pobreza e tecnologias sociais no extrativismo da Carnaúba*. Dissertação de Mestrado (Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal do Piauí. Teresina – PI, 2008.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social – uma crônica do salário*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

CIDE, Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.cide.rj.gov.br>

CODES, A. L. M. *A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa*. Texto para discussão n. 1332. Brasília: IPEA, 2008.

COMIM, F.; BAGOLIN, I. P. *Aspectos qualitativos da pobreza no Rio Grande do Sul*. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 23, n. especial, p. 467-490, 2002.

CORCORAN, M. “RAGS TO RAGS: Poverty and Mobility in the United States” In: *Annual Reviews*. 21:237-67, 1995.

NETO, R. S. (et all) Desafios para o desenvolvimento sustentável no Município de Macaé-RJ In: *Perspectivas online*, Campos dos Goytacazes, v.1, n.3, p.60-73, 2007

DUARTE, A. R. *Pobreza e condições de vida em Cabo Verde*. Dissertação de Mestrado (Economia). Universidade Federal Fluminense. Niterói – RJ, 2005.

DUBET, F. *As desigualdades multiplicadas*. Ijuí, Ed. Unijuí, 2003.

ESCOREL, S. *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.

ESTIVILL, J. A face não reconhecida da sociedade. O debate conceptual sobre exclusão social na Europa e na América Latina. In: BALSÀ, C.; BONETI, L. W.; SOULET, M. *Conceitos e Dimensões da Pobreza e da Exclusão Social*. Ijuí, Ed. Unijuí, 2006.

FACHIN, O. *Fundamentos da Metodologia*. São Paulo: Saraiva, 2001. 216p.

- FLICK, U. *Introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FRETIGNÉ, C. *La sociologie de l' exclusion*. Paris: Harmattan, 1999.
- FUNDAÇÃO CIDE. Disponível em: <http://www.cide.rj.gov.br/>. Acesso em: 13 jun. 2010.
- GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In: *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo: v.35, n.2, p. 57-63, abril 1995
- GOMES, R; SOUZA, E.R. MINAYO, MCS; MALAQUIAS, JV; SILVA, CFR. Organização, processamento, análise e interpretação de dados; o desafio da triangulação. IN MINAYO, MCS; ASSIS, S.G. e SOUZA, E.R (ORG). *Avaliação por triangulação de métodos. Abordagem de programas sociais*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, pg185- 222.
- GOMIDE, A. A. Transporte urbano e inclusão social: elementos para políticas públicas. In: *Texto para discussão No 960*, Brasília: IPEA, julho de 2003. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/>. Acesso em: 02/04/2011.
- HENRIQUES, R. (org.). *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 13 jun. 2010.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Disponível em: www.ipeadata.gov.br. Acesso em 08 de agosto de 2010.
- IVO, A. *Políticas sociais de combate à pobreza nos anos 1990: novas teses, novos paradigmas*. Pobreza e desigualdades sociais. Salvador: SEI p. 07-27, 2002.
- JANNUZZI, P. M. *Indicadores sociais no Brasil*. São Paulo: Alínea, 2003.
- LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. A. *Metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 1983.
- LAVALLE, A. G.; CASTELLO, G. As benesses desse mundo: associativismo religioso e inclusão socioeconômica. In: *Novos Estudos CEBRAP* N.º 68, p. 73 – 93, março 2004. Disponível em: <http://www.cebrap.org.br/> Acesso em: 25/03/2011
- LEMOS, J. J. S. *Pobreza e Exclusão Social no Brasil em 2003*. Disponível em: <www.sober.org.br/palestra/2/1102.pdf> Acesso em: 15/12/2010.
- LENOIR, R. *Les exclus*. Un Français sur 10. Paris: Du Seuil, 1974.
- LIMA, A. L. M. C. Combate à pobreza na América Latina: uma abordagem comparativa. In: *BAHIA, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais* (Org.). *Pobreza e Desigualdades Sociais*. Salvador, v. 63, p. 01-263, 2002.
- LOPES, H. M; MACEDO, P. B. R; MACHADO, A. F. *Indicador de pobreza: aplicação de uma abordagem multidimensional ao caso brasileiro*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2003. (Texto para discussão N° 223).
- MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTÍNEZ, C.C. *Pobreza urbana: problemas de ordem conceitual e implicação de política*. Seminário sobre pobreza urbana, ALOP, Banco Mundial, 1998.

MILES, M.B.; HUBERMAN, A. M. Early steps in Analysis. In MILES, M.B. & HUBERMAN, A M. *Qualitative Data Analysis*. London: Sage. PP 50-89, 1994.

MINAYO, M.C. *O desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde*. São Paulo- Rio de Janeiro: Hucitec - Abrasco. 4 ed, 1996.

PAES DE BARROS, R; CARVALHO, M. DE; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. A Importância da Queda Recente da Desigualdade para a Pobreza. In: Paes de Barros, R.; Foguel, M. N.; Ulyssea, G. (Eds). *Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente*, v. I, cap. 10, pp. 331-353. IPEA: 2006.

PAGANOTO, F. *Mobilidade e trabalho em Macaé/ RJ, a “capital do petróleo”*. Dissertação de Mestrado (Ciências). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2008.

PAUGAM, S. Prefácio. In: *Desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza*. São Paulo: Cortez, 2003.

PAUGAM, Serge (Org.). *L'exclusion, l'état des savoirs*. Paris: Éditions La Découverte, 1996.

PEARCE, Diane (1978). *The feminization of poverty: women, work and welfare*. *Urban and Social Change Review*. P28-36, Feb. 1978.

PIZZOL, R. A. FERRAZ, T. F. *Riqueza e exclusão social: o paradoxo dos royalties do petróleo*. Revista Produção. Associação Brasileira de Engenharia de Produção – ABEPRO Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2010.

POCHMANN, M. & AMORIM, R. (org.) *Atlas da exclusão social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2007.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/> Acesso em 05 de jun. 2010.

RAMOS, M. S. *Indicadores de impactos da indústria de petróleo: estudo de caso da região polarizada pelo município de Macaé*. Dissertação de mestrado em Engenharia Ambiental do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Fluminense, 2009.

RAVALLION, M. *Poverty Comparisons*. Chur: Harwood Academic Publishers, 1994.

RIBEIRO, C. O. & MENEZES, R. G. Políticas públicas, pobreza e desigualdade no Brasil. In: *Revista Textos & Contextos* Porto Alegre v. 7 n. 1 p. 42-55. jan./jun. 2008

ROCHA, S. *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SALAMA, P.; DESTREMAU, B. *O tamanho da Pobreza: economia política da distribuição de renda*. Petrópolis: Gramond, 2001.

SANTOS, L. M. N. *Pobreza como privação de liberdade: um estudo de caso na favela do Vidigal no Rio de Janeiro*. Monografia (Conclusão de Pós-Graduação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

SANTOS, W. G. *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1994.

SARTI, C. A. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo: Cortez, 2009.

SCHRAIBER, L. B. Pesquisa qualitativa em saúde: reflexões metodológicas do relato oral e produção de narrativas em estudo sobre a profissão médica. In: *Revista Saúde Pública*, n. 29, pg. 63-74, 1995.

SCHWARTZMAN, S. *As causas da pobreza*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

_____. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SERAPIONI, M. Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: algumas estratégias para a integração. In: *Ciência e Saúde Coletiva*. 5 (1) .187- 192, 2000.

SILVER, H. Reconceptualizing social disadvantage: three paradigms of social exclusion. In: Rogers, G; Gore, C.; Figueiredo J. (Orgs). *Social Exclusion: rhetoric, reality, responses*. Genebra: International Institute of Labor Studies, 1995.

SOUZA, R.S; MINAYO, MCS; DESLANDES, SF; VEIGA, JPC. Construção de instrumentos qualitativos e quantitativos. IN MINAYO, MCS; ASSIS, S.G. e SOUZA, E.R (ORG). *Avaliação por triangulação de métodos*. Abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, pp 133- 156.

STRAUSS, A. Presenting Case Materials: Data and Interpretations. In: STRAUSS, A, L, *Qualitative Analysis for Social Scientists*. Cambridge: Cambridge University Press. PP. 215-240, 1993.

TOWNSEND, P. *The International Analysis of Poverty*. Hertfordshire: Harvester Wheatsheaf, 1993.

TRIVIÑOS, A.N.S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo, Atlas, 1987.

VALLADARES, L. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: BOSCHI, R. R. (org.). *Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo/ Iuperj, p. 81 – 112, 1991.

VILHENA, Junia de. Da família que temos à família que queremos – A família como base de apoio. In: *O Social em Questão – Crianças, adolescentes, famílias e políticas públicas: para além do faz-de-conta*. n° 7. RJ :CIESPI, 2002 (pp. 45-62).

WATERS-BAYER, A. *Convivendo com animais na cidade: a criação urbana de animais e o bem-estar humano*. Atas da VIII Conferência Internacional de Instituições de Medicina Veterinária Tropical, realizada em Berlim, Alemanha, em 1995. Disponível em: <http://www.ruaf.org/> Acesso: 25/03/2011.

YUNES, M. A. M. Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família. In: *Psicol. estud.* (8) 75- 84, 2003.

ZIONI, F. Exclusão social: noção ou conceito? In: *Revista Saúde e Sociedade.* vol.15 no.3 São Paulo Set./Dez. 2006.